



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS

RELATÓRIO DE PESQUISA: OS KRENAK, O RIO DOCE E O DESASTRE-CRIME CAUSADO PELA SAMARCO

Walison Vasconcelos Pascoal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS

OS KRENAK, O RIO DOCE E O DESASTRE-CRIME CAUSADO PELA SAMARCO

Walison Vasconcelos Pascoal

Relatório de Pesquisa elaborado para o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) dentro do Projeto "Mineração, saberes ambientais e participação: popularização da ciência para a construção da justiça ambiental", apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Email: walisonvp@gmail.com

Dra. Andréa Zhouri (Coordenação)

Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira (Sub-coordenação)

Msc. Lúnia Costa Dias (Bolsista do Projeto)

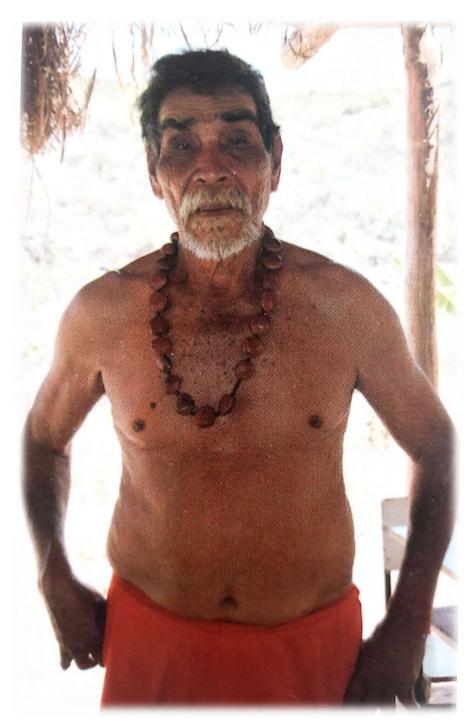


Figura 1Euclides Krenak / Fonte: (KRENAK e DE ALMEIDA, 2009, p. 14)

Dedicado à memória do Sr. Euclides Krenak, que nasceu e morreu no território do Rio Doce, embora de lá tenha sido mandado ao exílio entre os índios Terena (MS) por cerca de 40 anos. O Tio Euclides, como era chamado pelos Krenak, sempre demonstrou orgulho de conhecer e transmitir as tradições do seu povo. Também sempre demonstrou preocupação com a degradação ambiental imposta ao Vale do Rio Doce. Em dezembro de 2016 o Velho Euclides transformou-se em um Marét, espíritos que protegem os Borum.

Agradecimentos

Aos Borum, com quem venho dialogando e aprendendo há vários anos. Espero que este texto faça jus à imensa resiliência deste povo indígena, e que possa contribuir de alguma forma com as lutas que travam pela sua existência.

À Maria Zenaide, Maria Aparecida e Ivone pelo apoio em todos os meus projetos.

À Lúnia e Andréa pelas leituras e críticas às versões preliminares do texto.

À Olívia pela ajuda no trabalho com os dados vetoriais.

A todas as pessoas que dedicam tempo e recursos na promoção e defesa dos direitos indígenas.

À Fapemig pelo apoio ao projeto que possibilitou a realização desta pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública

AMB – Ajudância Minas-Bahia

CEDEFES - Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CVRD/VALE – Companhia Vale do Rio Doce

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais

EFVM – Estrada de Ferro Vitória-Minas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FR - Fundação Renova

FNMA – Fundo Nacional do Meio-Ambiente

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GREQUI – Grupo de Estudos da Questão Indígena

GRIM - Guarda Rural Indígena

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MPF – Ministério Público Federal

PI – Posto Indígena

PIGM – Posto Indígena Guido Marlière

PIMO – Posto Indígena Mariano de Oliveira

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

RAIK – Reformatório Agrícola Indígena Krenak

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

TIK – Terra Indígena Krenak

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UHE Aimorés – Usina Hidrelétrica de Aimorés

Sumário

Agradecimentos
LISTA DE SIGLAS5
Introdução5
1. Sobre os Krenak
2. Conflitos Ambientais
3. Os Krenak e o Watu
4. Etnografia das Afetações
4a. Espaço
4b. Saúde
4c. Sistema Alimentar
4d. Temporalidades
Conclusão
Referências
Lista de Figuras
Figura 1 Euclides Krenak / Fonte: (KRENAK e DE ALMEIDA, 2009, p. 14)
Figura 2 Mapa da Terra Indígena Krenak e Adjacências
Figura 3 Mapa da localização de divisões, quarteis, aldeias e grupos botocudos 1800 -1930 / Fonte (Soares, 1992
p. 53)
Figura 4 Infográfico representando o deslocamento dos grupos botocudos que foram aldeados no PIGM / Fonte
Organizado pela equipe de antropologia da UFBA em 1989 (apud SOARES, 1992, p. 109)33
Figura 5 Infográfico indicando os empreendimentos hidrelétricos previstos no PAC 1 e 2 / Fonte: Revista Exame
46
Figura 6 Crianças nadam no Rio Doce. Autor Desconhecido. Fonte: Acervo do CEDEFES53
Figura 7 Detalhe da instalação/manifestação pública dos Krenak em Governador Valadares após o desastre-crime
do Rio Doce. Foto: Edmundo Antônio Dias
Figura 8 Instalação/manifestação pública dos Krenak em Governador Valadares após o desastre crime do Rio
Doce. Foto: Edmundo Antônio Dias
Figura 9 Lama que ficou retida e secou nas praias da TIK. Foto: Walison Vasconcelos. Março de 201759
Figura 10 Carta de protesto divulgada pelos Krenak. Fonte: Página do Facebook do "Portal Resplendor"60
Figura 11 Ocupação da EFVM em novembro de 2015 Fonte: BBC Brasil. Acesso em julho de 201761
Figura 12 Reunião com a VALE durante ocupação da EFVM. Fonte: povosindigenas.blog.br
Figura 13 Caminhão que distribui água na TIK / Foto: Walison Vasconcelos. Março de 2017
Figura 14 Reservatórios de água e fardos de água mineral. Foto: Walison Vasconcelos. Agosto de 201667
Figura 15 Trator realizando manutenção de estrada na TIK. Foto: Walison Vasconcelos. Março de 201768
Figure 16 Pasca com tarrafa no Watu Foto: Walison Vasconcelos Outubro de 2000

Introdução

Os *Krenak* são remanescentes de povos ameríndios habitantes da floresta tropical que possivelmente experimentaram antes de todos os outros a completa devastação do seu habitat, a mata atlântica, pelos invasores europeus e seus descendentes, entre os séculos XVI e XX. Não fosse tal suposição cruel o suficiente, pode-se afirmar com total certeza que os *Krenak* são o primeiro povo indígena ribeirinho no Brasil a ter o rio que os abriga, alimenta e protege, o *Watu*/Doce, completamente destruído pelo modelo de exploração industrial adotado no país.

As irregularidades ambientais cometidas pela mineradora Samarco no alto curso dos formadores¹ do Rio Watu/Doce, na divisa entre os municípios de Mariana e Ouro Preto, resultaram no rompimento de uma de suas barragens de rejeito, a Barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015². Segundo investigação da força tarefa do Ministério Público Federal, escoaram da barragem rompida mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração para os corpos hídricos da região, ocasionando diversos tipos de crimes contra o meio ambiente. Com efeito, a Samarco Mineração S.A. e suas acionistas, Vale S.A., e BHP Billiton Brasil LTDA., respondem juntas por 12 tipos de crimes ambientais, que envolvem crimes contra a fauna, a flora, crime de poluição, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Além disso, 21 pessoas ligadas à direção e administração destas mineradoras foram denunciadas pelo MPF pelo crime de homicídio qualificado com dolo eventual pela morte de 19 pessoas em decorrência do desastre³. Assim, bem qualificado como crime(s) pelas autoridades competentes nas esferas policial e judicial, a responsabilidade da Samarco e suas acionistas deve ser ressaltada, e, para tanto, será utilizado aqui o conceito de "desastre tecnológico" proposto por Zhouri, Valêncio, et al. (2016), já que se trata de "um desastre atribuído em parte e no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes (p. 37)".

A conduta territorial é parte integral de todos os grupos humanos. Segundo Paul Little (2002, p. 3), a territorialidade é "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar,

¹ Os rejeitos de mineração que escoaram da Barragem de Fundão atingiram o Rio Gualaxo do Norte, que desagua no Rio do Carmo, e que, ao encontrar o Rio Piranga, forma o Rio Doce. As operações industriais das mineradoras Samarco e Vale, que depositam seus rejeitos na barragem que se rompeu, são abastecidas, além do próprio Rio Gualaxo do Norte, por mananciais de outros rios e córregos da região, como o Piracicaba, Santarém e Santa Bárbara, e Rio Matipó no município homônimo.

² Esta foi a conclusão do primeiro inquérito da Polícia Civil de Minas Gerais que investigou o rompimento da Barragem de Fundão, divulgado em 23/02/2016. As autoridades policiais elencaram sete motivos como causa do rompimento, que podem ser consultados em: https://www.barbacenamais.com.br/cotidiano/20-minas/2887-policia-civil-conclui-primeiro-inquerito-referente-ao-rompimento-da-barragem-de-fundao (acesso em 05 de janeiro de 2018).

³ Os dados da denúncia efetuada pela força tarefa do MPF podem ser consultados no site: www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg (acesso em 05 de janeiro de 2018).

controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território'". Esta territorialidade tanto depende de contingências históricas, como o próprio território é um resultado das condutas de territorialidade e, portanto, "é um produto histórico de processos sociais e políticos" (ibid, p. 3). Assim, para discutir o território de qualquer grupo, é preciso "uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado" (ibid, p. 4). Com efeito, faz-se necessário um olhar sobre os conflitos estabelecidos entre os grupos sociais que disputam o poder sobre estas parcelas do ambiente biofísico.

Como habitantes imemoriais da região que abrangia desde a região sul do que hoje é o estado da Bahia, até a região do Vale do Rio Doce, a trajetória histórica dos índios *Krenak* pode ser visualizada através de um acumulado de "conflitos ambientais", já que estes

caracterizam-se pela irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais. Trata-se de lutas políticas e simbólicas estabelecidas em torno do sentido e do destino dos territórios (ZHOURI, VALÊNCIO, *et al.*, 2016, p. 36).

Ponto importante destacado por estas autoras é que os conflitos ambientais revelam a assimetria provocada por uma distribuição desigual no que diz respeito aos capitais econômicos, simbólicos e políticos de que dispõem (ibid. p. 36).

Zhouri e Laschefski (2010) formularam uma tipologia dos conflitos ambientais: aqueles de cunho *territorial*, em que os grandes projetos afetam a territorialidade dos grupos; os conflitos *distributivos*, que dizem respeito à iniquidade no acesso e uso dos recursos naturais; e os conflitos *espaciais*, relativos a contextos de danos e impactos que ultrapassam os limites entre os territórios dos diversos grupos sociais. Com uma abordagem histórica será possível visualizar que os *Krenak* foram enredados em todas estas formas de conflitos ambientais desde os primeiros contatos com os não-indígenas, primeiramente experimentados como conflitos territoriais, até o mais recente conflito espacial com a destruição do *Watu*.

O crime da Samarco chama a atenção para a expansão da escala de produção e das fronteiras minerárias no estado de Minas Gerais que produzem danos e perdas definitivas à Bacia do Rio Doce e à vida do povo *Krenak*. Dois dos maiores minerodutos do mundo atingem rios desta bacia, o da própria Samarco, e o mineroduto Minas-Rio, de propriedade da Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. Além destes, existe o empreendimento da mineradora Manabi S.A. (que em 2015 passou por uma reestruturação acionária e se transformou na holding MLOG), que inclui um conjunto de intervenções de grande porte: lavras (nos municípios de

Morro do Pilar e Santa Maria de Itabira em MG), unidade de beneficiamento de minério, um mineroduto que corta 23 municípios, e um porto no município de Linhares/ES. O projeto do mineroduto da Manabi/MLOG (que na reestruturação da holding passou a ser definido como **Dutovias do Brasil**) atravessa o município de Resplendor, onde está localizada a Terra Indígena Krenak. Embora o RIMA do Empreendimento Manabi (ECOLOGYBRASIL & ECOCONSERVATION, 2013) afirme que o traçado do mineroduto projetado não interferirá na comunidade indígena, ele desconsidera a demanda dos *Krenak* para o estudo de identificação de seu território, o que pode implicar na redefinição dos limites da Terra Indígena Krenak. Além disso, no projeto o mineroduto passa sobre o Rio Eme, que por sua vez atravessa a jusante a Terra Indígena Krenak, o que é propositalmente escamoteado no RIMA. Isto representa um grande risco para as populações ribeirinhas, como podemos perceber através dos exemplos dos rompimentos ocorridos no mineroduto Minas-Rio da Anglo American no ano de 2017.

Este relatório é o produto de uma pesquisa realizada para o Gesta dentro do projeto "Mineração, saberes ambientais e participação: popularização da ciência para a construção da justiça ambiental", que obteve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Desse modo, visa contribuir com alguns dos objetivos do projeto, mas com o foco no povo Krenak, quais sejam: a produção de inventário dos casos de conflitos que vivenciaram; a busca de elementos que permitam a identificação de conflitos não formalizados; a compreensão das realidades locais através de um contato direto e participativo com os atores envolvidos em conflitos ambientais; reconhecimento das diferentes formas de impacto e, portanto, de 'ser atingido"; produção de conhecimento em torno da temática dos conflitos ambientais na Bacia do Rio Doce (ZHOURI, 2016). Além desses, pode-se acrescentar o levantamento e organização de dados e informações dispersas em variadas fontes (documentários, entrevistas a jornais e outros veículos de imprensa, relatórios técnicos, artigos científicos, vídeos divulgados na internet, palestras dadas por outros pesquisadores, entre outros) sobre as visões dos Krenak a respeito do desastre tecnológico provocado pela Samarco, e as afetações em suas vidas. Não obstante, busca-se se aproximar do significado que o território e os elementos que o constituem tem para os Krenak⁴.

-

⁴ O mérito desta última meta, contudo, só pode ser avaliada pelos próprios Krenak. Em uma entrevista dada ao programa documental Rise do canal canadense Viceland, Douglas Krenak deixa claro este ponto: "São pessoas que estudam que falam o que é que aquele povo precisa. É um antropólogo que precisa vir aqui estudar e dizer: olha, aquele povo vive assim, aquele povo é desse jeito. Não é o Tio Euclides, o índio mais velho daqui que sabe sobre a nossa cultura. Essas pessoas acham que entendem da nossa cultura, mas na verdade essas pessoas não entendem nada. Não entendem bosta nenhuma" (Douglas Krenak, Programa Rise/Canal Viceland, Episódio 7 "Poisoned River", 2017. Disponível em: https://www.viceland.com/en us/video/poisoned-river/5888ca17f46523d027f95e11).

Como dito acima, a contribuição que se pretende é antropológica, e visa uma interpretação da situação através da contextualização e comparação de cunho etnográfico. Para tanto, utilizei dados da bibliografia especializada sobre este povo indígena, bem como dados etnográficos das pesquisas que realizei com eles desde o ano de 2006. Atualmente realizo uma pesquisa sobre Jorminhót – uma entidade que aglutina vários elementos importantes da história e cultura krenak –, que embora tenha sido formatada antes do crime da Samarco, foi totalmente ressignificada depois dele. Em maio de 2016 quatro membros do povo Krenak estiveram em Mariana para um evento organizado pela Fiocruz cujo objetivo foi realizar um balanço das ações de reparação após 6 meses do crime da Samarco. Nesta oportunidade nos encontramos para discutir o projeto sobre Jorminhót, e ficou claro que a intenção era trabalhar o fortalecimento de sua cultura, já que a vida da comunidade foi afetada repentina e irreversivelmente. Ainda em 2016 estive mais três vezes na Terra Indígena Krenak: uma para discutir o projeto com a comunidade da Aldeia Atorãn; e outras duas para providenciar a documentação necessária para submetê-lo a um edital de financiamento. Nestas três oportunidades (11 dias no total) também pude conversar com eles e observar as afetações do crime da Samarco em suas vidas. Nos meses de março e abril de 2017 estive durante 23 dias na Terra Indígena Krenak, e no mês de novembro viajei com três lideranças krenak a Belém do Pará, onde, entre outras atividades de pesquisa, participamos de um evento na Universidade Federal do Pará intitulado "A morte do Rio Doce". Os levantamentos na Terra Indígena Krenak foram em sua maioria realizados com os residentes da Aldeia Atorãn, mas também pude conversar com residentes de outras três aldeias, Takruk, Watu e Nakrehé.

O relatório está organizado em 4 capítulos. O primeiro visa uma apresentação sociológica do povo Krenak, perseguindo alguns conceitos como língua, nomeação, territorialidade e cosmologia.

O segundo capítulo é uma leitura da bibliografia dedicada à trajetória krenak, principalmente a partir do século XIX, dando destaque para os conflitos ambientais nos quais se envolveram.

O terceiro capítulo busca estabelecer um diálogo com o pensamento borum a partir de um mergulho etnográfico no relacionamento deste povo indígena com o *Watu*.

O último capítulo é uma tentativa de mapear algumas das afetações vividas pelos Borum desde o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da mineradora Samarco.

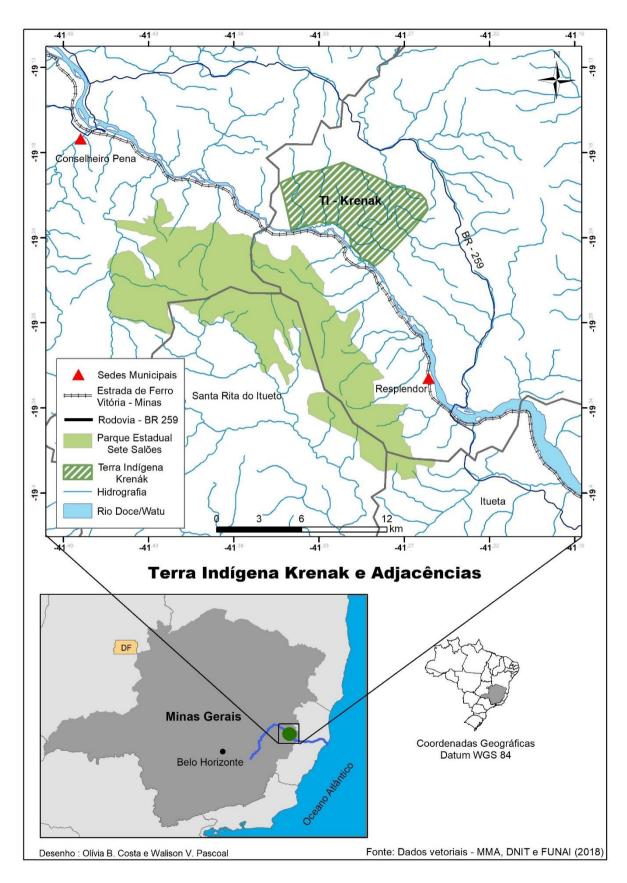


Figura 2: Mapa da Terra Indígena Krenak e Adjacências

1. Sobre os Krenak

A definição clássica de sociedade elaborada por Marcel Mauss (2007, p. 19) é a seguinte:

Por sociedade se entende um grupo social, geralmente nominado tanto por si mesmo como por outros, seja grande ou pequeno, mas sempre grande o suficiente para incluir grupos secundários — dois sendo o mínimo —, habitando normalmente em um lugar particular, possuindo sua própria linguagem, constituição e, frequentemente, tradição.

Dessa forma, como fio condutor inicial, exploraremos alguns desses referentes elencados, como língua, nomeação e territorialidade.

As denominações indígenas cunhadas nos primeiros anos da colonização portuguesa foram marcadas pelos tipos de relacionamento que estes colonizadores estabeleceram com os grupos ameríndios, originando a oposição Tupis e Tapuias. Os primeiros eram falantes de línguas do tronco tupi-guarani, e habitavam majoritariamente a costa brasileira. Com estes, prevaleceram relações de comércio e alianças "militares" para exploração do território. Os segundos, todos os demais grupos ameríndios que falavam línguas de outros troncos linguísticos que não o tupi-guarani, foram denominados Tapuias. Habitavam em sua maioria o interior do território, e geralmente eram inimigos dos povos tupi. Com efeito, a denominação Tapuia é uma corruptela da palavra *tapuy-ú*, de origem tupi, que quer dizer "gente bárbara, inimigo". Os povos dos quais descendem os Krenak eram, assim, considerados Tapuias pelos colonizadores portugueses.

Em um importante estudo⁵ publicado em 1975, as linguistas Charlotte Emmerich e Ruth Monserrat compararam variados vocabulários colhidos desde o século XVI entre povos indígenas que ocupavam áreas entre o sertão baiano, Minas Gerais e Espírito Santo, e chegaram à conclusão de que os povos denominados Aimoré(s), Guerén (Gren ou Kren) e Botocudos possuem a mesma origem genética (do ponto de vista linguístico). As autoras afirmam que:

Enquanto durante o século XVI predominava o termo Aimorés para denominar os índios que ocupavam o Recôncavo Bahiano e o interior de Minas Gerais, aparecendo por vezes o nome dos Guerens como sendo parentes daqueles, no século XVII começa a ser mencionado com maior frequência o termo Guerens ou Grens como sinônimo de Aimorés (EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 6).

linguística (composta inclusive de dados colhidos entre remanescentes dos grupos botocudos residentes à época na cidade de Itambacuri), sugiro fortemente a leitura integral do texto de Emmerich e Monserrat (1975).

10

⁵ Aviso o leitor que as referências a este estudo serão recorrentes neste primeiro trecho do texto, já que a compilação de dados linguísticos, históricos e geográficos realizado pelas autoras é bastante completa e organizada, o que dificulta escapar ao seu roteiro. Ao leitor mais interessado em entender a trajetória histórica dos Borum, do contexto colonial (externo e interno) de avanço sobre seus territórios, assim como de uma análise

A denominação Aimorés (ou Aimuré e Guaimuré, como às vezes aparecem nas fontes históricas) também era um epíteto pejorativo implicado àqueles índios. Já a denominação Guerens parecia ser uma autodenominação, ou no mínimo era preferida pelos próprios. Segundo o Padre Jácome Monteiro (1610):

Dividem-se em várias castas como gentio da terra, chamando-se Guerem Guerens, Patutus, Napurus, Craempee, Pijouriis, Coconhum, Brue-brue, Capajós, Cariris. Mas nenhuma se nomeia pelo Guaimuré, que quer dizer nome mau, ladrão, matador, prezando-se todos do nome Guerem Guerem (apud EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 6).

Há menções a estes grupos desde as primeiras entradas de portugueses na região. A expedição de Francisco Bruzza de Espinoza para explorar o Rio Buranhém, Jequitinhonha e São Mateus em 1555, confirmou que os Aimorés ocupavam o sertão entre os Rios Jequitinhonha e Pardo. Em 1577 Salvador Correa de Sá também encontrou Aimorés nas imediações do Rio Doce, assim como outros grupos tapuias, como Pataxós, Apuraris e Puris. Estes registros permitem entender que os grupos que formavam os chamados Aimorés, dominavam praticamente todo o sertão da Bahia a Minas Gerais, e toda a costa passando pelas capitanias de Porto Seguro e Ilhéus até a Bahia (ibid, p. 5).

Até a segunda metade do século XVIII as hostilidades entre índios Guerens e os colonizadores se concentrou no território baiano, quando então se percebe o deslocamento do foco de hostilidades para a capitania de Minas Gerais. Em 1760 é fundada a povoação de Pessanha⁶, às margens do rio Suaçui, que pouco depois foi atacada pelos índios Botocudos, provavelmente em defesa do seu território. Segundo Emmerich e Monsserrat, "esta é a primeira vez que se faz referência ao termo Botocudo para designar tribos indígenas em Minas Gerais e Espírito Santo. O termo seria usado daí por diante de forma generalizada até o desaparecimento dos Botocudos como comunidades tribais" (1975, p.8).

A partir do século XIX houve uma atuação determinante da coroa portuguesa com o foco nos territórios ocupados pelos Botocudos. Abro um parêntese para destacar alguns pontos e efeitos desta atuação. A abertura dos portos às nações amigas⁷ facilitou o trânsito de coisas e pessoas, colocando o Brasil definitivamente na rota do capitalismo industrial incipiente, bem como do olhar científico. A decadência da produção minerária nas vilas estabelecidas nos séculos anteriores incentiva novas entradas exploratórias e de colonização, e a resistência indígena a este avanço torna-se um problema. Poucos meses após sua chegada ao Brasil o

⁷ Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, primeiro decreto promulgado pelo Príncipe-regente de Portugal, Dom João de Bragança, em território brasileiro.

⁶ O primeiro nome deste povoado foi Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Pessanha. Em 1881 foi elevada ao status de cidade com o nome de Suaçui, e em 1911 teve o nome alterado para Peçanha.

Príncipe Regente Dom João VI decretou a "Guerra Justa" contra os Botocudos, o que possibilitou diversas formas de exploração do seu território segundo uma estratégia militar (cf. infra). A exploração científica é uma delas, e vários foram os expedicionários naturalistas que adentraram o território botocudo a serviço de empresas, governos e instituições colonialistas, ou mesmo de famílias reais aliadas da monarquia lusitana. Entre estes pode-se citar o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (que percorreu a região entre 1815-17), Auguste de Saint-Hilaire (entre 1817-1822), Barão Guilherme Luís de Eschewege (entre 1811-21), Carl F. P. Martius e Johann B. Von Spix (em 1818), Johan Jakob Von Tshudi (1858), Robert Avé-Lallemant (1859), além do engenheiro francês exilado no Brasil, Pierre Renault (a partir de 1836), entre outros. Os objetivos científicos eram certamente variados, dada a diversidade de interesses em jogo, bem como as especificidades de abordagens adotadas em uma época cujos limites disciplinares e rigor metodológicos ainda estavam em estado embrionário. O conhecimento sobre os modos de vida dos povos botocudos aumentou a partir dos relatos e apontamentos feitos por estes expedicionários estrangeiros, sendo a fagulha que acendeu vários debates nas rodas intelectuais europeias no século XIX. Mas é preciso destacar e, sobretudo, criticar o caráter objetificante daquela epistemologia. Manuela Carneiro da Cunha comenta que naquele século, "o Botocudo não é o único índio que interessa à ciência, mas é sem dúvida o seu paradigma" (1992, p. 136). Segundo Izabel Misságia de Mattos,

a "celebridade" que esses Botocudos conquistaram revela-se na extensa bibliografia internacional dirigida à descrição de aspectos de seus rituais, língua, quando não chegaram, eles próprios, a ser submetidos a objetificação enquanto "espécimes vivas" que exemplificavam, na exposição pública de sua "degradação física e moral", a inviabilidade, cientificamente medida e comprovada, de uma "humanidade" extraviada do caminho da "civilização" (2004, p. 61).

O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied chegou a levar um índio Botocudo para a Alemanha. O índio *Quäck* – como ficou conhecido na Alemanha (*Borum Kuát*, como é glosado atualmente pelos Krenak) – ficou na Alemanha entre 1818 até sua morte em 1834. Neste período chegou a ser retratado por diversos pintores e, após sua morte, teve seu crânio destinado ao Museu do Instituto de Anatomia da cidade de Bonn. Não se sabe ao certo quando isto foi feito, mas segundo o diretor atual deste museu, Karl Schilling (2011), provavelmente foi entre 1834 e 1861. Wied-Neuwied também levou outros crânios de Botocudos para a Europa, sobre os quais a suspeita é de que tenham sido "desenterrados às escondidas das matas onde estivera" (DUARTE, 2002, p. 276). Outros Botocudos também foram levados e expostos vivos na Europa (Paris e Londres) e no Rio de Janeiro (MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 62-4). Segundo uma reportagem de Clarissa Neher (2017) amplamente divulgada e reproduzida em meios de comunicação do país, o próprio Dom Pedro II chegou a presentear o Museu

Etnológico de Berlim com quatro crânios botocudos em 1875. O destaque a estas informações visa reforçar a crítica a esta ideologia objetificante que tanto mal causou aos povos botocudos, embora a literatura produzida pelos atores citados acima seja a principal fonte de informação que se dispõe da época em questão.

A maioria destes cronistas/expedicionários concorda com a identidade cronológica entre Aimorés e Botocudos. De acordo com Emmerich e Monserrat (1975, p. 12), é a partir da experiência de campo de Wied (entre 1815-17) que os Botocudos passaram "a ser melhor conhecidos e sua língua repetidamente documentada". Com efeito, as diversas tribos da nação Botocuda são mencionadas pelos seus nomes tribais, e o termo Botocudo usado como designação genérica. A propósito, está designação é pejorativa, e faz referência aos adornos utilizados pelos índios nas orelhas e bocas, os *imatós*, que ficaram conhecidos como botoques, nome dado pelos portugueses às rolhas utilizadas para tampar os barris de madeira.

Em 1817 Saint-Hilaire viaja pelos Rios Jequitinhonha e Doce e designa as populações indígenas dessa região por *Crecmum*. Saint-Hilaire conheceu Julião, comandante do destacamento de São Miguel na região do Jequitinhonha, e este estabeleceu uma boa relação com o chefe indígena *Joahima*, que se estabeleceu com seu grupo nas imediações de São Miguel. O comandante Julião estimava em 2.000 os indígenas do Jequitinhonha (EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 12).

Por volta de 1824 o Diretor Geral de Índios, Guido Marlière, relatou a presença dos grupos *Nacnenuc* e *Cracmum* (também chamados de *Pejaurum*) na margem norte do Rio Doce. Eram grupos rivais que foram reconciliados por Marlière com a ajuda de outro chefe indígena botocudo, Guido Procrane.

Também segundo Emmerich e Monserrat, em 1836 o engenheiro francês Victor Renault percorre os Rios Mucuri, Jequitinhonha, Todos os Santos, Preto e Doce, e menciona os grupos *Naknenuk* e *Jiporoca* no Mucuri, *Craquemú* no Jequitinhonha e *Crenaque* no Doce (1975, p. 12-3).

Em 1845 foi a vez de Barbosa D'Almeida subir em expedição o Rio Mucuri e encontrar o grupo *Giporoc*. Ele também noticia que havia na região outro grupo botocudo inimigo dos comandados pelo capitão *Jiporoco* (ibid, 1975, p. 13).

O famoso político e empresário Teófilo Otoni fez sua primeira viagem ao Mucuri em 1847, e relatou seu contato com diversas tribos: "os *Pojichá*, no Rio Todos os Santos, e os *Giporock*, no Rio Urucu. Dos *Porohum*, diz que viviam próximos a Santa Clara e alguns em São Mateus. Os *Bakuês* estavam igualmente nas cercanias de Santa Clara" (ibid, 1975, p. 13).

Outro estrangeiro que se dedicou ao estudo bibliográfico e de campo dos grupos botocudos foi Paul Ehrenreich. Nos seus escritos procurou organizar todo o material que se conhecia desde as publicações de Maximiliano de Wied-Neuwied. Sua experiência de campo na região limítrofe de Minas Gerais e Espírito Santo data de 1884. Sobre os achados deste pesquisador, Emmerich e Monserrat destacam que:

Segundo Ehrenreich, por ocasião de seus levantamentos, a nação dos Botocudos se constituía dos seguintes grupos principais: *Naknenuk*, *Nak-erehä*, *Etwet*, *Takruk*-krak e *Nep*-nep. Cada um deles se subdividia em grupos menores denominados por um chefe atual ou antigo, de prestígio. Ademais era comum a denominação de um grupo por topônimos, o que permite supor que o mesmo grupo tivesse mais de um nome, dado o seu caráter nômade. Este fato contribui para explicar a variedade de nomes encontrados nos documentos para designar os diversos sub-grupos Botocudos. Sobretudo a partir do século XIX, quando a penetração da região habitada tradicionalmente por esses índios se torna intensiva, começam a surgir uma infinidade de nomes tribais, provavelmente por ser maior o seu faccionamento em pequenos grupos ou famílias. [] Ehrenreich faz suas observações pessoais principalmente entre os grupos do médio Rio Doce e seus afluentes: os *Naknenuk*, no aldeamento de Mutum e os Nak-*erehä*, no Guandu e Manhuaçú. Ambos praticamente não haviam permitido o contato anteriormente, dada a sua atitude hostil (EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 13-4, ênfases inseridas).

Dos informes de Ehrenreich entende-se que o território dos Botocudos em 1884 estava reduzido a um quadrado formado pelos Rios Doce, Mucuri, Suaçui Grande e São Mateus (ibid, 1975, p.13).

Um fato notável que marcou a trajetória dos Botocudos na segunda metade do século XIX foi a fundação do aldeamento de Itambacuri em 1873 por frades capuchinhos. Frei Serafim de Gorizia reporta a existência de mais de mil indígenas nas florestas circunvizinhas do aldeamento. Em 1880 este Frei reportou ao governo que ainda haviam duas aldeias na região: "a da tribo do capitão *Pojichá*, com cerca de dois mil índios, às margens do rio São Mateus; a segunda, com oitenta indivíduos, chamada de *Urucu*, vivia nas margens do rio Todos os Santos" (ibid, 1975, p. 14, ênfases inseridas). Após um auge de cerca de mil indígenas vivendo no aldeamento de Itambacuri em 1887, houve uma revolta indígena em 1893 que provocou uma grande debandada. Aos poucos alguns indígenas foram retornando, e em 1912, quando foi criado o distrito de Itambacuri (pertencente ao município de Teófilo Otoni), o contingente de "indígenas e mestiços" levantado foi de 496 em uma população de 12 mil pessoas (Palazzolo, 1945 apud ibid, 1975, p. 14-5). O aldeamento missionário de Itambacuri existiu entre 1872 e 1911, quando foi reclassificado como colônia indígena, que por sua vez foi mantida até 1919.

Em 1898 o Monsenhor Claro Monteiro do Amaral esteve por mais de um mês entre os Botocudos do Rio Doce, e registrou a existência de três tribos de Botocudos na diocese do Espírito Santo: "os *Gut-Krak* entre a Serra dos Aimorés e o rio Mutum; os *Nak-Nhapmã* entre

o rio Mutum e o Pancas, e os *Miñājirū* nas matas do Pancas" (ibid, 1975, p. 15, ênfases inseridas).

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)⁸. Nesta época a margem esquerda do Rio Doce até o braço sul do Rio São Mateus era habitada por grupos botocudos resistentes ao contato e à colonização. Já em 1911 o SPILTN instalou os "postos de atração" de Pepinuque, no braço Sul do são Mateus, e Pancas, próximo à Serra dos Aimorés, nas margens do Rio Pancas, afluente do Rio Doce. No primeiro foram agrupados membros do grupo *Jiporók*, e no segundo do grupo *Miñājiru*. Posteriormente Pepinuque foi concentrado em Pancas (EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 15, passim).

Em 1913 foi fundado um novo "posto de atração" para os índios que viviam nas margens do Rio Eme, tributário da margem norte do Doce, cujas nascentes encontram-se na região fronteiriça com o Espírito Santo. No Posto de Atração do Eme foram reunidos cerca de 70 indígenas de grupos botocudos diversos, mas com a predominância de *Crenacs*. O inspetor do SPILTN, Antônio Estigarribia, sugere em um de seus relatórios que os *Crenac* são originários desta região, e representam "a parte mais poderosa e atrasada do grupo *Gutecrac*". Segundo Emmerich e Monserrat, esta tese da identidade entre *Crenac* e *Gutecrac* foi posteriormente confirmada em termos linguísticos pelo etnólogo Curt Nimuendaju (1975, p. 16).

Por toda a década de 1910 estes grupos botocudos residentes nas adjacências do Rio Eme recusaram-se a ser transferidos da região para o Posto Indígena de Pancas. Com efeito, a Diretoria da Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais opta por "doar" terras na barra do Rio Eme, margem esquerda do Doce, à União, para que lá pudesse ser criada uma Colônia Agrícola para os *Krenak* e *Pojixá*. O Decreto de doação foi publicado em 20 de fevereiro de 1920, e no ano seguinte o Posto de Atração do Eme foi renomeado como Posto Indígena Guido Marlière (SOARES, 1992, p. 191; PARAÍSO, 1989, p. 11).

Em 1939 o etnólogo Curt Nimuendaju visita o Posto Indígena Guido Marlière (doravante PIGM) e registra que haviam 68 residentes de origens grupais distintas, como *Naktún, Nakpie, Convugn, Minã-yirúgn* e *Nakrehé*. Em passagem por Itambacuri na mesma viagem contou 10 remanescentes de *Naknyanúk, Aranã* e *Poyičá* (EMMERICH e MONSERRAT, 1975, p. 16).

-

⁸ Em 1918, no entanto, a agência indigenista estatal passou a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Em 1940 ocorre uma epidemia de impaludismo que reduz drasticamente a população indígena do PI de Pancas, e que somado à escassez de recursos financeiros do SPI, faz com que o órgão o extinga, transferindo os indígenas remanescentes para o PIGM (ibid, 1975: 16).

Em duas ocasiões alguns indígenas remanescentes no PIGM foram retirados de suas terras, em um novo contexto de militarização da tutela indígena⁹. Em 1958 foram levados para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, terra dos índios Maxacali, no nordeste de Minas Gerais. E em 1972 para a Fazenda Guarani, na região central do estado. Em ambas as vezes houve uma resistência aguerrida ao exílio, com pessoas se refugiando em ilhas do *Watu*. Atualmente alguns Krenak se referem a estas ilhas como *"Ilhas da Resistência"*.

Em 1967 o SPI é transformado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e em 1987 o PIGM passa a ser denominado PI Krenak. Em 1994 o Supremo Tribunal Federal dá ganho de causa para a FUNAI em uma ação de declaração de nulidade de títulos que havia sido iniciada em 1983, mas só em 1997 ocorre a desintrusão do PI Krenak, até então ocupado por posseiros. Vários Krenak que haviam "se" dispersado por outras terras indígenas do país começam a retornar para suas terras tradicionais no *Watu*. Em 2002 ocorre a homologação da Terra Indígena Krenak.

A partir dos dados mencionados compreende-se que os Krenak provem do relacionamento histórico entre vários subgrupos que habitavam uma extensa área entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia até a segunda metade do século XIX¹⁰. Estes subgrupos eram falantes de uma mesma língua, classificada no tronco macro-jê (EMMERICH e MONSERRAT, 1975; RODRIGUES, 1986), e ficaram conhecidos por etnônimos distintos no decorrer do tempo. Geralmente estes nomes possuíam referência toponímica ou vinham do nome de algum chefe grupal. Um termo da língua (*ithoc*) krenak relacionado aos coletivos humanos é *Borum*, que quer dizer, grosso modo, "ser humano", "essência do ser". É bem possível que o significado deste termo tenha sido reajustado frente a situação de contato, se tornando uma autodenominação de caráter bastante diacrítica: índio/homem verdadeiro/*borum* X não-índio/homem branco/kraí¹¹. De todo modo, é possível afirmar que atualmente se reconhecem como *Borum* do *Watu*/índios do Rio Doce (SOARES, 1992).

⁹ Os arranjos institucionais que produziram estes exílios forçados serão detalhados infra.

 $^{^{10}}$ É preciso destacar que atualmente a formação social dos Krenak também inclui os relacionamentos históricos estabelecidos ao longo de todo o século XX.

¹¹ Dependendo do contexto, outros povos indígenas são chamados borum pelos Krenak.

Uma característica da sua organização social era a baixa densidade populacional nos seus assentamentos. As menções feitas pelos expedicionários naturalistas que citamos sobre a existência de grupos botocudos com mais de 2.000 indivíduos é um tanto suspeita. Certamente poderiam existir grupos extensos assim do ponto de vista de suas autofiliações, mas dificilmente do ponto de vista da co-residência. Aldeias tão populosas ainda não foram identificadas por pesquisas arqueológicas realizadas nas regiões consideradas territórios imemoriais botocudos. Depreende-se do acumulado de registros citados que é mais plausível pensar uma população numerosa ligada por redes de relações simbólicas e materiais, que coabitavam um extenso território, mas com um padrão de residência de baixa densidade populacional, já que era um traço de sua tradição o fracionamento grupal (EMMERICH e MONSERRAT, 1975; MISSÁGIA DE MATTOS, 2004; PARAÍSO, 1989). Estes grupos eram geralmente conhecidos pelos nomes dos seus líderes, ou principais - também chamados de capitães pelos colonizadores. Um exemplo é o próprio nome Krenak pelo qual o grupo é reconhecido oficialmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Este nome faz referência ao chefe que liderou a resistência de seu subgrupo na região da confluência entre o Rio Eme com o Rio Doce, local onde foi instalado o PIGM, e que atualmente forma a Terra Indígena Krenak (doravante TIK), como já mencionado.

Este processo de nomeação do grupo pela extensão do nome de seu líder não era o único. A territorialidade é um índice importante da onomástica borum. A bibliografia sobre o grupo sempre os descreveu como "um povo nômade"¹². Cabe destacar e explicar que uma das autodenominações mencionadas na bibliografia sobre os Krenak: *Krekmum*, "aquele que vai e volta", e *Engrekmun*, "andarilho" (MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 59), estão diretamente relacionados à territorialidade e destoam das noções de nomadismo apresentadas (cf. nota 12), já que reforçam a ideia de povo que "vai e volta", de trânsito em uma área conhecida, e não de povo "sem destino conhecido". Há que se notar também, como apontei em Pascoal (2010, p. 43), que a maioria dos povos indígenas é em algum grau nômade, circulando por determinada área ou território de acordo com as atividades anuais, ou ainda devido a contingências históricas. Vários são os relatos sobre alguns subgrupos botocudos (cf. supra) que habitavam

_

¹² É preciso destacar os problemas que tal representação pode mascarar. Alcida Ramos (1998, p. 33) argumenta que tal adjetivo está intimamente relacionado a estereótipos pejorativos e prejudiciais aos povos indígenas. Em primeiro lugar, implica uma negatividade, uma ausência, já que nômades e peregrinadores moveriam-se a esmo, sem uma residência permanente, sem um território com o qual se identificam. Em segundo lugar, traz a ideia de um destino desconhecido, uma falta de meta, sem implicar no retorno ao local de origem. Em terceiro lugar, a própria ideia de nômade é discursivamente atrelada a povos autóctones e ciganos. E por último, algo que liga todas as ideias acima, a noção de que entre povos de vida nômade não existe ordem nem disciplina, em oposição aos povos de vida sedentária, com seus "comprovantes de residência".

as cabeceiras de tal ou qual rio, mas que se dirigiam a outros locais a fim de realizar trocas comerciais ou fazer a guerra a um determinado grupo rival.

Os territórios de coleta e caça onde vivem os subgrupos são tidos como sua propriedade inviolável, como já enfatizava Henri Manizer (1919, p. 245). O mesmo etnógrafo falou sobre a forma de nomeação dos espaços por onde transitavam (uma toponímia borum), "proveniente de circunstâncias diversas, de encontros com animais selvagens ou com restos destes". O exemplo dado é o das "montanhas próximas ao rio Mutum, chamadas *Gout-krak*, que quer dizer, a carapaça das tartarugas" (MANIZER, 1919, p. 272). Como consequência disso, os subgrupos que transitavam por aquela região específica eram denominados por outros subgrupos borum como *Guticracks*.

O respeito aos territórios alheios era notável, várias das guerras entre os diferentes subgrupos se deram sob a acusação de invasão territorial. Manizer comenta que os índios aldeados no PI Pancas¹³ nem mesmo aceitavam caça morta fora do território que consideravam seu, e conclui: "todos veem como terra natal o território que deixaram para ir à Pancas e conservam o desejo de voltar a ela" (1919, p. 245).

Totalmente condizente com esta importância conferida ao território está o costume de identificar os subgrupos pelos territórios de origem, como no caso dos antigos *Gutkrak* supracitados, e em um passado recente, como bem notou Misságia de Mattos (1996, p. 130) destacando os nomes grupais dos Krenak contemporâneos à sua pesquisa:

1 – Butkrak **do Rio Eme** ("donos" tradicionais das terras em disputa [i.e., primeiros Krenak a se firmarem na região do rio Eme, que foi o PIGM e que hoje é a Terra Indígena Krenak]); 2 – o grupo oriundo do aldeamento do Pancas, chamado Nakré-hé **de Itueta** [cidade vizinha a Resplendor cuja sede original foi inundada pelo lago formado pela UHE de Aimorés]; 3 – Nakré-hé **de João Pinto** (localidade próxima à cidade de Conselheiro Pena, hoje uma fazenda).

Dentro da Terra Krenak atualmente existem sete aldeias, quais sejam: 1) *Atorãn* (novo, novidade); 2) *Takruk* (pedra); 3) *Uatu* (rio grande, Rio Doce); 4) *Nakrerré* (terra boa); 5) *Naknenuk* (morador da terra); 6) *Borum Ererré* (índio bom); 7) *Krenak* (cabeça na terra)¹⁴. Dentre estes nomes, apenas o primeiro e o sexto não fazem referência direta ao território ou a elementos que o constituem.

Podemos perceber que se um lugar foi nomeado é porque ele foi conhecido. E isto não se trata de uma tarefa utilitária, mas intelectual. Segundo as anotações de um "explorador"

¹³ Nesta mesma região existe atualmente o município de Pancas (ES).

¹⁴ A grafia dos nomes utilizada está em acordo com a nova convenção da língua krenak elaborada pelos professores indígenas. Os significados dos nomes que mencionei são simplificações, já que não sou especialista na língua krenak. Uma análise etnográfica sobre os processos de nominação entre os Krenak pode ser consultada na dissertação de mestrado de Breno Anselmo Gomes (2016).

que passou um tempo entre os Borum no século XIX, "(...) eles inventam palavras todas as vezes que veem um objeto que não conhecem. As mulheres sobretudo são excelentes para a invenção destas palavras novas" (RENAULT, 1887, apud MATTOS, 2004, p. 39). A territorialidade é um esforço coletivo de apropriação criativa do espaço, sendo a toponímia, este ato de nomeação dos lugares, um processo político cultural (SEEMAN, 2005, p. 209). Entre os Krenak, como mostramos, este processo foi e ainda é bastante desenvolvido. Além das informações mencionadas, pode-se realizar um arrolamento dos nomes de cidades e localidades nos vales dos Rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha, entre outros dos "Sertões do Leste", para perceber que vários desses tem origem na língua ou na história krenak. Alguns exemplos: Jequitinhonha, Joaíma, Mucuri, Itambacuri, Poté, Pocrane, Nanuque, Naque, Cuparaque, Itueta, entre outros.

Toda esta região está carregada de significações históricas para os Krenak, haja vista que foi percorrida por seus ancestrais, possibilitando-lhes se refugiarem do avanço colonizador, e permitindo-lhes sobreviverem. No bojo dos estudos para levantamento dos impactos ambientais da UH de Aimorés sobre os Krenak e seu território, Izabel Misságia de Mattos menciona que:

A relação dos Krenak com seus sítios históricos - mesmo que não estejam situados nos limites da área que lhes pertence judicialmente - é permeada pelo sentido de *sagrado*, caracterizado sociologicamente como polo irradiador de energia social. As mobilizações observadas na história recente desta população - que retornou para suas terras mesmo tendo sido expulsa, sucessivas vezes - vêm demonstrar o valor que possuem os sítios históricos no imaginário étnico Krenak, uma vez que o caráter simbólico da relação dos índios com seus sítios sagrados os têm impulsionado a agir coletivamente, propiciando união entre as facções políticas internas e fortalecendo sua identidade étnica.

A área em que os Krenak habitam atualmente, bem como toda a região por onde percorreram seus ancestrais, fugindo das frentes de expansão colonizadora (Serra da Onça, do Cascalho, da Jacuntinga, ilhas do rio Doce e do Manhuaçu) está carregada de significações históricas ao se associaram ao processo sacralizado culturalmente de sua sobrevivência física e simbólica, isto é, sobrevivência do *sentido* de suas vidas. As emboscadas para os índios, seus esconderijos, a história de suas pequenas vitórias na luta pela sobrevivência não só física, mas de sua cultura, estão escritas nas pedras do vale do rio Doce. O valor que possui a natureza e a terra onde estão enterrados seus ancestrais são âncoras da resistência de todo o seu universo cultural bem como da identidade étnica. Durante a pesquisa, a importância atribuída pelos índios aos lugares sagrados - onde conseguem efetuar a comunicação com os seres míticos presentes na sua cosmologia - mostrou-se significativa e crucial para a alimentação da identidade étnica (MISSÁGIA DE MATTOS, 1997, p. 17).

Em antropologia o estudo das cosmologias indígenas está relacionado ao entendimento dos sistemas de ordenamento e classificação nativos, sobretudo das teorias nativas de criação do mundo, da aquisição da vida, e do constante exercício empreendido pelos

povos para manter este ordenamento do mundo. Vários autores entendem cosmologia como sinônimo de religião (HOWELL, 2002). Alguns pesquisadores chegaram a descrever certos elementos da cosmologia borum (EHRENREICH, 2014 [1887]; MANIZER, 1919; NIMUENDAJU, 1946), mas uma análise aprofundada destes escritos não cabe aqui neste relatório¹⁵. Uma atenção, no entanto, é necessária ao sentido importante que esta cosmologia – como não poderia deixar de ser – confere ao território.

A cosmologia borum reflete largamente sobre "os encantados", seres divinos e protetores. Tais seres eram chamados *tokón*, e só eram vistos por pessoas "escolhidas". Por estes "escolhidos" os tokón eram chamados marét. Uma relação com os tokón era desejada, pois estes espíritos forneciam tudo que os Borum precisavam para uma vida de fartura e abundância. Aqueles "escolhidos" pelos tókon/marét possuíam uma "força sobrenatural" chamada yikéng. Ser forte sobrenaturalmente era uma condição necessária para que alguém obtivesse proeminência política e liderasse um grupo, no entanto, não era garantia para tal função: "todo líder Botocudo era yiékeng; mas nem todo yiékeng era líder" ¹⁶ (NIMUENDAJU, 1946, p. 103). Essa força não era inata, mas concedida pelos marét em encontros extraordinários com esses seres durante incursões solitárias às matas. O processo de aquisição de *yikégn* era um processo simpático, como depreende-se de um conto borum descrito por Nimuendaju (1946, p. 103). No caso, o índio *Biyán* havia ido à floresta com suas armas para caçar. Nas matas ele encontrou-se com um grande número de *marét*. Eles o levantaram e ficaram jogando-o de um lado a outro como uma peteca até que um dos *marét* disse já ser o suficiente. Eles agiram dessa forma para dar a Biyán a força. Biyán foi então para casa abobalhado e ficou quieto, em retiro. Depois ele cantou e retornou às matas, onde os *marét* proveram-no com muitos abacaxis bem grandes, os quais ele distribuiu entre o seu povo. Percebe-se assim a ligação importante entre o território e os "encantados", sendo que estes últimos tem um papel fundamental na "produção da pessoa borum"¹⁷, e consequentemente na produção de um "bem viver" coletivo.

Ao tempo da passagem de Curt Nimuendaju pelo PIGM em 1939 os Krenak já pensavam a vida de maneira inferiorizada em comparação com uma vida pretérita, antes da chegada dos não-índios e seu governo, sobretudo porque estes "desencantaram" o mundo dos Borum com seus poderes bélico-religiosos-destrutivos, dificultando o contato com seus espíritos protetores, e afetando no processo de "produção da pessoa borum". Com efeito, na

-

¹⁵ Uma análise mais detalhada a partir da análise bibliográfica de referências etnográficas sobre a cosmologia borum pode ser consultada na dissertação de mestrado de minha autoria (PASCOAL, 2010).

¹⁶ Atualmente os Krenak diferenciam as lideranças e as "lideranças verdadeiras", sendo estas últimas aquelas ligadas genealogicamente a importantes líderes do passado.

¹⁷ Explicarei posteriormente o conceito de "produção da pessoa" e sua importância para os ameríndios.

nova situação histórica de invasão territorial, a presença dos "encantados" está relacionada a alguns lugares sagrados que os Krenak tentam manter em sigilo, mas que não deixam de sofrer com a ação desencantadora dos não-indígenas. São vários os "lugares" que os Krenak consideram sagrados na região do Vale do Rio Doce. Entre aqueles situados mais próximos da TIK estão as ilhas do *Watu*, a "Pedra Pintura" (*takruk tek-tek*), e as cavernas do "Sete Salões" na Serra da Onça (*kuparak*). Em um estudo que refletiu sobre a simbologia destes lugares encantados para os Krenak, Baeta e Misságia de Mattos (1994, p. 311) afirmam que:

A sacralização dos "lugares encantados" representa um aspecto altamente significativo para a compreensão dos processos étnicos e da cosmologia krenak.

Segundo [Sebastiana, neta do "capitão" Krenak], quem entrasse em uma determinada gruta no Kuparak sairia de lá "abobalhado", sem saber o que viu. As incursões e a revelação da localização desses locais "mágicos" eram vetados aos kraí¹⁸, pelo seu poder de desencanta-los, profanando-os.

Os sítios rupestres da Serra da Onça, ou Kuparak, na designação indígena, tem como característica serem regiões de difícil acesso e, por isso mesmo, locais utilizados estrategicamente como zonas para refúgio e defesa em caso de conflitos armados. Os índios mais velhos contam ainda hoje aos mais jovens, como as "grutas de pedras" serviram de abrigo para os borum que resistiram aos sucessivos ataques sofridos por parte dos krai ao longo de sua história.

Associadas às estratégias políticas de defesa do território se encontra, na cosmologia krenak, a estratégia simbólica de evocação de seres sobrenaturais, capazes de potencializar quando devidamente celebrados em rituais os poderes mágicos de liderança e de cura. Os rituais permitem o acesso dos borum às plantas medicinais e à caça, através da orientação dada pelos ancestrais místicos [sic] que se encontram nos lugares encantados.

A perda dos poderes mágicos vivida pelos borum é associada na interpretação nativa, à dessacralização provocada pela presença dos kraí nos abrigos pintados, que espanta os Makhian¹⁹.

A ligação cosmológica com o *Watu* também é fundamental para os Borum. Mais que uma "fonte de recursos", ele é uma fonte de energia espiritual, uma entidade dotada de intencionalidade, que ademais, também vem sendo secularmente profanada pelos *krai*. A relação dos Krenak com o *Watu* é um dos focos deste relatório, e por isso nos deteremos mais profundamente neste tema posteriormente. Aqui cabe destacar uma passagem histórica que evidencia a sinergia nesta relação. Em 1979 houve uma grande inundação no Rio Doce. Nesta época os Krenak encontravam-se, em sua maioria, exilados na Fazenda Guarani. A enchente destruiu várias das estruturas do antigo PIGM, ocupado na época pelo Patronato São Vicente

_

¹⁸ Os não-índios/brancos.

¹⁹ *Makhian* em tradução livre significa pessoas mais velhas desencarnadas, e algumas vezes tem o mesmo sentido de *Marét*, aparecendo em muitas falas atualmente como *Marét-makhian*.

de Paula. Este acontecimento foi interpretado pelos Krenak como um chamado do *Watu* para que eles retornassem às suas terras: "O Watu avisa: tá na hora de voltar" (SOARES, 1992, p. 148); "(...) o velho Watu fez um serviço perfeito: derrubou a sede do Posto; a cadeia com a solitária; lavou o sangue derramado; e de novo chamou os Krenak, os cabeça da Terra, os nascidos da Terra" (ibid, p. 153). Misságia de Mattos (1997, p. 16) comenta sobre esta passagem histórica:

Quando retornaram, em 1980, eles reocuparam as moradias destruídas com tanta naturalidade que surpreenderam os "civilizados" que acompanharam a retomada. Os índios entendiam que a enchente só havia ocorrido devido a sua ausência e que, através de encantamentos só conhecidos por eles, eram capazes de fazer com que aquelas águas se acalmassem e retomassem seu volume habitual.

Como já mencionado, as ilhas situadas no *Watu* também são de extrema importância. Elas serviram de residência (e resistência) todas às vezes que tentaram expulsálos da região. Além do mais, os Krenak afirmam que alguns dos seus rituais são realizados nas ilhas, e que em muitos dos sonhos²⁰ nos quais estabelecem contatos com os *Marét-makhian* para receberem seus ensinamentos, frequentemente estes encontros se dão nestes locais.

Após esta longa explanação sobre os referentes culturais que conferem particularidade ao povo Krenak e ao seu território, é preciso falar agora da longa trajetória de conflitos ambientais que marca a sua história.

de mestrado de Júlia Otero dos Santos (2010).

22

²⁰ O mundo onírico é um espaço de relações muito importante para os ameríndios. Grosso modo, é durante os sonhos que as almas se libertam do corpo para viverem experiências variadas. Sobre este assunto ver a dissertação

2. Conflitos Ambientais

Os dados fornecidos anteriormente visaram deixar claros os aspectos da sociedade krenak relacionados, entre outros elementos, às suas condutas de territorialidade, a partir da noção de que a territorialidade é "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território'" (LITLLE, 2002, p. 3). Na tarefa de tentar interpretar a noção genuína que o território tem para os Krenak, várias vezes foi necessária uma referência aos contextos históricos nos quais este território esteve em disputa. Isto ressalta o caráter eminentemente processual da territorialidade, exigindo "uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado" (ibid, p. 4). Com efeito, faz-se necessário agora um olhar mais detalhado sobre os conflitos estabelecidos entre os grupos sociais que disputaram e ainda disputam o poder sobre estas parcelas do ambiente biofísico. Assim, a trajetória histórica dos *Borum* desde a época em que eram designados Aimorés pelos estrangeiros que os caçavam, escravizavam e matavam, pode ser analisada também pelo recorte dos "conflitos ambientais", já que estes

"caracterizam-se pela irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos²¹, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais. Trata-se de lutas políticas e simbólicas estabelecidas em torno do sentido e do destino dos territórios" (ZHOURI, VALÊNCIO, *et al.*, 2016, p. 36).

Em sua análise dos conflitos ambientais contemporâneos Zhouri e Laschefski (2010) propuseram a seguinte tipologia: aqueles de cunho *territorial*, em que os grandes projetos afetam a territorialidade dos grupos; os conflitos *distributivos*, que dizem respeito à iniquidade no acesso e uso dos recursos naturais; e os conflitos *espaciais*, relativos a contextos de danos e impactos que ultrapassam os limites entre os territórios dos diversos grupos sociais. Com o aprofundamento da abordagem histórica será possível visualizar que os *Krenak* foram enredados em todas estas formas de conflitos ambientais desde os primeiros contatos com os não-indígenas, primeiramente experimentados como conflitos territoriais, até o mais recente conflito espacial com a destruição do *Watu*.

-

²¹ É preciso mencionar, no entanto, que dificilmente a concepção dos povos indígenas sobre seus territórios poderia ser pensada como dirigida a "recursos". Esta categoria reflete a "concepção objetivante da natureza entretida pela modernidade ocidental" (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 117). Assim, a natureza é pensada na modernidade ocidental como "recursos" disponíveis para a produção mercantil. Com efeito, ao território é atrelado um "valor de mercado", que no Brasil é epitomizado na noção de "valor da terra nua" (MAGALHÃES, 1993; DEAN, 1996).

Obviamente os primeiros conflitos vivenciados pelos ameríndios foram aqueles de cunho territorial. O "grande projeto" no contexto colonial era de dominar e incorporar áreas à economia de mercado. E para esta tarefa várias noções foram mobilizadas, como "fronteira", "sertão", "conquista", "domínio", "colonizar", "civilizar", "administrar", "guerra justa", entre outras. Segundo Paraíso,

o termo fronteira está associado à ideia de front interno da civilização, a linha divisória entre o conhecido e o ignorado, entre o dominado e o por conquistar, o cultivado/explorado e o por cultivar/explorar; entre a civilização e a selvageria, locus do horror e das aspirações de liberdade e riquezas inesgotáveis, essas entendidas tanto no que se refere a produtos naturais, a terras — como, no caso em tela, a mão-de-obra passível de ser apropriada. Enfim, um espaço não inserido na rede de comércio e que, no período considerado, era denominado sertões (...) (2014, p. 25).

Assim, a expansão das fronteiras sobre os territórios indígenas é posta em marcha com o uso da ideia de vazio, de falta, seja ela demográfica ou de valores morais. Com efeito, o encontro humano resultante configura-se como uma relação de dominação/subordinação com o uso de um repertório de práticas violentas que, não raro, resultaram no extermínio de vários povos ameríndios. Ou seja, as ações e relações definidas como conquista e colonização envolveram sempre algum tipo de assassinato: a morte física ou a cultural, o genocídio ou o etnocídio (CLASTRES, 2004; PARAÍSO, 2014).

Como foi visto no capítulo anterior, o território dos grupos conhecidos como Botocudos²² se estendia desde a região do Rio de Contas (na Bahia), ao norte, até o Rio Doce (em Minas Gerais e Espírito Santo), ao sul. No período de 1700 a 1800 esta região foi considerada uma "zona proibida à conquista (...), constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração e refúgio de vários grupos indígenas" (PARAÍSO, 2014, p. 21, passim). Misságia de Mattos explica que:

por ordem régia, os chamados Sertões do Leste – que correspondiam à faixa florestal contígua à região onde se processava a mineração [de ouro e pedras preciosas executada em quase toda a extensão da Serra do Espinhaço] – não podiam ser franqueados ao civilizado. Os índios ali refugiados serviam para amedrontar os contrabandistas de ouro que não poderiam se evadir das rotas comerciais através das matas por eles "infestadas" (1996, p. 59).

Cabe ressaltar que na época do auge da exploração de minerais preciosos no alto curso dos formadores do Rio Doce e seus afluentes, muitos foram os esforços da Coroa no sentido de propagar a ideia da "ferocidade" destes índios, sempre ressaltando supostas práticas

-

²² As denominações indígenas serão usadas de maneira menos controlada já que se trata de um diálogo com a literatura científica produzida sobre os Borum.

antropofágicas e suas atitudes traiçoeiras²³. Desta forma, dois motivos competiram para o fechamento do médio Rio Doce aos nacionais no século XVIII: a difícil navegabilidade do rio, e a "periculosidade" das matas da região, já que "infestadas de Botocudos".

A decadência da mineração nos fins do século XVIII produz uma tensão entre o poder real e os agentes da colonização instalados nos distritos mineradores. Estes começam a desafiar a proibição de explorar o "sertão", com a complacência das autoridades das capitanias, produzindo uma fissura entre a legislação real e o governo regional (LANGFUR, 2017). Para os Botocudos isto representaria uma nova fase na relação com o poder colonial, marcada sobretudo por um novo avanço sobre seu território, primeiramente através das bandeiras de exploração mineral, e depois com uso de estratégias militares para a implantação de sesmarias agricultáveis ou propícias para a criação de gado (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 20).

As incursões de posseiros à "zona proibida" revelavam a existência de grupos ameríndios autônomos, algo que pareceu intolerável aos olhos da monarquia portuguesa na virada do século XVIII. Esta autonomia era sentida sobretudo na forte resistência oferecida pelos Botocudos, que possuíam uma grande capacidade de mobilidade, e por vezes realizavam ataques-relâmpago a fazendas isoladas e expedições que cruzavam o seu território, o que demonstra sua admirável capacidade de defende-lo (LANGFUR, 2017).

Respondendo às expectativas dos colonos/posseiros e autoridades das capitanias, o Estado autorizou e liderou o avanço sobre o território botocudo. O segundo ato oficial do príncipe regente Dom João em terras brasileiras foi decisivo nesse sentido. Em 1808, ano em que a Corte portuguesa se transferiu em fuga para a sua principal colônia, Dom João enviou do Rio de Janeiro uma Carta²⁴ ao governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, ordenando uma guerra ofensiva contra os Botocudos. O documento instruiu a criação de Seis Divisões Militares, cujo objetivo era a total sujeição, escravização ou, falhando as anteriores, o extermínio dos índios nos vales dos Rios Doce e Jequitinhonha²⁵, e, consequentemente, possibilitando a incorporação de áreas do interior do território ao mercado

²³A prática da antropofagia nunca foi diretamente observada entre os Botocudos. O historiador Hal Lagfur demonstra que a despeito das acusações de canibalismo feitas por alguns vassalos reais interessados em se apossar dos territórios botocudos, sempre houve relatos de funcionários coloniais em sentido contrário, ou seja, atestando a humanidade e disposição ao relacionamento pacífico por parte destes ameríndios (LANGFUR, 2017).

²⁴ Recomento ao leitor a leitura na íntegra da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que pode ser conferida através do link: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129publicacaooriginal-95256-pe.html Acesso em 17 de setembro de 2017.

²⁵ Uma Sétima Divisão Militar foi criada posteriormente no Rio Jequitinhonha com os mesmos propósitos.

mundial. Assim iniciava-se a "Guerra Justa" contra os Botocudos, uma das poucas "sociedades" indígenas brasileiras que sofreram uma guerra oficial declarada pelo Estado. Este recurso político era totalmente anacrônico para a época, e de certa forma revelava o desespero de um império que encolhia. Carneiro da Cunha explica que:

A guerra justa, instituição que data das Cruzadas, é usada no século XVI ao início do XVIII no Brasil para dar fundamento à escravização de índios livres (idem, 1984). No século XIX, é um arcaísmo. Ao ser invocada nessa época, faz ressurgir a escravidão indígena, abolida pelo Diretório Pombalino meio século antes: os índios conquistados ficarão escravos por certo tempo. Mas introduz também, sub-repticiamente, um novo título sobre as terras dos índios, algo que não era tratado nos séculos anteriores. Nunca se haviam declarado devolutas as terras de índios conquistados: a novidade é significativa. Nessas terras, favorecia-se o estabelecimento de colonos: deviam ser dadas aos milicianos, aos fazendeiros e aos moradores pobres e supunha-se eufemisticamente que estes instruiriam os índios no trabalho agrícola, nos ofícios mecânicos e na religião católica (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 142).

As Divisões Militares – também chamadas de **presídios**, assim como os aldeamentos – criadas conforme ordem do príncipe regente estavam vinculadas ao Governo Central e deveriam se instalar ao longo do vale do Rio Doce, sobretudo em locais de barreiras físicas para sua transposição, como corredeiras e cachoeiras. De fato, o uso de forças militares também visava empreender uma série de obras de infraestrutura, como a abertura de caminhos, construção de pontes e outras obras civis, que sinalizassem aos súditos ordem e segurança, e, com efeito, o estímulo do comércio e colonização nas Capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo através de uma nova rota no vale do Rio Doce.

Dessa forma, podemos perceber que "culturalmente ressemantizado, aquele espaço geográfico transformar-se-ia de 'barreira' natural para impedimento de contrabando em solo abundante e fértil a ser desbravado" (MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 66), passando, assim, de "zona proibida a zona pioneira" (ibid, 1996).

Em 1813, o coronel francês Guido Thomas Marlière (1767-1836) foi nomeado para a direção dos aldeamentos criados. A principal tarefa se mantinha: pacificar os indígenas através do convívio forçado com não-indígenas. Algum êxito foi alcançado pelo Coronel Marlière, tanto que em 1820 foi nomeado inspetor, e em 1823 comandante de todas as Divisões Militares. Marlière "insistiu na política de fazer daqueles postos de fronteira, centros de provisão de alimento para os índios, onde havia roças, sobretudo de milho e mandioca" (MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 69). Darcy Ribeiro (1978) ressaltou essa característica da política "marlièriana", para quem a "guerra contra os índios melhor se faria com grãos de milho do que

com chumbo" (apud CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 23). Segundo as próprias palavras de Marlière (1906), era necessário, no trato com os índios,

falar-lhes sempre a verdade, fazer-lhes bem quando possível, e mal nenhum, usando da língua deles mesmos para comunicar-lhes os meus pensamentos, consolá-los nas suas aflições e prometer-lhes justiça do Governo para com os seus injustos opressores... (apud MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 69).

Embora esta perspectiva surja nesse contexto como menos violenta e mais assistencialista, não deixa de estar amparada pelo mesmo etnocentrismo civilizacional operacionalizado por uma política integracionista²⁶.

Uma forma que o Estado encontrou para povoar os "Sertões do Leste" foi, segundo Misságia de Mattos (2004, p. 71), mandar para lá os "desocupados, vadios, compostos de mulatos, mestiços e negros forros", toda uma casta que surgiu com a decadência da mineração. Para alguns dirigentes da época, "uma vez localizados naqueles 'coitos de assassinos e ladrões', aqueles 'vadios' iriam 'agir como feras em perseguição aos índios e destruindo quilombos de negros fugitivos" (PIMENTA, 1974, apud MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 71). Não só esses "desocupados" eram para lá encaminhados. Criminosos de outras regiões do país também eram, a fim de cumprirem suas penas como civilizadores da região. Não obstante constar nos relatórios das Divisões Militares o grande número de abandono das terras recebidas pelos colonos no Vale do Rio Doce (MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 77).

Aos indígenas restavam poucas alternativas: ou buscavam refúgios provisórios nas últimas brenhas inexploradas pelos não-índios, ou se lançavam às batalhas contra os colonizadores, ou cediam ao aquartelamento nos postos de atração. Uma situação que se tornou frequente foi a aliança entre alguns grupos de índios com os diretores dos quartéis. É nesse contexto que emerge, entre os indígenas, a figura do *capitão*:

uma vez estabelecida a relação "pacífica", os índios poderiam continuar nas matas — o que sempre acontecia, dada a sua abundância —, porém retornavam procurando pessoalmente pelo diretor, incorporado em sua rede de socialidade. A importância da figura do "capitão", também criada entre os índios no estabelecimento das relações interétnicas, torna-se inteligível nesse contexto de trocas em que os índios ainda mantinham uma certa autonomia (MISSÁGIA DE MATTOS, 2004, p. 70).

A "Guerra Justa" aos Botocudos terminou oficialmente em 1831²⁷. Contudo, o aparato repressivo estatal instalado permaneceu dando apoio à invasão dos territórios indígenas,

²⁷ Em 27/10/1831 foi editada a lei "que revogava as Cartas Régias que haviam decretado Guerra Justa aos índios Botocudos de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. A nova Lei, no seu art. 3, libertava os indígenas que estivessem ainda em cativeiro, passando a considera-los como órfãos, sendo entregues aos cuidados dos

²⁶ Estratégia recorrente no indigenismo brasileiro, já que retomada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no século XX, e levada a cabo pelo seu sucessor – a FUNAI – até bem pouco tempo atrás.

e a cultura de uso da violência, típicas de qualquer guerra, permaneceu "matando aldeias" por todo o restante daquele século²⁸. A mudança que se constata nessa época é uma "privatização da questão indígena", ou seja, uma descentralização do poder estatal em favor dos poderosos locais, em regra interessados na apropriação das terras indígenas e de sua força de trabalho, muitos dos quais, inclusive, já instalados nas imediações destas terras e/ou aldeamentos (PARAÍSO, 2014, p. 338).

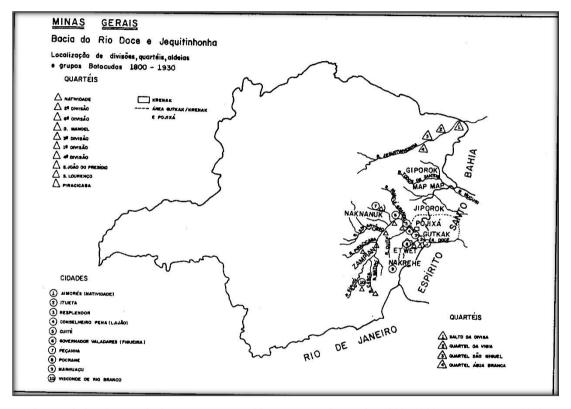


Figura 3Mapa da localização de divisões, quarteis, aldeias e grupos botocudos 1800 -1930 / Fonte (Soares, 1992, p. 53)

O objetivo de tornar o Rio Doce navegável e induzir o apossamento da região que justificava a "Guerra Justa" não foi atingido. Até a década de 1820 as Capitanias de MG e ES

respectivos juízes, conforme previsto no art. 4, sendo garantidos aos novos administradores recursos para sustentalos, até que pudessem ser colocados no mercado de trabalho (art.5); e, finalmente, perto art. 6, os juízes deveriam fiscalizar para que não fossem praticados abusos contra sua liberdade e direitos como assalariados"

(MALHEIROS, 1944, P. 315-18, apud PARAÍSO, 2014, p. 337-38).

²⁸ Os Krenak de hoje não concordam com a ideia de que a "Guerra Justa" foi encerrada. Eles afirmam que todas as iniciativas do Estado com relação ao seu povo, mesmo no século XX, foram atos de guerra, sem nenhum respeito pelos direitos humanos, como se verá infra. Em 2016 o Ministério Público Federal (6ª CCR; PR-MG; PRR 3ª Região) e a Unnova Produções realizaram em parceria com os Krenak o filme documentário que apresenta esta sua versão. O filme tem o título de "Guerra sem fim: resistência e luta do povo Krenak", e pode ser assistido através do link: https://www.youtube.com/watch?v=DfkGVfkJpAM Acesso dia 14/03/2018.

foram reticentes quanto à necessidade e vantagens da exploração estatal da navegação comercial no Rio Doce. Propostas de concessão a explorações estrangeiras foram duramente combatidas nos governos provinciais até a década seguinte, quando os governantes parecem ter assumido que falharam na tarefa. Na verdade, como ocorreu com a questão indígena, o contexto de descentralização estatal se estendeu por diversos setores de interesse da elite nacional, talvez se aproveitando do quadro vulnerável do executivo, já que Dom Pedro I havia abdicado do trono em favor de seu filho, Pedro II (que só assumiu o poder de fato em 1840), e deixado o país sob o governo de uma regência, que por sua vez estava submetida à Assembleia Geral²⁹.

Foi então a partir da década de 1830 que as capitanias de MG e ES passam a apoiar a exploração privada da navegação no Rio Doce. Empresários britânicos montaram a Companhia de Navegação do Rio Doce e ganharam do governo uma série de benefícios e concessões, entre elas a de exploração mineral ao longo do curso do rio. A promessa dessa vez era a expansão comercial através da ligação da cidade de Mariana (MG) ao mar, permitindo o acesso ao Rio de Janeiro em apenas 15 dias. Os principais desafios da empresa eram os acidentes geográficos no rio, com destaque para a Cachoeira da Escadinha, próxima à foz do Rio Mucuri, território importante de vários grupos botocudos³⁰. O interesse no empreendimento durou até cerca de 1839, quando novamente arrefeceu, já que a Companhia não apresentou os resultados que prometeu. Assim, passados cerca de 43 anos da abertura do Rio Doce à navegação, o saldo registrado pendeu mais para uma consolidação geopolítica do que para o estabelecimento de uma rota comercial (Espíndola, 2007).

Os próprios diretores das companhias criadas para promover a navegação dos rios possuíam rotinas paramilitares próprias na guerra contra os Botocudos. Entre 1847 e 1861 Teófilo Benedito Otoni e seu irmão Honório Benedito Otoni empregaram procedimentos de extrema violência no ímpeto de levarem a cabo as metas da sua Companhia do Mucuri. Sônia Marcato enumera algumas, que colocam em evidência o caráter genocida e etnocida da colonização da região:

a) cães especialmente treinados na caça aos Botocudos, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados;

-

²⁹ É digno de nota que a década de 1830 ficou marcada como o início de diversas "Revoluções Liberais" que eclodiram na Europa, e que não deixaram de exercer influências no Brasil. A Lei número 16, de 12/08/1834 transfere definitivamente a reponsabilidade de legislar sobre a catequese e civilização dos índios para as Assembleias Legislativas Provinciais e à Geral (PARAÍSO, 2014, p. 342). Assim, percebe-se que os lugares mais remotos também sentem de alguma forma os efeitos das mudanças de orientação políticas e econômicas dos centros de poder.

³⁰ O desnível do terreno (cota) da Cachoeira da Escadinha foi o atrativo para a construção de uma estrutura de aproveitamento hidrelétrico na região. A ideia existe desde os anos 1970, mas se tornou realidade entre os anos de 1990 e 2000 através da Parceria Público Privada entre a mineradora VALE e a estatal Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que se consorciaram para construir a UHE Aimorés.

- b) bandeiras especialmente preparadas para "matar uma aldeia", assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos, moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico e alguns homens para carregadores;
- c) índios recrutados como soldados estimulados a cometerem violências contra os Botocudos, dando provas de renegar suas origens; (...)
- e) comércio de crianças 1 kruk³¹ valendo uma espingarda e de cabeças de Botocudos mortos em combate dezesseis delas foram vendidas a um francês que disse tê-las comprado para o museu de Paris em 1846;
- f) índios sob o regime de trabalho escravo, espoliados de suas terras, doentes e mal alimentados:
- g) contaminação proposital de comunidades inteiras através de agentes patogênicos letais para o indígena sarampo, por exemplo (MARCATO, 1979, p. 18, apud MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 72).

Até o início do século XX não haviam centros urbanos nas margens do Rio Doce. O processo de urbanização começou com o início da construção da ferrovia Vitória-Minas em 1903. Esta ferrovia já constava nos planos de Dom Pedro II nos primeiros anos da República, e fez parte dos lotes de trechos concedidos à exploração de empresas britânicas com os mesmos tipos de privilégios que desfrutou a Companhia de Navegação do Rio Doce³². O empreendimento começou a ser construído a partir do Espírito Santo, e em 1905 a obra atinge o território ocupado pelos Krenak à época, nas cercanias da barra do Rio Eme. A ferrovia dificultou o trânsito dos Krenak pelo seu território e aumentou a pressão civilizatória sobre eles, já que facilitou o deslocamento dos não-indígenas pela região, e a valorização das terras ao longo da linha: uma "ferrovia de penetração" (ESPINDOLA, 2015, p. 178). Um exemplo deste "pacote civilizatório" é que logo após sua inauguração em 1916, colonos alemães que viviam no Espírito Santo ganharam do Estado de Minas Gerais terras que este considerava devolutas na margem do Rio Doce, mas que faziam parte do território ancestral Krenak. Na localidade o Estado fundou para estes alemães a Colônia Agrícola Bueno Brandão, antes mesmo de definir uma área que respeitasse os usos e costumes dos indígenas. Estes, por sua vez, não assistiram apaticamente a abertura da ferrovia na região, utilizando-se dos recursos que tinham para resistirem:

Relatos contam que muitos de nós morreram na linha férrea, pois não aceitávamos de modo algum que o nosso território fosse invadido e atravessado pelo *Guapó* dos *Kraí*. Havia quem tentasse parar o trem com as próprias mãos e acabava morrendo. Percebemos então que o trem era muito forte para se parar com as mãos e então começaram ações de sabotagem onde, de noite, vários homens saíam na extensão da linha férrea para arrancar os trilhos (KRENAK et al. 2010, p. 16).

³² Algumas informações sobre a concepção e implantação da ferrovia que veio a se tornar a Estrada de Ferro Vitória-Minas podem ser obtidas em Soares (1992, p. 89) e Espíndola (2015, p. 177-8).

³¹ Kruk significa criança na língua borum. No século XIX a versão aportuguesada do termo, curuca, chegou a ser bastante conhecida nas vilas mineiras e capixabas onde aconteciam o comércio de escravos.

Além do problema civilizacional³³ que a instalação de uma ferrovia no território Krenak significou, houve os problemas práticos cotidianos, como o barulho dos trens que afugentava os animais de caça, e profanava seus lugares sagrados. Com efeito, o trem de ferro foi interpretado como uma figura maléfica, que os Borum nomearam *Guapó*, "monstro que vomita fumaça" (Krenak et al. 2010, p. 16). Embora todo o percurso apresentado até aqui já tenha evidenciado a interseção entre os conflitos territoriais e distributivos segundo a formulação de Zhouri e Laschefski (2010), o empreendimento desta ferrovia a torna aguda, já que marca o início do confinamento severo dos últimos grupos botocudos no vale do Rio Doce.

Como detalhado no capítulo anterior, em 1910 foi criado o SPILTN, que tinha como objetivo aldear os índios que, para a mentalidade da ocasião, emperravam o desenvolvimento do país. Ainda nessa época a margem norte do Rio Doce, chegando ao rio Sapucaí Grande e até as divisas com o Espírito Santo, era um território dominado por grupos Botocudos (GUIMARÃES e PARAÍSO, 1991, p. 3). Os Krenak eram um dos subgrupos que resistiam bravamente às investidas hostis dos invasores não-índios. Diversos relatórios do governo de Minas Gerais versavam sobre a urgente necessidade de se aldear aqueles "bandos" de índios. Como visto (supra), escolheu-se para sediar o Posto de Atração a região de confluência do Rio Eme com o rio Doce, na tentativa de atrair os grupos de algumas aldeias ali existentes, como: a antiga aldeia da Praia do Gata; o *Quijeme-Brek* (aldeia bonita), às margens da cabeceira do Rio Eme; a aldeia da barra do Rio Eme e a do Quati-Quati, nas matas do Rio Eme (ibid, p. 3). Anteriormente tentou-se transferir os índios Krenak para o PI de Pancas, no Espírito Santo, desconsiderando a rixa que originalmente fracionou os *Gut-Krak*. Os relatos dos agentes do SPI à época são de que o capitão *Muin*, filho de *Krenak*, jogava-se no chão demonstrando dores fortes toda vez que tocavam no assunto da transferência. Aqueles agentes interpretaram o fato como uma "simulação" de Muin (cf. MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 80; GUIMARÃES e PARAÍSO, 1991, p. 2), mas é possível que o líder indígena já estava sofrendo as consequências da ação (mudança de território) só por cogitá-la, ou seja, havia sido atingido pela feitiçaria de seus inimigos (PASCOAL, 2010; MISSÁGIA DE MATTOS, 2004), demonstrando os fortes vínculos existentes entre os grupos dispersos por uma vasta área no vale do Rio Doce.

Esse contexto violento de invasão territorial e das ações ligadas à tutela indígena levou o etnógrafo russo Manizer, que esteve entre os Krenak em 1914, a afirmar que esses

³³ Atualmente os Krenak também fazem essa reflexão: "a EFVM valorizou as terras do Vale do Rio Doce e aumentou o conflito entre os Krenak e os forasteiros. Uma grande parte das nossas florestas foi destruída para construir a ferrovia e do pouco que sobrou ainda mais árvores foram arrancadas para fazer combustível para o trem. Também os rios foram poluídos" (Krenak et al. 2010, p. 16).

indígenas "estavam condenados a desaparecer" (1919, apud CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 32). Mesmo pressionados pelos colonos invasores, os Krenak, sob a liderança do capitão Muin, exigiram do governo de Minas Gerais providências quanto à sua condição (GUIMARÃES e PARAÍSO, 1991, p. 4). Em 1918 iniciam os trabalhos de demarcação da área, resultando na "doação" de 2000 hectares (ha) para os Krenak e Pojichá na barra do Rio Eme³⁴. Concretizada através do Decreto de nº 5462 de dezembro de 1920, homologado pela Assembleia Legislativa e pelo Governo do estado de Minas Gerais, a área demarcada ainda não englobava todas as aldeias krenak da região do Rio Eme. Na barra deste rio o SPI instalou o PI Guido Marlière, e exigiu uma revisão dos seus limites, a fim de incluir as aldeias deixadas de fora na primeira demarcação. Em 1927 o Estado atende a essas reivindicações e agrega mais 2000 ha à área indígena (MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 81). O Estado resistiu a esta revisão, mas os posseiros que atuavam na região realizaram uma chacina que o obrigou a intervir e realizar a anexação. Esta chacina ocorrida em 1923 ficou conhecida como "massacre de Kuparak", e ainda hoje é uma referência importante na memória coletiva do grupo sobre a atuação genocida dos forasteiros em seu território³⁵. Estes grileiros atraíram os Krenak dizendo que fariam uma confraternização, mas já haviam preparado uma emboscada, acarretando a morte de nove índios krenak, além de sete feridos³⁶ (PARAÍSO, 1992). De acordo com Guimarães e Paraíso (1991, p.6), os efeitos imediatos do massacre foram: a desarticulação do grupo, dificultando a sua reprodução social; promoveu o retorno dos Nakre-hé do Etwet (que na época habitavam com os Krenak, devido fortes pressões dos grileiros na sua região de origem) ao seu território; fez com que os Krenak, assustados com o evento e com a presença de policiais, solicitados pelo SPI para evitar o segundo massacre que já era planejado, buscassem refúgio na aldeia da barra do Eme, sob a proteção do SPI. Com efeito, percebe-se que o

⁻

³⁴ O modelo de demarcação de terras indígenas era bastante diferente de como ocorre hoje. Na época as demarcações eram feitas pelos órgãos fundiários dos estados da federação. Além disso, os métodos eram bastante diferentes. Não se realizavam estudos de identificação dos territórios tradicionais e/ou imemoriais para que o território demarcado atendesse minimamente as necessidades relacionadas aos modos próprios de organização social e cultural daquele povo indígena. As demarcações eram basicamente geopolíticas, de forma a atender principalmente os interesses econômicos das elites dos estados, resultando em áreas pouco ou nada representativas das especificidades indígenas. O traçado geométrico da Terra Indígena Krenak é um bom exemplo disso. Suas demandas históricas pela revisão deste traçado com a inclusão de territórios sagrados também (cf. infra).

³⁵ No estudo de Caixeta de Queiroz (1992, p. 33) esse episódio aparece com o nome de *Massacre do Kijeme-Brek*, mas ambas as denominações se referem à aldeia que existia na região da cabeceira do Rio Eme, àquela época conhecida como *Kijeme-Brek*. Neste local existe hoje o município de Cuparaque, cujo nome é claramente um aportuguesamento da palavra *Kuparak*, que quer dizer onça na língua borum.

Dez pessoas foram identificadas como responsáveis pela chacina. Destes, apenas seis foram presos e responderam processo, e, escandalosamente, somente um foi condenado, sendo os demais absolvidos (PARAÍSO, 1989, p. 7).

"massacre de *Kuparak*" consolida o trabalho de repressão e confinamento dos indígenas em parcelas minúsculas do seu território tradicional.

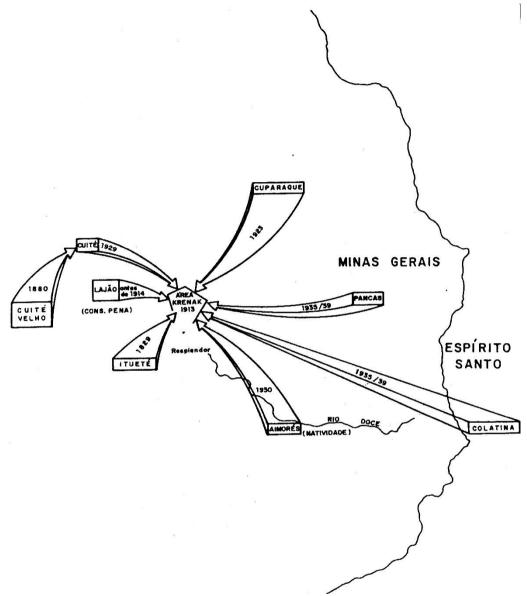


Figura 4 Infográfico representando o deslocamento dos grupos botocudos que foram aldeados no PIGM / Fonte: Organizado pela equipe de antropologia da UFBA em 1989 (apud SOARES, 1992, p. 109)³⁷.

A instalação da EFVM aumentou a atividade mercantil na região. No princípio as atividades econômicas que sobressaíram foram a cafeicultura e a exploração de madeira, fornecendo as bases para a economia das cidades que foram surgindo ao longo do seu traçado. Logo após a primeira demarcação da área Krenak, o SPI autoriza o arrendamento de parcelas desta terra para que os posseiros – que àquela época já haviam estabelecido grandes fazendas

³⁷ Título original: Mapa de Migração dos Sub Grupos Botocudos para a Área Krenak.

nas adjacências – pudessem explorar as madeiras de lei existentes na reserva indígena³⁸. Estes arrendamentos foram cada vez mais acirrando os ânimos das partes envolvidas. Os Krenak buscavam manter seus modos de vida através de uma relação próxima com seus "encantados", e de uma economia de baixo impacto ambiental, baseada na caça e coleta de subsistência, no que a preservação ambiental da região significava um pilar³⁹. Os arrendatários construíam benfeitorias nos locais onde derrubavam a madeira, e posteriormente plantavam lavouras de café ou pastagem para o gado. Para estes, o arrendamento era encarado como título de propriedade. Os interesses contraditórios nesse contexto são a gênese dos conflitos ambientais vivenciado pelos Krenak durante todo o restante do século XX⁴⁰.

Entre as décadas de 1930 e 1940 outra terrível violência é cometida contra os Krenak, trata-se do roubo do principal "objeto" ritual deste povo. O Jorminhót, uma estátua antropomórfica de madeira com cerca de 1,5 metro de altura, é o principal "objeto" ritual dos Krenak. Eles contam que a estátua foi esculpida pelo próprio Capitão Krenak, o Velho Krenak, como se referem ao líder ancestral. Há duas versões contraditórias sobre o modo que ele foi subtraído da aldeia. A primeira afirma que ele foi levado "nos idos de 1940" por um pesquisador paraguaio, que acompanhava uma comitiva vinda do Rio de Janeiro (SOARES, 1992, p. 129-30). Nessa versão, houve uma desavença dos Krenak com algum funcionário do PIGM sobre o lugar onde deveriam "fincar" a estátua sagrada. Os índios iriam consultar seus espíritos para saber o local ideal fora da área do PIGM para a realização do ritual, mas o funcionário os forçou a deixa-la perto do curral que existia na sede do Posto. Se retiraram então para realizar a consulta aos "encantados", que os revelaram que *Jorminhót* já havia sido levado por alguém da comitiva carioca. A segunda, mais precisa em termos de data e atores, é a versão do etnólogo Curt Nimuendaju (1946), que ao passar pelo PIGM em 1939, ouviu os índios contarem sobre o Jorminhót, e pediu que eles lhe fizessem uma "réplica" da estátua, que foi levada para Belém do Pará, e que hoje faz parte do acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Como explicado na introdução deste relatório, esta controvérsia é o tema da pesquisa que desenvolvo atualmente em parceria com uma das associações dos Krenak, a Associação Indígena Atorãn. Mas o ponto que é necessário destacar, é que o roubo do Jorminhót inviabilizou a realização do que os Krenak tinham como o seu "principal ritual" (SOARES, 1992, p. 129) à época, e isso, como

⁻

³⁸ De acordo com Misságia de Mattos (1996, p. 87) os arrendamentos iniciaram em 1921 e a nova demarcação só em 1927.

³⁹ Nas palavras de Soares (1992, p. 129): "Os Krenak se sentem encurralados na própria terra, criticados e discriminados. Os colonos cortam as matas, o que os impede de fazer seus rituais, de caçar e andar livremente. Os rituais vão sendo simplificados".

⁴⁰ Como se verá, a destruição ambiental da terra krenak (além de todo o Vale do Rio Doce), repercutem ainda hoje no cotidiano destes indígenas.

dizem atualmente, os enfraqueceu espiritualmente. Como visto no capítulo anterior, a força espiritual é reconhecida pelos Krenak como algo fundamental para sua ação política. Consequentemente, é possível perceber que o roubo do *Jorminhót* sem dúvida causou-lhes enormes prejuízos⁴¹.

O número de arrendatários da terra demarcada crescia absurdamente, sem que o SPI conseguisse controlar a situação. Em 1945, acompanhado do prefeito de Resplendor e do delegado de polícia local, um funcionário do SPI conseguiu realizar um recenseamento, encontrando 1.493 pessoas vivendo nos 4.000 ha do PIGM. A saída do órgão para contornar a situação foi impor um novo modelo de contrato, com regras mais claras e rígidas, e aumentar progressivamente o valor do arrendamento, com pagamentos anuais. No ano de 1952 o Inspetor do SPI, Álvaro Soares da Silva, elevou o valor em dez vezes (de Cr\$ 30, 00/ha para Cr\$ 300,00/ha), o que provocou uma revolta geral dos arrendatários. Soma-se a isto a descoberta de uma jazida de mica⁴² na área do PIGM, o que aguça o interesse dos arrendatários que, comandados por um Capitão reformado do exército brasileiro chamado Arlindo, se aliam a políticos influentes para reivindicarem o direito de posse (PARAÍSO, 1989, p. 11). O SPI venceu o protesto judicial e teve início a vagarosa ação de reintegração de posse. No entanto, uma estranha negociata repassa o controle da área indígena do SPI para a Polícia Florestal de Minas Gerais, sob o pretexto de criação do Horto Florestal do Rio Doce. O comando fica com o Capitão Arlindo, e as taxas de arrendamento passam a ser pagas à prefeitura de Resplendor (ibid, p. 11).

Em 1957 a liberação da área aos arrendatários foi conseguida com a transferência forçada dos Krenak para o Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO), no território dos índios Maxacali. A ação foi justificada através de um atentado a bomba na casa do chefe do Posto Indígena, recaindo a culpa sobre os Krenak. Foi um golpe contra eles, pois foram acusados de um atentado que não cometeram⁴³. No momento da transferência forçada alguns Krenak se refugiaram em ilhas no Rio Doce, chamadas atualmente de "Ilhas da Resistência". Este é um episódio sempre rememorado pelos Krenak, como pude comprovar desde minha primeira

_

⁴¹ Os Krenak nunca perderam o interesse por *Jorminhót*, posto que permaneceu vividamente na memória do povo. Atualmente a retomada da relação com este importante "objeto" de sua cultura é vista como um fator de fortalecimento espiritual frente a destruição do *Watu*, outra importante "entidade" sagrada dos Borum.

⁴² Mineral brilhante, muito usado por sua transparência e não fusibilidade; malacacheta (cf. Dicionário Aurélio). Um levantamento sobre o contexto de exploração deste mineral na primeira metade do século XX no Vale do Rio Doce pode ser consultada no artigo de Espíndola (2015).

⁴³ Em nenhum dos textos pesquisados consta precisamente a data do atentado. Misságia de Mattos (1996, p. 96) sugere que ele possa ter ocorrido entre 1954/56.

pesquisa de campo com eles em 2006. Guimarães e Paraíso descrevem bem o episódio da transferência:

Embarcados em caminhões, os Krenak foram abandonados na cidade de Maxacali, a 30 Km da sede do Posto Indígena, sem que sequer o chefe daquele Posto tivesse sido avisado da chegada do grupo (Souza, 1989). Este, quando soube que os Krenak estavam na cidade, deslocou-se para recolhê-los. Acomodou-os precariamente numa pequena parcela das terras Maxacali (1991, p. 7).

Naquela época ainda parecia ser bastante presente na memória coletiva dos Maxacali e dos Krenak as relações de inimizade estabelecidas pelos seus ancestrais. A perspectiva de aliança frente os brancos ainda não era uma realidade, como é desde pelo menos a década de 1970. Neste contexto de convivência com um povo "inimigo", passando necessidades básicas como fome, frio e contração de doenças, os Krenak resolveram retornar ao seu território tradicional. Em 1959 um grupo deixou o PIMO e foram a pé até a cidade de Governador Valadares, onde tomaram o trem até a estação da vila Crenaque. Foi uma viagem de volta que durou 96 dias. Este ato por si só revela a importância das terras no Vale do Rio Doce para os Krenak. Mas é também a partir desta transferência forçada e das tentativas de regresso às suas terras tradicionais que começou a dispersão do povo Krenak por diversos Postos Indígenas do país, já que na área do Rio Doce a Polícia Florestal não queria a sua presença. Os destinos foram variados, "alguns se dirigiram para [Ilha do] Bananal e para o Mato Grosso (PI Cachoeirinha), e um grupo foi para o PI Vanuíre, em SP" (MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 102. Ênfase inserida).

O SPI só retornou ao PIGM em 1966, quando o inspetor do órgão relatou ter encontrado as 16 casas em estado precário. No mesmo ano foi firmado um convênio entre o SPI e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), na qual esta assumiu a responsabilidade de prestar a assistência à população indígena no Estado. O acordo foi ratificado pela FUNAI no ano seguinte, quando o SPI deixou de existir. Tal acordo significou mais uma vez a presença militar nos territórios indígenas do Estado, mas naquele contexto de Ditadura Militar (1964-1985), uma presença extremamente repressiva. Para viabilizar essa tutela foi criada em 1968 a Ajudância Minas-Bahia (AMB), instância regional da Funai encarregada de administrar o PIGM e PIMO, além dos demais Postos Indígenas em MG e BA. O Capitão da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro, que já comandava o Destacamento da Polícia Rural no PIMO desde o ano anterior, foi nomeado chefe da AMB. No ano seguinte, 1969, a FUNAI criou a Guarda Rural Indígena (GRIN), grupamento destinado a exercer o policiamento ostensivo das terras indígenas. No mesmo ano é criado na área do PIGM o Reformatório Agrícola Indígena

Krenak (RAIK), que atualmente é referido pelos Krenak apenas como *Presídio Krenak* (JUNIOR, CAPUCCI, *et al.*, 2015).

O idealizador e executor do RAIK foi o Capitão Pinheiro e para lá eram enviados índios de diversas etnias do Brasil, acusados de ameaçar a ordem tribal⁴⁴. Muitos Krenak trabalharam nesse reformatório, onde formas variadas de abusos foram cometidas contra os índios. Em seu estudo sobre o *Presídio Krenak*, Carlos Caixeta de Queiroz nos conta que:

os Krenak não tiveram outra alternativa a não ser submeter-se às influências diversas e ameaças de diferentes povos; não puderam escapar a convivência forçada com índios de diversas procedências e culturas. Os Krenak passaram a viver sob forte esquema de repressão; o posto era policiado por soldados militares; foram proibidos de falar a língua e forçados a trabalhar para o sustento geral. Quaisquer deslizes eram severamente punidos. Além disso tiveram que conciliar diferentes visões de mundo numa total caracterização de suas próprias concepções culturais (1999, p. 87, nota).

Em 1969 a FUNAI transfere para a, já reduzida, área Krenak vinte índios Guarani da cidade de Parati, intensificando, assim, o sistema interétnico. Esses passam a "compartilhar as péssimas condições de vida, a falta de terras e de assistência e a convivência forçada com os prisioneiros" (GUIMARÃES & PARAÍSO, 1991, p. 8).

Em 1971 a FUNAI ganha uma ação judicial que pedia a reintegração de posse dos 4 mil hectáres pertencentes aos Krenak desde o seu aldeamento na década de 1920. A ação dava 30 dias para a saída dos fazendeiros, mas novamente uma negociação irregular entre o Governador de Minas Gerais (intervindo pelos fazendeiros), o presidente Médici e a FUNAI, prejudica mais uma vez os Krenak (CIMI, 1989, apud CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 37). Estes, sem saber do ganho de causa da FUNAI, foram transferidos, juntamente com o Reformatório, da área do Rio Doce para a Fazenda Guarani no município de Carmésia (MG). Também mais uma vez a transferência foi realizada de forma violenta. Após este crime cerca de 50 fazendeiros foram titulados pelo Instituto de Terras de Minas Gerais (Ruralminas), e a parte relativa ao PIGM arrendada ao Patronato São Vicente de Paula (CAIXETA DE QUEIROZ, 1992, p. 38).

No decorrer da década de 1970 muitos Krenak foram levados para Vanuíre (SP), Colatina (ES) e Conselheiro Pena (MG) (GUIMARÃES E PARAÍSO, 1991, p. 9). Como em

37

⁴⁴ Na ACP criada para solicitar reparações pela violência sofrida pelo povo Krenak durante a vigência do RAIK, os Procuradores da República informam que o Presídio "foi criado com o objetivo de confinar e 'recuperar' índios considerados criminosos ou com comportamentos tidos como desviantes, vindo a tornar-se símbolo da violência e arbitrariedade com as quais foram tratados os povos indígenas durante a ditadura" (JUNIOR, CAPUCCI, *et al.*, 2015, p. 14).

Maxacalis, a vida na Fazenda Guarani não agradava ao povo Krenak. A falta de um grande rio, o frio, a terra infértil, além do forte desejo de morar à beira do Rio Doce, local onde viveram os antepassados, deixavam os Borum insatisfeitos. Tal aspecto pode ser comprovado pelas palavras do Cacique *Nego* (*Him*), importante liderança Krenak à época:

O índio que é acostumado, ele é difícil acostumar em outro lugar. Agora eu não sei explicar, não sei se é pelo amor ao lugar deles, que tem os antepassados deles, morreu os avós, o pai, a mãe, tudo ta ali. [...] Eu mesmo quando estava na fazenda guarani, eu gostava de lá, mas todo dia eu pensava no Krenak. Lá não era tão ruim assim, não, mas eu não acostumava lá de jeito nenhum, tinha dia que eu até sonhava com o Krenak... (apud MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 113).

Esta situação de desterritorialização forçada sem dúvida implicou um certo grau de desorganização social, mas também conferiu um rumo particular à combatividade borum, tornando-os protagonistas em um cenário nacional marcado pela politização da questão indígena. Além disto, como argumentam Reis e Genovez (2013, p. 10), "mesmo no exílio, os Krenak acabam constituindo (multi) territórios ao contrário de uma desterritorialização almejada pelo SPI [e FUNAI/AMB]". Desta forma, pensar atualmente a "sociedade" Krenak implica em considerar esta rede de relações multiterritorial. Atualmente a maioria dos Krenak habitam a região do médio Vale do Rio Doce no extremo leste do estado de Minas Gerais. Contudo, há também índios Krenak habitando Terras Indígenas com outros povos, como a Terra Indígena Vanuíre no estado de São Paulo, que compartilham com índios Kaingang, a Terra Indígena Fazenda Guarani em Minas Gerais, que compartilham com índios Pataxó, além de

É a partir dos anos 1970 que os índios Krenak passam a participar ativamente dos movimentos ligados à "causa indígena". Apoiados por agentes interculturais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI) eles começaram a participar de palestras, manifestações, debates, entre outros. O momento era marcado pela efervescência dos debates acerca do futuro dos povos indígenas, muito influenciado pelo pessimismo de pensadores ilustres como Darcy Ribeiro, que, na esteira da teoria da aculturação, chegou a "prever" a transformação dos índios do Brasil em "índios genéricos" (RIBEIRO, 1970, apud RAMOS, 1987).

Alcida Ramos (1987, p. 118) destaca o impacto desse momento para os povos indígenas, já que "a causa comum de lutar numa arena política, ao mesmo tempo em que congregou os povos indígenas em torno de um sentimento nascente de 'indianidade', teve também o efeito de reforçar suas distinções étnicas". Dessa forma, também é necessário considerar a importância dos agentes interculturais, e desse momento de "emergência da causa indígena" na constituição e instrumentalização da identidade étnica Krenak.

O discurso do índio Krenak Augusto Paulino, para uma plateia de líderes indígenas, antropólogos, advogados, religiosos e entidades de apoio à causa indígena, realizado em São Paulo em 1981, é um importante dado para o argumento de que a apropriação da identidade étnica Krenak se dá através de um processo que passa pelos choques com a sociedade nacional e com outras sociedades indígenas, com a descoberta das instituições ocidentais como a legislação, entre outros. Vamos ao seu depoimento:

Caríssimos irmãos, estou aqui para apresentar essa fraca figura, que vem sofrendo há muitos anos. Há 22 anos que vem sofrendo. (...) Nós tinha muito gado (...) nós tinha 900 cabeças de boi, 600 cabeças de carneiro, 300 cabeças de animal [eqüinos], tínhamos de tudo, aí começaram a vender, a vender, e foi acabando, tiraram-nos de lá e levaram pra Maxacalis. Não gostamos, voltamos de volta, tudo a pé, 92 dias de volta. Chegamos, ficamos acampados numa ilha; aí chega o capitão Pinheiro e disse que ia liberar outra vez a nossa sede.(...) Construiu cadeia, enfim, liberou tudo. Começamos a organizar o terreno outra vez. Naquela organização, os fazendeiros desconfiaram que iam ocupar a terra toda, o território todo. Aí começaram a andar daqui para ali, tornaram a tirar nós para levar pra Fazenda Guarani. (...) Nessa época construiu cadeia, construiu tudo, aí trazia índio do Amazonas, índio de tudo quanto é canto, lá prendia, batia, espancava. Lá, nessa época que foi tirar-nos, foi em 68, tiraram-nos e levaram pra Fazenda Guarani. Os índios que não queriam ir, eles amarravam, prendiam na cadeia, deixavam lá, dois, três dias com fome. Aí conduziram nós pra Fazenda Guarani. Ficamos lá sete anos. Em sete anos começamos a descobrir a lei, tornamos a voltar. Estamos acampados no nosso território outra vez, chegamos lá, também já tinham destruído tudo. Tinha acabado tudo o que nós tinha deixado. Nós acampamos e aí começaram a querer tirar-nos outra vez. Mas aí começamos a reconhecer a lei, andar para aqui, andar para ali. Deixaram-nos quietos. Estamos lá acampados em 13 alqueires. Nós queremos organizar o território para frente. Aí foram lá, juntaram, perguntaram a nós quantos alqueires nós queria para organizar nosso território, que nosso território lá é 1950 alqueires. Para nós organizar, para nós trabalhar, nós somos em 80 pessoas só, éramos 600. foi morrendo tudo, aquilo... os mais velhos ia apaixonando com o local do lugar, querendo voltar, não podia voltar. Falava em voltar, eles prendia, batia, e aí foram morrendo. Tornamos em 80 só. Estamos acampados lá nesses 13 alqueires. Tentaram de organizar pra nós 250 alqueires, então nós com 250 alqueires ficava satisfeitos. Mas não quiseram. Aí, a gente vai lá na delegacia, em Valadares, conversa com o delegado: "mas, pra quê que índio quer terra? Índio é preguiçoso, índio não trabalha, esse índio Krenak não é índio nenhum que trabalha, pra quê quer terra, índio come peixe e caça!" Bom, antigamente o índio tinha caça pra comer, tinha muito peixe (...) Agora, hoje em dia, como é que o índio convive, 80 pessoas dentro de 13 alqueires de terra? O que tem pra comer? Tem que comer do fruto da terra e tem que trabalhar. Aí, eu peco a todos vocês, todos os irmãos aí, que não enfraqueçam não. Consigam a batalha de frente, porque o sapo que para, a cobra come ele. O sapo sempre mais um pulinho à frente. Nunca se para não, porque tem 22 anos que eu venho sofrendo, mas agora, se Deus quiser, eu vou em frente, nem que seja pulando um metro, amanhã eu pulo dois e se deus quiser, eu chego lá. Mesmo pra deixar pros meus filhos, meus sobrinhos, meus primos, pra minha comunidade, eu quero deixar alguma coisa. Muito obrigado pra vocês... (AUGUSTO PAULINO, 1981, apud RAMOS, 1987, p. 120-121, ênfases inseridas).

O primeiro ponto que pode ser destacado do discurso de Augusto Paulino é o fato de mencionar que já fazem vinte e dois anos que vem sofrendo. Como o discurso data de 1981, significa que Paulino identifica a época da primeira desterritorialização forçada como a origem

da sua desventura. Sua memória se organiza a partir deste acontecimento, e deste ponto circunscreve os demais. Augusto Paulino nos apresenta de maneira clara o processo de ocupação das suas terras pelos fazendeiros, a conivência do órgão indigenista nesses processos, as transferências impostas aos índios, bem como sua inserção numa arena política. Esta última comprovada quando diz: "Mas aí começamos a reconhecer as leis, andar para aqui, andar para ali". A descoberta dos meandros institucionais do mundo dos brancos possibilitou aos Krenak reagir a ele, apropriando-se de vez da fronteira étnica, e a partir de então alimentando-a. Augusto Paulino distingue diversos atores como os fazendeiros, o órgão indigenista, os outros indígenas que iam presos para o Presídio Indígena, o delegado que fez pouco caso do seu povo, entre outros. Esta distinção permite a Paulino definir uma posição dentro desse emaranhado de atores, vindo a se situar mais proximamente dos índios de outras etnias – chamados de irmãos⁴⁵ – do que dos brancos que o subjugam.

Na época desta fala de Paulino, algumas famílias haviam recém retornado à região do Rio Doce, e ocuparam uma área de 68,25 ha anteriormente arrendada pela FUNAI ao Patronato São Vicente de Paulo (MISSÁGIA DE MATTOS, 1996, p. 114). Em 1983 A FUNAI entrou com uma ação de Anulação de Títulos no Supremo Tribunal Federal. Desse período até a reintegração definitiva da terra em 1997, os conflitos foram grandes. A luta para conseguir a anulação da posse da terra pelos fazendeiros e fazê-los sair da área foi intensa. Apenas em 2002 é que houve a homologação da Terra Indígena Krenak. Quando a terra foi definitivamente demarcada, um líder Krenak foi à Fazenda Guarani e a outras áreas indígenas para convocar os parentes de volta para o Rio Doce. Muitos retornaram, mas também constam relatos de índios que se negaram a retornarem por não acreditarem que os fazendeiros, militares e outros atores que impuseram tantos prejuízos ao seu povo tivessem realmente sido tirados do território tradicional Krenak. Ainda persistem, tal qual fantasmas na memória de alguns, as sombras de um passado violento.

A Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE Aimorés) que está situada no município homônimo, teve a sua concessão de implantação no ano de 1975. Contudo, o interesse na sua construção ficou paralisado até a década de 1990, quando foi contratado pelo Consórcio da Usina Hidrelétrica (VALE E CEMIG) os estudos de viabilidade do empreendimento. A empresa que executou estes estudos em 1997, IESA (Internacional de Engenharia S.A.), contratou a antropóloga Izabel Misságia de Mattos, com notória experiência de pesquisa sobre

-

⁴⁵ Categorias como "irmãos" e "parentes" são atribuições recorrentes conferidos pelos índios a indivíduos de outras etnias que não a sua, quando numa arena política maior, que diz respeito à "questão indígena".

os Krenak – como pode ser percebido pelas constantes menções aos seus trabalhos aqui –, para levantar os possíveis impactos da UHE Aimorés sobre a vida desses índios. Ocorre que a conclusão produzida pela antropóloga e apresentada no relatório do estudo foi considerada vaga e prejudicial aos Borum pelo MPF, já que afirmava que o empreendimento não afetaria as terras nem a cultura dos índios, nem alteraria o quadro dos conflitos interétnicos relativos à demarcação do território indígena que na época havia acabado de ser executada. O Estudo de Impacto-Ambiental (EIA/RIMA) foi apresentado ao Ibama em 1998, que, por sua vez, concedeu em 2001 a Licença de Instalação (LI), e em dezembro de 2005 a Licença de Operação (LO). Contudo, já em março de 2005, Procuradores do Ministério Público Federal deram entrada em uma Ação Civil Pública (ACP) agindo em defesa dos direitos e interesses coletivos do Povo Indígena Krenak.

Na ACP é feita a contextualização de todas as etapas do processo de licenciamento da UHE Aimorés, buscando demonstrar que houve a exclusão da participação do Povo Indígena Krenak de todas as discussões relativas à concepção e implantação do projeto hidrelétrico. Esse fato deixou evidente o descumprimento das normas que regem o processo de licenciamento ambiental. Os Krenak solicitaram aos Procuradores a contestação das licenças emitidas, baseados no fato de que toda a sequência de emissões de licenças pelo IBAMA à concessionária desconsiderou qualquer impacto ao grupo, já que, pautado no parecer antropológico supracitado, o órgão licenciador tomou como certo que o empreendimento não afetaria em nada a comunidade indígena.

A Procuradoria da República em Minas Gerais realizou uma investigação a fim de levantar as irregularidades contidas nos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Aimorés. Foi constatada a ilegitimidade do parecer da antropóloga responsável pelos estudos junto aos Borum, já que a profissional alegou ter sido "pressionada" pela empresa de engenharia que a contratou "para que da conclusão de seu trabalho constasse que o empreendimento não causaria qualquer tipo de impacto ao Povo e à Terra Indígena Krenak. Os promotores destacam também o esclarecimento dado pela antropóloga à equipe que realizou um Estudo Suplementar Etnoambiental junto aos indígenas, onde esclarece que lhe foi expressamente recomendado, pela empresa licitada, que procedesse ao estudo etnohistórico da área afetada, sem, contudo, ocupar-se de qualquer abordagem da sociedade e do território contemporâneos dos Krenak, posto que estes "não seriam afetados". Constatada a irregularidade, os Procuradores Federais contestaram a conclusão do EIA/RIMA sobre a não interferência do projeto hidrelétrico na vida dos Borum, já que sua superficialidade e parcialidade induziram em erro os órgãos

licenciadores, que, por sua vez, "não agiram como deveriam na defesa dos interesses dos índios (como agiram em relação à comunidade majoritária) em suas respectivas áreas de atuação" (NETO, SERAFIM e NASCIMENTO, 2005).

A ACP destaca o tratamento discriminatório dispensado aos índios, já que foram empreendidas inúmeras reuniões com a população do meio rural e urbano residentes na região de influência da UHE Aimorés, sem que, no entanto, fosse realizada qualquer reunião com os Krenak. Adveio desse tratamento discriminatório no processo de consulta prévia⁴⁶ a exclusão dos índios na participação de qualquer Programa Ambiental especificado no EIA/RIMA. Posteriormente, quando a LI já havia sido concedida e a UHE Aimorés já era uma realidade física, foi criado emergencialmente o "Programa de Acompanhamento da Comunidade Indígena Krenak", mas que não detinha nenhuma aptidão sanar as irregularidades até então praticadas. Até o momento da apresentação da ACP, nenhum dos Programas de Acompanhamento realizados pelo Consórcio da UHE Aimorés em âmbito regional era também estendido aos Borum. Programas como Educação Ambiental, Vigilância Epidemiológica e Saúde Pública, Apoio ao Produtor Rural, Conservação da Ictiofauna, Criação e Implantação da Unidade de Conservação, haviam sido implementados apenas entre os não-indígenas.

Como afirmado na ACP, os índios "se viram em situação de menosprezo em relação à comunidade envolvente. Enquanto todos tinham informações diretamente do empreendedor, em reuniões temáticas ou audiências públicas, os índios ficaram ao largo das discussões" (NETO, SERAFIM e NASCIMENTO, 2005). É fácil perceber por contraste a completa inadequação da conclusão apresentada no primeiro levantamento, o EIA/RIMA, que afirmava que o empreendimento não alteraria o quadro de conflito interétnico já estabelecido com a população regional. Durante minha pesquisa de mestrado (realizada em 2009), quando ainda discutia com os índios um tema a ser explorado, houve a sugestão de investigar a perspectiva de progresso dos Borum. Um dos meus interlocutores afirmou que era preciso fazer as pessoas entenderam que os Borum querem progredir e fazer parte do desenvolvimento regional: "Já que esses projetos são irreversíveis, nós precisamos fazer parte deles, para não ficarmos mais uma vez para trás" (KRENAK, apud PASCOAL, 2010, p. 101). Dessa forma, é preciso ter claro que a ideia de progresso ou desenvolvimento não lhes é estranha. Eles querem participar do desenvolvimento, mas de acordo com seus próprios interesses. Qualquer decisão coletiva deve

-

⁴⁶ A consulta prévia às populações afetadas por empreendimentos ambientais é regulamentada pela Resolução Conama nº 009 de 03/12/1987. Já a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Governo Brasileiro em 2002, dispõem sobre a necessidade de consulta prévia aos povos indígenas no que se refere a qualquer projeto passível de afetar-lhes.

ser uma autodeterminação indígena. O que eles não aceitam é serem excluídos das discussões sobre diversos projetos propostos para a região, pois, como ouvi ao longo de toda aquela pesquisa, "o Vale do Rio Doce é dos Borum!"⁴⁷ (PASCOAL, 2010).

A questão da territorialidade aflorou intensamente quando o governo de Minas Gerais criou por decreto na região do médio Rio Doce o Parque Estadual de Sete Salões, que seria implantado com recursos repassados pela UHE Aimorés como forma de "compensação ambiental" pela atividade de geração elétrica⁴⁸. Como já exposto no primeiro capítulo, os Borum possuem uma relação cosmológica com a região, e reivindicam sua demarcação como Terra Indígena. Eles inclusive acusam uma das donas da hidrelétrica, a VALE, de ser a principal responsável por terem perdido o acesso a esse território desde que a EFVM foi construída, como também já foi exposto supra⁴⁹. Esta questão foi contemplada na ACP, que afirma que a implantação do referido Parque "representaria um 'impacto' indevido sobre os direitos constitucionalmente reconhecidos ao povo Krenak", e que se "tivessem os índios participado do processo de licenciamento, no seu contexto, tornar-se-ia claro que a implementação do parque, nos moldes em que se propunha, era juridicamente inviável" (NETO, SERAFIM e NASCIMENTO, 2005). Durante o conflito chegou-se a propor uma "guarda compartilhada" do "Parque de Sete Salões" entre os Povo Krenak, Governo do Estado e UHE Aimorés. Nesta proposta os Krenak desempenhariam a função de "guarda parque" remunerada pela UHE Aimorés, mantendo-se o status da Terra como Unidade Estadual de Conservação da Natureza. Após discutirem largamente entre seus grupos, como me contaram, os Krenak foram radicalmente contra esta proposta, pois entenderam que na prática significaria a alienação do seu direito constitucional de terem um estudo de identificação e delimitação de seu território tradicional.

Em 1º dezembro de 2005 os Krenak fecharam pela primeira vez a EFVM com a ajuda de outros povos indígenas que habitam em Minas Gerais e Espírito Santo. A paralisação durou cerca de 36 horas, e na ocasião foi divulgado um comunicado com suas reivindicações, quais sejam:

1) Que a FUNAI constitua imediatamente um Grupo Técnico, para a identificação do Sete Salões como Terra Indígena Krenak; 2) Que o consórcio da UHE Aimorés retome imediatamente o diálogo com a nossa comunidade com o objetivo de definir as

⁴⁷ Isto não deve ser entendido no sentido de posse, mas como de uma constituição comum, uma formação histórica mútua que confere um "lugar de fala" aos Krenak.

⁴⁸ Uma exposição sobre este conflito ambiental pode ser consultada através do Mapa dos Conflitos Ambientais, elaborado pelo GESTA dentro do Projeto "Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais". Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=537 Acesso em 05/04/2018.

⁴⁹ A Vale, anteriormente denominada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), incorporou a EFVM na década de 1940.

compensações devidas; 3) Que seja iniciado o diálogo entre a CVRD e nossa comunidade para entendimentos quanto aos impactos causados pela construção da ferrovia (Comunicado do Povo Krenak, 2005, apud PASCOAL, 2010, p. 105).

Antes que a ACP fosse julgada foi feito um acordo com o Consórcio da UHE Aimorés que a encerrou. Um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) resultante do acordo foi assinado em julho de 2008, e estipulou uma indenização por danos morais coletivos da ordem de doze milhões de reais aos indígenas. A principal ação estabelecida no TAC foi um projeto de pecuária leiteira que visava dar sustentabilidade econômica à aldeia, e que chegou a ser noticiado como "a primeira parceria público privada (PPP) indígena do Brasil" (PASCOAL, 2010, p. 110-3).

De acordo com o cronograma inicial o projeto já deveria ter atingido o objetivo, mas segundo diagnóstico realizado pelo MPF em 2013, dificilmente cumprirá (LIMA DA COSTA, LOBO, *et al.*, 2013). Já em 2009 os índios afirmavam que o projeto só favoreceria àqueles acostumados na lida com o gado, minoria entre os Borum. Parece mesmo que o projeto, já àquela altura, havia acentuado as diferenças econômicas entre os indígenas, distorcendo completamente os objetivos que o justificaram.

Em outras duas ocasiões os Krenak interditaram a EFVM. Em 06 de novembro de 2014 eles fecharam a via férrea para exigirem o cumprimento dos acordos relativos ao Projeto de Pecuária Leiteira. Uma mesa de negociações foi iniciada com representantes da mineradora VALE, que como já informado, controla a EFVM e a UHE AIMORÉS, e a ferrovia foi liberada. No entanto, após algumas rodadas de negociação, os Krenak não aceitaram a oferta da empresa, pois julgaram que estava muito aquém do que seria aceitável para que o projeto de pecuária não fosse ainda mais comprometido. Então, no dia 09 de novembro do mesmo ano eles voltaram a interromper o trânsito na ferrovia, só a liberando no dia seguinte, quando um novo acordo foi selado com a VALE. No ano seguinte, uma nova paralisação da ferrovia foi necessária. Desta vez o motivo foi a irrupção do "conflito espacial" (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) causado pelo desastre-crime da Samarco. Os Krenak consideraram inaceitável que após uma semana desde o rompimento da Barragem de Fundão que atingiu o seu rio sagrado, o Watu, nenhum representante da Samarco ou das suas acionistas (VALE e BHP) os procurou para conversar sobre a reparação do crime. Assim, no dia 13 de dezembro de 2015 novas barricadas foram erigidas nos trilhos da EFVM, e por lá foram mantidas pelos Krenak durante quatro dias, até que a VALE assumisse a responsabilidade de reparar os danos que a Samarco lhes causou. Atualmente as medidas estão em curso, e compreendem o fornecimento de água potável para utilização humana e dos animais domésticos, fornecimento de alimentação suplementar para o gado vacum, pagamento financeiro mensal, entre outras (cf. infra).

Durante todo o processo de disputa e negociações com os diversos agentes que compõem este universo relacional descrito, os Borum adquiriram experiências que os deixaram melhor preparados para se precaverem de uma "autodeterminação indígena dirigida" (BAINES, 1993). Com efeito, cada um dos agrupamentos da Terra Indígena Krenak fundou uma Associação Indígena, que começaram em quatro, mas atualmente são sete, conferindo maior representatividade de acordo com as especificidades organizacionais deste povo indígena. Isto é fundamental, já que vários empreendimentos passíveis de os afetar são planejados para as regiões do alto e médio Rio Doce. Até 2015 constava no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) do Governo Federal a construção de mais três hidrelétricas na região nos próximos 10 anos: as Usinas Hidrelétricas de Resplendor e Crenaque, no Rio Doce, e Usina Hidrelétrica Travessão, no Rio Manhuaçu. Os dois primeiros empreendimentos ficariam mais próximos da Terra Indígena Krenak do que a própria Usina Hidrelétrica de Aimorés, que dista cerca de 20 Km a jusante da TIK. Contudo, tais empreendimentos "desapareceram" das planilhas do governo federal após o desastre-crime do rompimento da Barragem de Fundão causado pela Samarco na cidade de Mariana, no alto curso da Bacia do Rio Doce. Em uma pesquisa na internet, a última menção encontrada a estes três projetos hidrelétricos é justamente no Anuário de Infraestrutura de 2015 realizado pela Revista Exame⁵⁰. No sítio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) só existe a menção a "Aproveitamentos Hidrelétricos" entre as cidades de Galiléia, Tumiritinga e Governador Valadares, distantes cerca de 100 km a montante da TIK. Não há muitas informações sobre este(s) empreendimento(s), mas a data de referência é 31 de dezembro de 2016⁵¹.

disponíveis Tais informações estão através do link: http://exame.abril.com.br/revistaexame/infraestrutura/2015/obras/?estado=MG&setor=Gera%E7%E3o (Acesso em 15 de junho de 2017).

51 Informação disponível através do link: http://www.pac.gov.br/obra/87589 (Acesso em 15 de junho de 2017).



Figura 5 Infográfico indicando os empreendimentos hidrelétricos previstos no PAC 1 e 2 / Fonte: Revista Exame

Como apontado na introdução deste relatório, existe outro empreendimento passível de afetar os índios Krenak: o mineroduto da Manabi/MLog, cujos traçados analisados no EIA/RIMA cortariam necessariamente terras disputadas pelos Krenak, ou adjacentes à TIK, mas cruzando cursos de água que atravessam à jusante a aldeia. Estes detalhes, inclusive, são escamoteados no EIA/RIMA (ECOLOGYBRASIL & ECOCONSERVATION, 2013). Além disto, as jazidas de minério pertencentes à empresa situam-se na calha do Rio Santo Antônio, importante afluente da margem direita do Rio Doce. Este empreendimento parece estar temporariamente suspenso devido uma reorganização acionária da holding⁵². Contudo, o jornal De Fato publicou uma matéria em 30 de março de 2018 noticiando que a MLog retomou o projeto minerário em Morro do Pilar (MG), voltando a se movimentar para obter as licenças ambientais necessárias para o funcionamento do empreendimento⁵³ (ANDRADE, 2018).

Sobre outros empreendimentos passíveis de afetar de alguma forma a Terra Indígena Krenak, é preciso ter em mente a grande extensão da bacia hidrográfica do Rio Doce,

⁵² É possível que o baixo preço do minério de ferro no mercado internacional tenha arrefecido o projeto.

A matéria escrita pelo jornalista Rodrigo Andrade pode ser consultada através do link: https://www.defatoonline.com.br/mlog-ex-manabi-retoma-projeto-de-mineracao-milionario-em-morro-do-pilar/ Acesso em 12 de maio de 2018.

e o fato de seus principais formadores e afluentes encontrarem-se em regiões de exploração energética, mineral, metalúrgica, madeireira, entre outras. O desastre causado pela Samarco mostrou a relevância e abrangência de algo ausente nos Estudos de Impacto Ambiental, que são os efeitos sinergéticos advindos dos empreendimentos. Não é mais possível que tais estudos não reflitam profundamente sobre estes efeitos. O rompimento da Barragem de Fundão causou estragos ambientais, econômicos e sociais em toda a extensão da Bacia/Vale do Rio Doce, (incluindo sua foz) que, aliás, não se sabe definir até quando poderão perdurar. No caso dos Krenak, o desastre-crime que feriu de morte um rio que já estava adoecido, afetou a própria reprodução social do grupo, já que uma grande parte de suas atividades econômicas, de lazer e espirituais são a ele articuladas. Tal relação íntima com o Rio Doce, o *Watu*, deve mesmo ser pensada como uma relação social entre sujeitos, já que os Krenak mesmo dizem: "o Watu é nosso parente"!

Em dezembro de 2015 o MPF ingressou com uma nova ACP (JUNIOR, CAPUCCI, et al., 2015) na qual requereu a condenação de diversas instituições públicas e o Capitão Manoel dos Santos Pinheiro⁵⁴ pelos crimes históricos cometidos contra o Povo Krenak, sobretudo no contexto da Ditadura Militar. A ACP lista uma série de medidas que devem ser tomadas por estes agentes no sentido de repará-los pelos danos coletivos e violações aos direitos humanos. Estas reparações envolvem ações no âmbito cultural (como produção de materiais na língua krenak, além de outras ações para o fortalecimento desta língua e da cultura krenak de um modo geral), ambiental (recuperação ambiental da TIK), sociais (fornecimento de documentação governamental sobre o Povo Krenak referente ao período da Ditadura Militar), e talvez a mais importante, que a FUNAI concluísse os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Krenak de Sete Salões/MG no prazo máximo de um ano. Em dezembro de 2016 o MPF conseguiu a tutela antecipada nesta ACP, obrigando a FUNAI a concluir, no prazo de um ano, o processo de identificação e delimitação do território do *Sete Salões*⁵⁵. A FUNAI, por sua vez, editou uma nova portaria⁵⁶ em 09/05/2017 constituindo um Grupo Técnico (GT) para realizar os estudos complementares de natureza fundiária e cartorial necessários para a identificação e delimitação desta TI. A decisão judicial estabelecia um prazo de 90 dias para a

_

⁵⁴ A ACP solicita que sejam retiradas do Capitão Pinheiro suas patentes militares e honrarias que possua, a perda dos proventos de aposentadoria que recebe do Estado ou da União, e reparar os danos morais cometidos ao Povo Krenak mediante indenização.

⁵⁵ Ver notícia disponibilizada no site do PGR de MG disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-justica-federal-obriga-funai-a-delimitar-terra-indigena-krenak-no-prazo-de-um-ano (Acesso em 10 março de 2018).

⁵⁶ A primeira portaria criando um GT para as atividades de identificação desta TI foi editada em 2013. Ver o histórico em https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/5364. (Acesso em 10 de março de 2018).

elaboração do relatório fundiário (30 dias de campo e 60 para a escrita). Contudo, apesar do prazo dado de um ano para a conclusão dos estudos (que se contados a partir da tutela antecipada concedida findaria em dezembro de 2017), ou dos 90 dias exigidos a partir da criação do GT da FUNAI (que findaria em agosto de 2017), já é julho de 2018 e o relatório de identificação e delimitação ainda não foi concluído e publicado.

3. Os Krenak e o Watu

No laudo antropológico pericial elaborado por Maria Hilda Baqueiro Paraíso em 1989 no âmbito dos procedimentos necessários para a demarcação da Terra Indígena Krenak, a autora nos relata, já na introdução, a triste realidade vivida pelos Krenak à época, imersos em um pequeno espaço extremamente devastado, e convivendo com a destruição do rio que sempre lhes forneceu o sustento:

Os Krenak ocupam hoje 68,34 ha de terras que quase não permitem a atividade agrícola. As áreas das pequenas roças também são destinadas à criação de gado — única fonte de recursos de que dispõem. A população cresce rapidamente, inclusive com o retorno de outros membros da comunidade que se encontram dispersos pelo Brasil. Manter esta pequena parcela de terra como território krenak, que não oferece a mínima condição de garantir a sobrevivência do grupo, é compactuar com um crime de genocídio, pois o que resultará desta prática será, talvez, a morte física destas pessoas, mas, com certeza, será a morte de uma sociedade que não tem qualquer condição de se reproduzir como tal.

É também revoltante constatar-se a degradação do meio ambiente, totalmente desmatado e transformado, na sua quase totalidade, em pastos. A erosão e a lixiviação destruíram a área krenak, praticamente inviabilizando a prática da agricultura, da caça e coleta pelo grupo. Este desmatamento também impede a pesca nos córregos da área, pois os transformou em pequenos riachos sem vida e cada vez menos perenes. Até mesmo o rio Doce, vítima de uma poluição selvagem [sic] e descuidada por parte de mineradores e da indústria do aço, tornou-se um arremedo grotesco do que foi no passado. Pescar no rio Doce, no trecho de Resplendor, é difícil, e creio que o alimento obtido também não possa ser considerado dos mais saudáveis (1989, p. 6).

Esta extensa citação não visa reforçar algum argumento de que o meio ambiente no território krenak está degradado há bastante tempo, e que a situação engendrada pelo desastrecrime não apresentaria novidade. É evidente que, enquanto processo, a degradação ambiental provocada pela atividade mineral e industrial no Vale do Rio Doce intensificou-se desde os anos 1980⁵⁷. No entanto, o que se quer é enfatizar o extremo e árduo trabalho dos Krenak para reconstruírem o seu mundo e sua cultura a partir e apesar de toda violência que a sociedade nacional os infligiu: o que eles fizeram com o que a história fez deles. Logo se verá que desde a recuperação de uma parte do seu território tradicional na virada para os anos 2000, muito esforço foi empenhado para que pudessem melhorar as condições ambientais destas terras, em consonância com seus usos e costumes tradicionais.

julgava (FELIPPE, COSTA, et al., Janeiro/2016).

⁵⁷ No relatório elaborado por uma equipe de pesquisadores da UFMG e UFJF após o rompimento da Barragem de Fundão, eles mencionam que uma das coisas que impressionou os pescadores da região de Resplendor foi a imagem de peixes mortos que já não eram pescados, os quais se imaginava não existirem mais no Rio Doce. Como exemplo os Dourados de mais de 12kg, sendo que os pescadores alegaram que só encontravam Dourados com no máximo 3kg. Segundo estes pesquisadores, isso "demonstra que a saúde do rio a montante era maior do que se

Após a retomada definitiva da Terra Krenak a partir de 1996, os sonhos partilhados por todos eram de uma vida mais tranquila em uma parte do seu território sagrado⁵⁸, com a volta dos parentes dispersos pelo país, a recuperação ambiental do seu território, e o estabelecimento de uma relação de respeito mútuo com os não-indígenas da região. Como consta no laudo antropológico citado acima, a terra que reocuparam estava integralmente desmatada e exaurida. Em texto publicado em um livro cuja proposta era dar a versão dos Krenak sobre sua própria história, o professor Marcos Krenak fala sobre estes sonhos:

O sonho continua

O exílio não acabou para muitos Krenak! Mas os filhos dispersos estão se juntando sobre a terra Mãe, às margens sagradas do Watu.

Queremos sonhar livremente, sem cercas, sem solitárias, sem policiais, descer e subir de bote pelo Watu, recolhendo os peixes das armadilhas, sem medo de tocaias. Suas águas um dia estarão limpas, porque os brasileiros⁵⁹ também despertarão para proteger nossa fonte comum de vida!

Hoje, os peixes se reproduzem. E sobre nossas cabeças, o sol, a lua e as estrelas continuam fazendo seu caminho, dia e noite, sempre! As crianças e adultos procuram reaprender nossa linguagem e religião. E todos aqueles que morreram nesse tempo de agonia e luta, sonham também descansar em paz.

Um dia, contaremos para nossos parentes, para os brasileiros, para outros povos, porque lutamos tanto para realizar este sonho!

Muitos brasileiros nos procurarão para saber onde está nossa força.

E nós lhe explicaremos:

Nós somos como o capinzinho que amarelou de tanto ficar debaixo da pedra e agora se levanta. A vida não acabou no passado de sofrimento. Vamos ter força no futuro, porque lutamos, não nos entregamos, geração por geração. Muitos dos que fizeram nosso povo sofrer estão vivos! Esperamos que respeitem nosso jeito de viver. Somos cidadão do mesmo país!" (KRENAK, KRENAK, *et al.*, 1997, p. 45).

No ano de 2002 a Associação Indígena Krenak⁶⁰ realizou em parceria com o Programa de Extensão Culturas Indígenas da UFMG o Seminário "Passado, presente e futuro da Terra Krenak". Este Seminário foi coordenado por Waldemar Krenak⁶¹ e Maria Inês de Almeida, em uma tentativa de diálogo intercultural para a recuperação da Mata Atlântica. Como alguns Krenak me contaram, o desejo maior era encontrar parceiros e unir esforços para possibilitar a recuperação ambiental da TIK. A transcrição dos registros audiovisuais do

⁵⁸ Como dito antes, o traçado da TIK é produto de um modelo muito antigo de demarcação de terras, percebido inclusive na sua característica geométrica, e não reflete a visão integral dos próprios Krenak sobre seu território tradicional.

⁵⁹ É muito comum que os indígenas utilizem em suas falas certos adjetivos (pátrios, sobretudo) de forma diacrítica (ex. brancos, brasileiros, nacionais, portugueses). No caso do uso do adjetivo "brasileiro" no texto citado, percebese que a intenção é demonstrar que certos direitos desfrutados pelos não-indígenas não são estendidos aos indígenas, da mesma forma que aos primeiros não se aplicam os deveres exigidos dos últimos.

⁶⁰ A Associação Indígena Krenak foi criada em 2002 e representava todas as aldeias/grupos habitantes na TIK. Como visto no capítulo anterior, outras associações foram criadas na busca por maior autonomia de cada grupo. Atualmente cada aldeia/grupo possui sua própria Associação, num total de sete.

⁶¹ Waldemar, o Nadil, como era conhecido, foi uma importante liderança Krenak. Ele ocupou o cargo de Administrador da regional leste da Funai, até a sua morte prematura aos 49 anos em março de 2010. Waldemar também era membro titular do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce para o quadriênio 2009-2012.

Seminário serviu de base para um livro acompanhado de um filme, organizados em 2009 por Itamar de Souza Ferreira Krenak e Maria Inês de Almeida, e cujo título é extremamente significativo: "*Uatu Hoom*", o rio Doce fala, em tradução livre .

Em um dos relatos contidos no livro, Waldemar fala sobre a territorialidade de seu povo ao longo do rio Doce, demonstrando a relação entre territorialidade, construção da pessoa⁶², e resistência:

Antigamente, o povo Krenak utilizava-se da Bacia do Rio Doce para chegar até o mar. Hoje, realmente, quando falamos em desenhar nosso território, costumamos seguir o que ficou determinado pelo Governo. Cabe lembrar que essa limitação foi demarcada em 1920, contra a nossa vontade. Mas, na verdade, a matança e o massacre fizeram com que nosso povo permanecesse aqui, diferente dos povos de antigamente que moravam em Pancas, em Garrafão, em Kuparak, em Resplendor, em Galileia, Cuieté, Tumiritinga e Nak, localizada mais ao alto. Nosso povo vivia na beira da margem do Rio Doce, da pesca e da caça, e nos locais onde foi implantado o festival de dança e cultura indígena [refere-se à Serra do Cipó].

Então, nosso povo habitava por ali: entrava por Guanhães, Itabira, mas quando se lembrava do Rio Doce voltava pra cá, porque o Rio Doce era o Pai Nosso, que fornecia comida e suporte pra nossa vida, ele era nosso Patrimônio. E, por isso, nós não tínhamos limite.

No passado, nosso povo saía da aldeia Krenak e vinha a pé pelas matas, vinha pra cá, ficava aqui algum tempo caçando. Então, eles seguiam viagem e ficavam em outros lugares. E, depois, voltavam para o território krenak.

Como antes não existiam donos, o lugar era livre para os índios andarem, caçarem e pescarem. E, hoje, já não se faz mais isso, porque se um índio for a um lugar caçar, os brancos não deixam, porque eles são os donos agora. Antes não existiam donos, os donos éramos nós. E quando os brancos vieram pra cá, acabou isso tudo, foram sendo donos da terra. O índio ficou sem o seu espaço para caçar e pescar. (apud, KRENAK e DE ALMEIDA, 2009, p. 13).

A relação dos Krenak com a terra pode ser pensada no campo do contínuo, e não no do discreto. Isto significa que ela é formulada como uma relação entre iguais. Isto explica, por exemplo, as diversas menções ao parentesco com o Rio Doce, ou com outros entes da "natureza": "o rio é nossa Mãe", dizem uns; "o *Watu* é nosso pai", dizem outros. É justamente uma outra definição de "natureza" e, portanto, de "cultura", que parece estar em jogo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Esta continuidade entre o campo social e o campo natural não é uma metáfora, mas um sistema lógico de pensamento, estruturado a partir de sua cosmologia. Esta cosmologia é um modo de explicar a origem de todas as coisas que existem no mundo (SEEGER, DA

_

⁶² Construção da pessoa é um conceito particularmente caro às sociedades ameríndias, e está relacionado com uma certa ênfase que estas sociedades dão sobre a corporalidade na elaboração de suas cosmologias. Como afirmam Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979, p. 11), entre os ameríndios o corpo não é apenas um suporte de identidades e papeis sociais, mas uma matriz de símbolos e objeto de pensamento. No caso em tela, observamos uma ênfase dos Krenak nos processos de comunicação do corpo com o mundo. A construção da pessoa, com efeito, está relacionada com a obtenção de determinadas características particulares (força espiritual, saúde, pureza. por exemplo) que vem de um relacionamento direto com algumas entidades cosmológicas (espíritos protetores, *Watu*, Sete Salões, Pedra Pintura, entre outros).

MATTA e VIVEIROS DE CASTRO, 1979; HOWELL, 2002) Entre povos de tradição oral, as explicações geralmente estão presentes nos mitos e histórias passadas de geração a geração. Entre os Krenak a escrita foi introduzida há vários anos, e uma parte destas explicações sobre o mundo já foram registradas em livros. Um exemplo de como este conhecimento sobre o mundo é formulado pode ser visto no mito de origem da água contado pelos índios Hanát e Bogmám ao etnólogo Curt Nimuendaju em 1939:

A cobra grande Nyukuádn é a dona da água. Causa as enchentes e dá à chuva o sinal para cair pelo arco-íris (nyukuán-imbyégn – urina de Nyukuán).

A princípio o único ser que possuía água na terra era o beija-flor (holokeyún); todos os outros só bebiam mel. O beija-flor banhava-se todos os dias. Os outros também queriam ter água e encarregaram o mutum de seguir o beija-flor quando este fosse ao banho. O beija-flor, porém, era tão rápido que aquele logo o perdeu de vista.

De uma feita, todos estavam reunidos e fazendo fogo. Por último, chegou irara, que se demorou porque estava tirando mel. Pediu com voz baixa: "Dá-me água!" 'Aqui não há água!" responderam-lhe. A irara ofereceu mel ao beija-flor em troca de água, mas este não aceitou a proposta. Enquanto todos ainda estavam rodeando o fogo, o beija-flor disse: "Vou banhar-me!" e partiu. A irara seguiu-lhe no encalço e chegou quase ao mesmo tempo que o beija-flor à água, que se achava na concavidade de um rochedo. O beija-flor saltou n'água, e a irara, imediatamente atrás dele, espalhou a água em todas as direções, formando, assim, os rios e os córregos (NIMUENDAJU, 1986, p. 95).

Uma característica dos mitos ameríndios é colocarem no primeiro plano a interação entre humanos e não-humanos. No mito citado, só há interação entre não-humanos, mas eles possuem linguagem assim como os humanos. Este é um modo de conhecimento que supõe que na origem dos tempos, humanos e não-humanos se comunicavam, eram dotados de cultura. Mas, sobretudo, coloca em evidência a concepção que "o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos" (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 347)⁶³. Neste contexto é preciso levar a sério a cultura krenak e entender que sua relação com o *Watu* é cosmológica, não trivial. Eles dizem e repetem isso há séculos. É preciso ouvi-los.

Phillipe Descola (2016, p. 22) explica que para algumas tribos de aborígines australianos, as montanhas que formam seus "sítios totêmicos" são tidas como vitais, ou seja,

são lugares onde estão plantadas as sementes perfeitamente concretas que permitem que os seres vivos de diferentes espécies possam se reproduzir tal como são. Desse ponto de vista, os sítios totêmicos não são lugares sagrados no sentido tradicional do termo; é preferível entende-los como um tipo de incubadora onde dormem as gerações futuras de homens, plantas e animais, e não como lugares marcados pelo respeito religiosos, como é o caso da gruta de Lourdes ou Meca.

-

⁶³ Esta forma de pensamento, já que presente em toda a américa indígena, vem sendo chamada de "perspectivismo multinaturalista", teoria desenvolvida por vários pesquisadores, mas que foi proposta originalmente por Viveiros de Castro (2002), a quem sugiro que o leitor mais curioso sobre o tema recorra.

Ressalvado que não existe um sistema de grupos totêmicos entre os Krenak, o exemplo pode servir de comparação. Com efeito, talvez seja possível afirmar que o Watu, assim como os sítios de pinturas rupestres da Pedra Pintura (Takruk Tektek), as cavernas do Sete Salões, e outros tantos "locais/entidades" importantes da cosmologia borum, não são sagrados no sentido tradicional do termo. Não são sagrados para eles apenas como seria para nós o Riacho do Ipiranga, a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, o Cristo Redentor ou a Praça Tiradentes. Locais/monumentos que encarnam uma parte da história do Brasil e de sua identidade coletiva. A relação dos Krenak com estes "locais/entidades" é da ordem da produção da pessoa humana (ver nota 62) e, portanto, é vital. "A fonte de vida comum", como vimos no texto de Marcos Krenak (supra). "O suporte da nossa vida", como disse Waldemar Krenak (supra). A luta pela proteção destes "locais/entidades" é uma luta para proteger a própria fonte da sua vida e da sua descendência. Portanto, a importância destes "locais/entidades" para os Krenak é mais que aquela do respeito religioso. Estes "locais/entidades" são descritos como "encantados" pelos Krenak. Eles possuem capacidades agentivas, intencionalidades. "O Watu nos ensina", me disse certa vez Waldemar Krenak. Todos os moradores da região sabem que é uma tarefa complicada pescar, nadar ou remar no Rio Doce, dada sua formação rochosa que produz correntezas muito perigosas, e que dificulta a navegabilidade. Desde muito jovens os Krenak aprendiam a nadar, remar e pescar com o Watu e, portanto, uma relação de conhecimento também faz parte desta gramática vital.



Figura 6 Crianças nadam no Rio Doce. Autor Desconhecido. Fonte: Acervo do CEDEFES⁶⁴

⁶⁴ As fotos provenientes do acervo imagético do Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva (CEDEFES) estão disponíveis em: http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas/. Acesso em 10 de julho de 2017.

Os Krenak consideram o *Watu* um igual, um parente, mas sabem que tal afirmação é de difícil compreensão para os não índios. Então, buscando uma maior eficácia na comunicação interétnica, é comum ouvi-los dizer "o *Watu* é sagrado"⁶⁵. Esta parece ser a melhor forma para uma aproximação semântica ao universo não indígena. Quando os não índios queremos definir coisas/relações especiais, marcadas por ambiguidades peculiares que borram certas distinções cartesianas, dizemos que são sagradas. No caso dos Krenak, assim como para outros povos de tradições não ocidentais, tudo é natural e cultural ao mesmo tempo. A natureza não é concebida como um todo sobre o qual se pode lançar um olhar objetificante. Quando dizem "o *Watu* é nosso parente", não se trata de uma figura de linguagem, como apareceu em algumas reportagens sobre o desastre-crime⁶⁶. Como já dito, os locais/entidades são dotados de intencionalidades, de subjetividades. O rio, a pedra, a caverna, a montanha, a onça, o papagaio, são agentes no mundo. E estes agentes compõe o universo relacional dos Krenak, assim como os não índios, a prefeitura, a mineradora, entre outros.

Em março de 2017 acompanhei uma parte das atividades de uma dupla de documentaristas na Terra Indígena Krenak. O italiano radicado na Alemanha, Nicoló Lanfrachi, e o paulistano, Davilson Brasileiro, estavam realizando um trabalho audiovisual sobre o desastre-crime da Samarco. A passagem dos cineastas pela aldeia foi permeada de situações desagradáveis que mencionarei, e que passaram a fazer parte da rotina dos Krenak desde o rompimento da Barragem de Fundão, e que compõem as numerosas e diversas camadas de afetações do desastre. Uma destas atividades consistiu na captação de imagens dos índios à beira do *Watu*, e de uma entrevista com Douglas Krenak no mesmo local. Presenciei estas atividades e cheguei a participar na entrevista. No trecho em que Douglas é incitado a falar sobre a relação do seu povo com o *Watu* estas questões ficam claras.

Davilson Brasileiro: Com relação à parte espiritual e de rituais dos Krenak, o que que vocês deixaram de fazer? Eu sei que vocês não tem mais aquela alegria de fazer uma coisa por que... É lógico... Fala um pouco sobre isso.

Douglas: Essa parte é uma parte bem delicada. Eu creio que todo povo tem uma base da existência. Da sua existência aqui neste mundo. E o nosso povo não é diferente. E o *Watu*, ele faz parte disto. De dizer para o povo por que que hoje nós estamos aqui. Então hoje a gente não tem mais os rituais sagrados que fazíamos no rio. E isso tem prejudicado fortemente o nosso povo. <u>Que eram rituais de purificação</u>. De entendimento das coisas que existem. E tem prejudicado bastante porque os mais velhos não tem como

⁶⁵ Como busquei explicar acima, não significa que não seja, mas que *sagrado*, para os Borum, parece significar outra coisa.

⁶⁶ A reportagem do Jornal Valor Econômico, por exemplo: "O rio era um parente nosso', diz Junaíndia Krenak, de 34 anos, da aldeia takruk (sic), <u>usando uma figura de linguagem corriqueira entre os indígenas para descrever o rio Doce</u>" (MOURA E SOUZA, 2017).

realizar mais isso. E aí a nossa grande luta é que nós ainda temos um território sagrado que é o Sete Salões e a Pedra Pintura, que ainda estão aqui, apesar de sofrerem com um turismo descontrolado de pessoas que vão para estes locais e desconhecem toda a essência dele. E acabam desmatando, sujando, depredando as grutas, as pinturas sagradas do nosso povo. Mas ainda está aqui, né? Sofrendo assim como o rio está sofrendo. Nós ainda temos a esperança de poder preservar isso tudo. E isso ainda nos mantem nesta luta. Porque eles estão matando o nosso povo lentamente. Estão fazendo o nosso povo sangrar aos poucos. E isso é... Eu vou te falar que isto é de uma crueldade que não tem como medir. Isto é bem cruel! Você não poder mais passar para os seus filhos todo o conhecimento do seu povo. O que você aprendeu com os mais velhos da aldeia aqui. É difícil. Não é fácil não. E tudo isto é tirado do nosso povo. O direito a ter um território demarcado, que meu povo não tem. Direito a ter um meio ambiente equilibrado. O direito a água, que tiraram do nosso povo. E tudo isso faz parte não apenas dos nossos meios de sobrevivência, de subsistência, mas também de uma parte espiritual do povo. Porque a gente acredita que... Se você pensar que a maior parte do seu corpo é formado por água, e as pessoas acharem que nós e o rio somos uma coisa totalmente... Isto para nós é de uma ignorância muito grande. O meu povo não se vê distante do rio. Até porque nós somos rio. Nós somos água. E aí a gente fica buscando entendimento: como é que as pessoas desassociam tudo isso, né? Se distanciam de uma coisa tão óbvia como esta. Então para nós isto é muito sagrado. Você ter este entendimento de que você faz parte dele, e a pessoa matando o rio, está matando você consequentemente. [...]

Walison: Quando houve a primeira mobilização depois do desastre, que vocês foram à Governador Valadares, vocês levaram um cartaz dizendo: "o Watu é nosso parente". Até o Procurador do MPF, o Dr. Edmundo, mostrou a foto deste cartaz no encerramento da apresentação dele naquele evento em Mariana⁶⁷ [após os seis meses do desastre]. Você poderia falar um pouco sobre esta afirmação? Você já falou um pouco sobre a <u>consubstancialidade</u>, que nós somos água assim como o rio, mas esta ideia de ser parente, eu gostaria de saber mais.

Douglas: O nosso povo nunca teve um relacionamento diferente deste com o rio. De ter ele como um parente. Um membro do povo. Como é que eu posso explicar? É como você pegar um filho seu e falar: eu vou dar o meu filho para o meu amigo batizar. A partir daquele momento, o seu amigo, ele não vai ser só amigo. Ele vai ser seu compadre. Ele vai ser um parente seu. Ele vai ser tratado como tal. Ele vai ser um membro da família. E o rio é neste mesmo sentido. Nós entregamos nossos filhos, né? Os mais velhos entregam toda a sabedoria do povo para as novas gerações através dele. Porque é ele quem batiza os nossos filhos, a nossa juventude. É o rio que nos dá uma oportunidade de fazer rituais de purificação. É ele quem oferece tudo isso para nós. Então não tem como a gente enxergar uma criação dessa como uma coisa. Nós temos ele como um parente, um ser vivo que faz parte da comunidade. Quando nós estamos em guerra, é ele que serve de apoio. Quando nós estamos em guerra com VALE, com Governo, é ele que serve de apoio aqui para nós. Para um lado e para o outro. E isso há muito tempo atrás já existia. É ele que nos refugiava nas ilhas. A gente se escondia das pessoas no rio. Meu pai, até os dezessete anos por aí, meu pai se escondia nas ilhas do Rio Doce, porque andavam todos sem roupas. Não tinham roupa naquela época. Só tinham uma peça de roupa. E é ele quem nos dá alimento. É ele quem cura. A galera quando está querendo ficar sozinha, pescar, vai para o rio. É ele quem acolhe. É ele quem dá paz. Eu não sei se você consegue perceber isso aqui. Apesar de toda a situação que ele está passando. Às vezes é até difícil de explicar... As pessoas pensam: este povo está tendo um disparate.

Walison: Seus exemplos foram perfeitos.

Douglas: o rio alimenta o povo. E é alimento mesmo! É peixe, caça, plantas medicinais que tem ao longo dele (que ele alimenta essas plantas), principalmente para chá, que tem demais. Se você parar para pensar, quando você está ali estressado na sua casa, com sua família, você pega e diz: vamos lá para o rio. Aí chega aqui... A maioria do meu povo quando fica cabisbaixo, o pessoal vinha para cá. Tinha uma pedra aqui, que era o local onde o pessoal lavava roupa, vira e mexe você via um nego aqui. Porque era assim, ficava triste, aí ia para o rio e ficava lá. Então não tem como você... São coisas que acontecem

⁶⁷ Evento: "Desastre da Samarco: balanço de impactos e ações", organizado pela Fiocruz nos dias 5 e 6 de maio de 2016 em Mariana-MG.

que <u>não tem como você dissociar isso do seu meio de vida e enxergar o rio como uma coisa da natureza</u> ali, mas distante, separada. Não dá!

Walison: tipo um objeto, né?

Douglas: Sim. A gente acha isso inconcebível. Não tem como. Ele te fornece coisas que alimentam seu corpo, sua alma, seu espírito, toda sua existência. Então merece respeito. Não pode ser tratado como uma coisa do tipo: "ah! Fez. Depois a gente limpa". Não! Não pode ser assim não. Sabe? E nisso nós estamos indo também. O que eles fizeram para o rio, mal sabem eles que eles fizeram para nós também. [...] (Trecho de entrevista realizada às margens do Watu em 19 de março de 2017, ênfases inseridas).



Figura 7 Detalhe da instalação/manifestação pública dos Krenak em Governador Valadares após o desastre-crime do Rio Doce. Foto: Edmundo Antônio Dias⁶⁸



Figura 8 Instalação/manifestação pública dos Krenak em Governador Valadares após o desastre crime do Rio Doce. Foto: Edmundo Antônio Dias

⁶⁸Esta imagem e a próxima estão disponíveis em: http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wpcontent/uploads/2016/04/Edmundoultimaversao.pdf Acesso em 20 de setembro de 2017.

As explicações de Douglas Krenak são contundentes sobre a capacidade agentiva do *Watu*. A própria terminologia utilizada para esclarecer os questionamentos são peculiares do idioma do parentesco: a consubstancialidade ("somos todos água", "somos rio") e o compadrio⁶⁹ ("entregamos nossos filhos para o rio batizar"). Esta perspectiva explica, por exemplo, por que alguns Krenak ficaram bastante interessados no caso do rio *Whanganui* da Nova Zelândia, que obteve do governo a concessão de "personalidade jurídica" após uma longa luta dos Maori pelo reconhecimento da sua conexão espiritual com este rio. O parlamento neozelandês reconheceu que o rio é um ser vivo único, e que possui direitos e deveres, segundo a reportagem do portal G1 que circulou entre os Krenak em março de 2017⁷⁰.

⁻

⁶⁹ Além das menções diretas ao parentesco com o Watu que não aparecem nestes trechos citados, mas que constam nesta entrevista, e que também se ouve de todos na aldeia: "O Watu é nossa mãe", "O Watu é nosso irmão", "O Watu é pai", etc.

⁷⁰ Disponível através do link: https://g1.globo.com/natureza/noticia/nova-zelandia-concede-personalidade-juridica-a-rio-venerado-por-maoris.ghtml (acesso em 24 de setembro de 2017).

4. Etnografia das Afetações

Já foi discutido aqui o longo histórico de violências sofridas pelo povo Krenak. Em nenhum momento da história brasileira (colonial e republicana), este povo indígena teve seus direitos humanos resguardados. As mínimas conquistas, como a devolução de uma parte do seu território ancestral, são resultado de uma sorte madrasta, uma luta árdua na qual várias pessoas tombaram. Os projetos de desenvolvimento levados ao encontro dos territórios ocupados pelos diversos grupos borum sempre os tomaram como espaços vazios, disponíveis, e quando seus habitantes chegavam a ser considerados, era apenas na condição de mão-de-obra passível de ser domesticada e submetida. Acredito que a noção de "violência das afetações" usada por Zhouri (2016) para definir os processos desencadeados pelo neoextrativismo pode ser visualizada em toda a trajetória apresentada. Para a autora, "a violência das afetações abrange a expropriação, a destruição dos ecossistemas, a ruptura das economias locais e regionais, bem como a aniquilação de modos de vida territorializados, de ser, de conhecer e de fazer" (ZHOURI E VALÊNCIO, 2014, apud ZHOURI, 2017, p. 73). Some-se a isso os variados desdobramentos da crise social provocada pelos eventos violentos e catástrofes (ZHOURI, VALÊNCIO, et al., 2016). São estes desdobramentos do desastre-crime provocado pela Samarco entre os Krenak que buscarei descrever abaixo.

Cinco dias após o rompimento da Barragem de Fundão a lama com os rejeitos da Samarco atingiu a Terra Indígena Krenak. Em palestra proferida no Seminário "ReXistir na Terra II⁷¹, Breno A. Gomes⁷² chamou a atenção para o eufemismo produzido pela linguagem técnica utilizada pelos funcionários da mineradora ao comentarem o deslocamento dos rejeitos ao longo do rio. O termo utilizado, pluma⁷³, dava a impressão de algo leve, que passaria sem deixar maiores marcas. Contudo, sabe-se que uma parte incalculável do material poluente vazado da Barragem de Fundão sedimentou no leito e margens do Rio Doce.

_

⁷¹ O seminário "ReXistir na Terra II" aconteceu em 29 de abril de 2016 na Universidade Federal Fluminense, e foi organizado pelo Cosmopolíticas – Núcleo de Antropologia, e Fórum sobre Violações de Direitos dos povos indígenas (Andhep) em apoio à mobilização nacional indígena.

⁷² Breno Anselmo Gomes também realizou pesquisas junto ao povo Krenak. O título da sua palestra foi "Da irresponsabilidade sem escala: os Krenak e a morte do rio Doce (MG)", disponível em: https://youtu.be/zYWEFlmU51Q (acesso em 24 de setembro de 2017).

⁷³ Em hidrodinâmica uma pluma é uma coluna de fluido movendo dentro ou ao redor de outro (Fonte: Wikipedia).



Figura 9 Lama que ficou retida e secou nas praias da TIK. Foto: Walison Vasconcelos. Março de 2017.

No dia 11 de novembro os Krenak divulgaram uma carta com declarações sobre os primeiros danos que o desastre-crime lhes causou, e com algumas exigências de curto e médio prazo para a Samarco e suas controladoras.

Terra indigena krenak

Saudações indígenas,



Hoje no dia onze de novembro de dois mil e quinze, a comunidade krenak se reúne para manifestar os problemas causados pela empresa Samarco/Vale S.A e BHP Biliton em relação ao rompimento da barragem Mariana afetando diretamente ao nosso Rio Sagrado com varias substâncias tóxicas, sendo o rio nossa principal fonte de subsistências além de ser uma entidade sagrada. O povo krenak mantém uma relação espiritual com o rio e diante de todo o desastre, exigimos que a empresa responsável tome medidas urgentes com relação ao abastecimento de água na nossa aldeia, com reservatório para cada família. Sabemos também que os problemas causados com o rompimento dessa barragem irão permanecer ao longo de muitos anos. Nossos peixes estão todos mortos, nossas caças estão ficando doentes e nossa flora toda destruída e contaminada com os dejetos e tóxicas lançados em nosso RIO DOCE. Diante todo desastre causado pela empresa Vale S.A e BHP Biliton exigimos que sejam feitos projetos voltados para caça, pesca, planta e tudo que envolve a vida do povo krenak, uma vez que o rio doce esta presente em todos os aspectos do nosso povo. Também exigimos indenização por danos morais causados a nossa cultura e religião que temos com nosso UATU (rio doce). O abastecimento de água deve ser feito o mais urgente possível, com prazo máximo de vinte quatro horas a partir da data de entrega desse documento. Caso nossas exigências não seja atendidas teremos que tomar nossas próprias providencias com em relação a empresa VALE.

Figura 10 Carta de protesto divulgada pelos Krenak. Fonte: Página do Facebook do "Portal Resplendor". Acesso em julho de 2017.

Eles aguardaram durante dois dias que alguém do governo ou das empresas causadoras do desastre-crime aparecessem para falar alguma coisa, dar-lhes alguma explicação, mas ninguém apareceu para falar nada. Consequentemente, os Krenak não tiveram outra opção senão paralisar a EFVM, como descrito anteriormente. A ocupação se estendeu do dia 13 ao dia 17 de novembro de 2015. Um mandado de reintegração de posse chegou a ser expedido, e um clima de tensão se instalou com a possibilidade de uma intervenção policial para sua execução. Um detalhe contado por Gomes (op. Cit.), que esteve presente na ocupação, é bastante significativo para o entendimento da simbologia daquele momento. O antropólogo relata que as crianças krenak presentes na ocupação encheram balões com a água do rio para utilizarem como armas contra os policiais caso eles aparecessem para desobstruir a ferrovia. Naquele momento as lideranças krenak estavam reunidas com representantes da mineradora VALE e outras autoridades na prefeitura de Resplendor. Estas lideranças, por sua vez, levaram água do rio e peixes mortos para a reunião, no intuito de passar a dimensão dos danos que o desastre-crime causou em suas vidas. Os Krenak – que já são bastante acostumados com a

dinâmica de reuniões organizadas pelas empresas, geralmente distantes da Terra Indígena, no intuito de produzir um ambiente favorável a elas nas negociações — contaram que chegaram a ironizar dizendo: "hoje o lanche é por nossa conta".



Figura 11 Ocupação da EFVM em novembro de 2015 Fonte: BBC Brasil. Acesso em julho de 2017.



Figura 12 Reunião com a VALE durante ocupação da EFVM. Fonte: povosindigenas.blog.br. Acesso em julho de 2017

Nesta reunião houve o estabelecimento de um acordo emergencial entre a VALE, controladora da Samarco junto com a BHP Biliton, e o Povo Krenak. Segundo informações disponibilizadas no site da FUNAI⁷⁴,

A VALE se comprometeu a apoiar emergencialmente as 126 famílias indígenas prejudicadas pela contaminação do Rio Doce, com o fornecimento de água para consumo humano e animal de forma imediata e ininterrupta, suplementação alimentar para os animais, apoio financeiro às famílias indígenas⁷⁵, destinação de recursos para ações de saúde, além da aquisição de duas embarcações de pequeno porte. A empresa também se comprometeu a realizar a instalação de 120 cisternas, nos moldes dos programas governamentais, e de uma cerca ao longo da margem do rio no interior da Terra Indígena.

O apoio emergencial, contudo, não exime a empresa da responsabilização pelos danos ambientais e sociais causados, que terão ainda sua extensão apurada.

(Disponível em:

http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3524-povo-krenak-desocupa-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas . Acesso em 24 de setembro de 2017).

Esta nota do órgão indigenista também fornece detalhes dos bastidores do conflito que incitaram os Krenak a ocuparem os trilhos da EFVM:

Lideranças Krenak tentaram negociar exaustivamente com representantes da Vale e da Samarco desde o rompimento da barragem em Mariana – MG, ocorrida no dia 05 de novembro, sem sucesso.

A Funai, por meio de sua Coordenação Regional em Minas Gerais e Espírito Santo, esteve no local juntamente com representante da Procuradoria Federal Especializada, para verificar as demandas dos indígenas e realizar os encaminhamentos emergenciais junto à empresa, em especial quanto à necessidade imediata de fornecimento de água.

O Coordenador Regional da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo esteve em contato, desde a última quinta-feira, com representantes da Samarco e da Vale, cobrando o envio de água mineral e potável. Na sexta-feira, entretanto, um caminhão pipa vazio foi enviado à aldeia, aumentando a revolta dos indígenas, que decidiram ocupar os trilhos da ferrovia. No dia seguinte, um caminhão sem certificação foi enviado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que se recusou a abastecê-lo devido ao risco de contaminação.

Mesmo com todos os esforços das lideranças indígenas, representantes da Funai e da Procuradoria Federal Especializada, somente na noite de sábado foram disponibilizados alguns galões de água mineral. Um caminhão pipa com água potável só chegou à aldeia no domingo, juntamente com caixas d'água para realizar o armazenamento. As caixas foram disponibilizadas em um único ponto da terra indígena, que possui seis aldeias distantes umas das outras. A empresa não se responsabilizou pelo transporte interno das caixas

_

⁷⁴ Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3524-povo-krenak-desocupa-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas (Acesso em 24 de setembro de 2017).

⁷⁵ Segundo informações dadas pelos indígenas a repórteres do Uol notícias, o apoio financeiro acordado foi de nove salários mínimos por família durante quatro meses. Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/19/indios-lamentam-tragedia-em-mg-o-rio-doce-sabia-que-ia-ser-morto.htm (Acesso em 24 de setembro de 2017).

d'água e dos galões de água mineral, que foi realizado por motorista em veículo da Funai, em conjunto com os indígenas (Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3524-povo-krenak-desocupa-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas . Acesso em 24 de setembro de 2017).

Pode-se perceber que a arena de incertezas se instalou entre os Krenak desde a divulgação do rompimento da Barragem de Fundão. Em sua palestra Bruno A. Gomes destacou a insegurança produzida pelo desastre-crime:

Eles acordavam todos os dias com o rio, e a partir de um dia, não. Ela é tão peremptória que ela cria em torno de si um campo para novas exceções. Você começa a questionar tudo. Se isso pode acontecer, o que não pode? Você quebra a expectativa completamente. É um pouco isso o que os Krenak estão passando hoje em dia. Essa tragédia com o rio contagia tudo (Palestra proferida no Seminário "ReXistir na Terra II" em 29/04/2016 na UFF).

Desde maio de 2016 que venho encontrando periodicamente com os Krenak para atividades da pesquisa que desenvolvemos conjuntamente, e observo que esta insegurança está se perpetuando através de desdobramentos variados. Desde a insegurança sobre a composição química da água, que por mais que seja atestada como potável por algum laboratório idôneo, não os convence, até os rumores sobre as possíveis ações de reparação de danos a que teriam direito. Nas vezes que estive na TIK observei a angústia produzida pela profusão de notícias acerca do desastre-crime, que, ao circularem no boca a boca, são distorcidas e produzem cada vez mais angústias e incertezas. Em depoimento ao Programa Rise, José Cecílio Damasceno, o Zezão, barqueiro que trabalha na travessia do rio desde os anos 1990, comenta que:

Zezão: O Rio Doce é nossa mãe e nosso pai. Agora não o temos. Acabou o nosso rio. Agora é um rio amargo, não é doce mais não. Aquela praia ali era um campinho de lazer para o pessoal brincar. Agora ninguém vem mais. Eles brincavam de pular dentro da água. Agora não pode brincar mais. *O que nós precisávamos, vinha do Rio Doce. Se precisava de um quilo de açúcar, nós jogávamos a tarrafa, vendia o peixe e pegava o dinheiro para comprar o açúcar, comprar arroz.* Acabaram os peixes para eu comer. Acabou tudo. Três dias após a barragem ter desabado lá, eu não andava [no barco] com motor não. Eu andava era com remo, porque o motor agarrava com os peixes. Era puro peixe. Em quarenta minutos eu contei quatrocentos e oitenta peixes. Você não via a água. Só via peixe morto.

Sarain (repórter): "O que você faz agora para conseguir dinheiro?"

Zezão: "A Samarco está pagando todas as famílias por mês. O dinheiro de um salário é oitocentos e pouco, não dá para pagar luz, não dá para nada não. E para comer? <u>Antigamente quando a gente pescava, a gente tirava mais de seiscentos contos [reais] por semana</u>. Acabou tudo! <u>Era nossa mãe. Era nosso coração.</u> Eu não gosto de falar não. Me dá tristeza".

Sarain: Você acha que o rio vai voltar (se recuperar)? E quanto tempo você acha que vai levar?

Zezão: Eu acho que só os meus netos vão ver esta recuperação. A gerente da Samarco chegou e falou: 'Zezão, daqui a cinco meses você vai tomar banho no Rio Doce. Eu tomo banho de biquíni com você nessa praia aqui'. Eu aposto com a senhora. Cadê? Já está com um ano, e ela não veio tomar banho aqui (Entrevista à Série Documental Rise do Canal Viceland, 2017. <u>Ênfases inseridas</u>).

Sua fala demonstra as incertezas instauradas e potencializadas no próprio processo de reparação dos danos causados, como fica claro na sua menção à interação com uma funcionária da mineradora que, após se mostrar crédula sobre a recuperação ambiental do rio em um primeiro momento, posteriormente não corresponde à expectativa que criou.

No mesmo documentário Geovani Krenak expões as suas incertezas para a repórter:

Sarain: Por quanto tempo eles terão de fornecer água para vocês?

Geovani: "Não tem nada certo, não tem prazo. Eles não querem fazer um acordo estipulando data. O que eles estão querendo é fazer com que a gente beba a água do rio. Mas nosso povo não aceita isso. A gente entende que o rio está morto, que ele está poluído de uma forma que ele pode nos matar. E se eles perceberem que o rio está sendo utilizado, eles interrompem isto aqui [o fornecimento de água]. É a raça *nandyon*⁷⁶ que a gente fala. É o bicho, o coisa ruim.

[Na cena Geovani faz reparos para tentar interromper o vazamento na caixa de água que está sendo enchida]

Sarain: A VALE e Samarco delegam a vocês a função de manter estas caixas funcionando?

Geovani: Se acontecer algo de quebrar a caixa ou vazar igual está acontecendo aqui, se eu ficar sem água, é problema meu, já não é mais deles. Na lógica deles, eles já estão fazendo muito com esta ação.

Sarain: E se a caixa quebrar? [ou e se a água acabar?]

Geovani: Aí nós temos que lutar, nós temos que guerrear, tem que ameaçar, tem que ter embate. E qualquer atitude que o povo tomar para lutar pelo direito, vai ser vista como afronta. Aí isso aqui tudo é cortado. A água, a comida para o gado. Eles usam este conflito para justificar o encerramento de todas as ações de reparação. É complicado. É difícil para a gente aqui, porque dá muita raiva. A gente tem criança em casa, e tem a mulher da gente. Uma coisa é fazer maldade comigo. Outra coisa é fazer maldade com minha família, com meus parentes. É uma linha muito curta que está separando a questão da razão e a questão da revolta que nós temos. Se a gente tomar algum tipo de atitude aqui a gente é visto como violento, a gente é visto como selvagem, como animal. Mas o pessoal acabou com o rio, acabou com tudo, com nossa questão cultural, tradicional. Mas eles não são vistos como violentos, como selvagens.

Sarain: O que você quer para o seu futuro e da sua família? Você escolheu ficar no território krenak? Quais seus sonhos para o futuro?

Geovani: É difícil, viu? [se emociona e chora] Esse pessoal, a questão do sonho da gente eles tiraram, entendeu? Já está difícil manter a tradição da gente, e a gente fazia isso através do rio. Talvez era a nossa última forma de tentar manter isso. Eles já tentaram tirar nossa linguagem... tirar todas as nossas matas. É um sentimento ruim que dá na gente. Uma revolta. (ibidem, 2017. Ênfases inseridas).

⁷⁶ Como o próprio Geovani explica na sequência, *nandyon* é uma entidade cosmológica associada ao mal, uma espécie de demônio.

Pode-se ver que a rotina imposta aos Krenak é carregada de momentos que causam perturbações e limitações. Além disto, o contexto montado obriga que os indígenas interajam com as políticas de reparações de forma submissa. Qualquer abuso ou inconformidade detectados por eles deve ser silenciado, ou pode acarretar retaliações, sendo a mais temida a suspensão do acordo emergencial. É difícil separar as afetações causadas pelo desastre-crime (incluindo aquelas das ações mesmas do acordo emergencial) por temas, pois os próprios Krenak tendem a ver os problemas globalmente, e não por tópicos. Mas como recurso discursivo que pode ser favorável aos leitores deste relatório, buscarei organizar as informações em torno de algumas órbitas, quais sejam: a) espaço; b) saúde; c) sistema alimentar; d) temporalidade.

4a. Espaço

Neste acordo emergencial a VALE se comprometeu a realizar o fornecimento de água potável para consumo humano e "água bruta" para consumo dos animais. O fornecimento é realizado diariamente através de caminhões pipa que enchem as caixas de água disponibilizadas pela empresa. Quando estive na TIK em abril de 2017 esta estrutura fornecida ainda era bastante precária. As caixas de água ficavam dispostas no chão perto das estradas de circulação das aldeias onde eram reabastecidas e, com a utilização de bombas hidráulicas elétricas, a água era levada para outras caixas dispostas em uma parte mais elevada dos terrenos próximos das moradias, ou então sobre seus tetos. Naquele mês algumas reuniões estavam acontecendo entre representantes da VALE e moradores da aldeia *Atorãn* para a definição do projeto de construção da estrutura definitiva paras as caixas de água. Esta estrutura já havia sido instalada em outras aldeias, mas apresentaram problemas diversos, e os Krenak da Atorãn não queriam que estes problemas fossem replicados em suas casas. Estes tipos de ajustes nos projetos são fundamentais, mas não deixam de produzir uma atmosfera de insegurança também, já que nunca se sabe se as medidas compensatórias apresentarão os resultados esperados. Além do mais, as deliberações necessárias criam uma rotina de reuniões que não deixa de ser desgastante para os indígenas.



Figura 13 Caminhão que distribui água na TIK / Foto: Walison Vasconcelos. Março de 2017.

Ainda sobre o fornecimento de água, é preciso destacar que em um primeiro momento a maneira adotada para a sua distribuição produziu ambientes propícios para a proliferação de insetos que podem transmitir doenças, como reservatórios de água sem tampas, e o aumento absurdo de garrafas pet espalhadas pela aldeia. Esta era uma situação generalizada na TIK. Questionei se o recolhimento das garrafas pet utilizadas era realizado, e me informaram que a mesma equipe que as distribui, também tem a incumbência de recolhê-las e dar-lhes um destino apropriado. Ocorre que isto depende também da ação de cada família em separar as garrafas pet utilizadas e entrega-las a esta equipe, o que nem sempre é realizado. O mais comum é que sejam queimadas. Mas, como disse, uma grande parte acaba virando lixo pelas estradas de circulação, pastos ou quintais. Não consegui levantar informações sobre a existência de algum programa de conscientização visando combater este problema pelas empresas contratadas pela VALE, pela FUNAI, ou pela Sesai/Dsei, nem se há alguma discussão sobre alternativas à utilização de garrafas pet nesse sistema de fornecimento.

Em relatório apresentado pela Clínica de Direitos Humanos da UFMG sobre as violações dos direitos humanos entre os Krenak⁷⁷, é estabelecida uma relação causal entre esta produção de lixo e o aumento das cercas na Terra Indígena:

Um elemento relativamente simples, mas de forte impacto foi a aceleração do processo de construção de cercas dentro da Terra Indígena. Apesar do fato de já haver, antes do rompimento da barragem, pequenos currais e algumas poucas cercas na terra Krenak, a extensão delas cresceu vertiginosamente em poucos meses, o que foi perceptível ao longo das viagens a campo. Alguns membros das comunidades relataram que esse aumento se deveu

-

⁷⁷ A pesquisa desenvolvida pela Clínica de Direitos Humanos da UFMG fez parte do Projeto "Direito das populações afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão: Povo Krenak", e foi realizada com recursos provenientes do edital público "Sou Minas Gerais/Greenpeace" na área temática "Direitos das Populações".

especialmente as brigas entre "vizinhos" em razão do acúmulo de lixo e garrafas PET de água mineral vazias. Narraram que "na aldeia, não passa caminhão [de lixo] e antes não tinha tanto [lixo]". Alguns lamentaram o aumento das cercas, dizendo que antes "não tinha o meu e o seu, tudo era de todo mundo" (ALEIXO, DRUMMOND e NICÁCIO, 2017, p. 33-4).

O aumento das cercas na TIK atualmente é fato. Mas este é, desde que comecei a realizar pesquisas com os Borum em 2008, um segundo "boom" nesse sentido. O primeiro foi durante a implantação do Projeto de Pecuária Leiteira naquele ano. Possivelmente a intensificação da produção de lixo é um dos componentes desta complexa situação na atualidade. Contudo, há outros fatores envolvidos, como a monetarização, incremento do consumo, e maior dependência dos serviços urbanos, o que produz um ambiente mais "individualista", com a replicação de valores e estéticas comuns nas cidades⁷⁸, além, sem dúvida, do aumento da preocupação com segurança e/ou violência, algo que definitivamente não existia quando realizei minha primeira incursão ao campo de pesquisa.



Figura 14 Reservatórios de água e fardos de água mineral. Foto: Walison Vasconcelos. Agosto de 2016

Estas preocupações não são infundadas. Também aumentou muito o tráfego de veículos na TIK. Além dos caminhões que distribuem água e cestas básicas, há um trânsito intenso de motos e carros dos trabalhadores contratados para desenvolverem atividades variadas nas aldeias, como ordenha, capina de pastos, serviços de pedreiro, entre outros. Os Krenak

⁷⁸ Algumas atividades comerciais típicas do meio urbano também estão sendo replicadas na TIK. Há um indígena que montou um pequeno bar. Outro abriu uma lanchonete/pizzaria e estudava a possibilidade de oferecer o serviço de tele-entrega para algumas aldeias.

solicitaram aos empreiteiros que atuam na TIK, inclusive, que fossem construídas várias lombadas (quebra-molas) nas estradas onde há aglomerações residenciais, com o intuito de proteger os pedestres e animais que nelas transitam, e diminuir a poeira na estação seca. Sua preocupação com a boa conservação das estradas é algo notável, e está relacionada ao aumento da dependência dos serviços urbanos que mencionei. Os mascates também passaram a frequentar muito a TIK. Não há um dia em que não haja um mascate fazendo sua rota pelas aldeias. Eles oferecem variados produtos: picolés, roupas, calçados, mobiliário, panelas, colchões, entre outros. Muitos destes mascates oferecem seus artigos com pagamentos que podem ser parcelados, o que acabou criando uma clientela, e um circuito de vendas. Os mascates sabem os dias que os seus clientes recebem o que lhes cabe do acordo emergencial, e programas sociais, como Bolsa Família e aposentadorias, e desenvolvem suas estratégias de venda a partir destes calendários. A atividade destes vendedores ambulantes já produziu alguns incidentes graves. Um mascate foi cobrar uma dívida e, não encontrando seu cliente em casa, resolveu cobrar o sobrinho deste, que mora ao lado. A abordagem do mascate foi um tanto ríspida, o que irritou este indígena, e os dois quase chegaram às vias de fato. O indígena expulsou o mascate da sua casa, e o episódio acabou gerando um mal-estar entre ele e seu tio.



Figura 15 Trator realizando manutenção de estrada na TIK. Foto: Walison Vasconcelos. Março de 2017.

Outros personagens que passaram a ser muito frequentes na TIK após o desastrecrime da Samarco foram jornalistas, fotógrafos, documentaristas, ativistas e pesquisadores. Os Krenak de todas as aldeias são bastante receptivos, sobretudo para trabalhos audiovisuais de curta duração, mas geralmente são resistentes à realização de pesquisas estritamente acadêmicas, mesmo que isso não signifique uma recusa direta. Os grupos *Uatu, Krenak* e *Atorãn* são os que principalmente exercem a função de "relações públicas" frente os "visitantes". Na maior parte das vezes estes personagens se dirigem ao território krenak

movidos por boas intenções. Mas não são raros os casos em que os contatos com a comunidade são realizados a partir de assédios, ou através de estratagemas de "sedução" baseados em promessas que não são cumpridas. Mencionei anteriormente que a visita realizada por dois documentaristas, Nicoló e Davilson, foi marcada por algumas situações desagradáveis, se assim posso chamá-las. Estes dois cineastas realizavam um trabalho de documentação audiovisual sobre o desastre-crime da Samarco, e vinham refazendo o percurso da lama desde Mariana. A dupla dispunha de recursos e tempo específicos para realizarem suas atividades, e almejavam executar o seu roteiro em três dias. Assim, desconsideraram totalmente a temporalidade dos Krenak para discutirem sua proposta e, caso se interessassem em cooperar, propor a melhor maneira para realizar as atividades. Os documentaristas chegaram na sexta-feira, dia 17 de março de 2017, e começaram a fazer imagens dos bastidores de uma reunião da aldeia Atorãn com representantes da VALE⁷⁹, fato que incomodou algumas pessoas, e resultou em sua repreensão por uma liderança indígena. Mesmo cansados da reunião, as lideranças da aldeia os receberam para que pudessem apresentar sua proposta. O principal argumento dos profissionais era que o trabalho audiovisual que realizariam teria uma circulação na Europa e poderia chamar a atenção para a causa dos Krenak. Afirmaram que mantinham uma relação profissional com a ONG Anistia Internacional, e que esta gostaria de estabelecer parcerias com o povo Krenak. Os indígenas informaram que seria preciso de mais tempo do que dispunham para realizarem os trabalhos, mas se mostraram dispostos a cooperar. Foi combinado que se reuniriam novamente na escola da aldeia à noite para que os documentaristas apresentassem os trabalhos sobre o desastre-crime que haviam feito no ano anterior e que repercutiu em mídias europeias, e para que discutissem uma agenda de atividades. Esta nova reunião foi realizada, mas já era possível sentir um mal-estar entre os cineastas e alguns indígenas. Soube posteriormente que um dos documentaristas falou algo que foi interpretado pelo vice-cacique da aldeia como uma intromissão em "assuntos internos do povo Krenak", motivo pelo qual este repreendeu aquele duramente. Os Krenak aceitaram participar de gravações nas margens do Watu, como os cineastas desejavam, mas as atividades também foram bastante tensas. A encenação desejada pelos dois deixou os indígenas um tanto constrangidos. E a exigência de repetições para a captação de boas imagens os deixou irritados e impacientes. A fala de um dos cineastas quando tentava dirigir os indígenas para a produção de uma foto foi extremamente preconceituosa. Ele disse algo como "fiquem assim, com cara de bravos, para parecerem índios de verdade". Neste

⁷⁹ Tratava-se de um tema importante que já mencionei, a revisão do projeto das estruturas fixas para a instalação dos reservatórios de água definitivos.

momento os indígenas se entreolharam e encerraram as atividades. Eles pediram que os dois deixassem cópias do material que tinham feito naquele dia, e combinaram que se encontrariam na tarde daquele domingo para realizarem a cópia, mas os documentaristas foram embora da TIK sem comparecer ao encontro.

4b. Saúde

Outro ponto importante diz respeito aos prejuízos causados pelo desastre-crime à saúde indígena. Em uma conversa informal com a Enfermeira Chefe do Posto de Saúde da TIK quando esta acompanhava a equipe de saúde em visitas domiciliares, ela me contou que após o desastre-crime aumentou a ocorrência de casos de depressão e alcoolismo, bem como de obesidade e hipertensão. Estas informações apontam para um efeito de danos crônicos pósdesastre. Perguntei a ela se os casos de doenças parasitárias também aumentaram, o que poderia ser causado por desequilíbrios ecológicos, mas a Enfermeira disse acreditar que não. Assim, parece que os problemas de saúde que aumentaram são aqueles que estão relacionados mais diretamente a fatores psicossociais, como os distúrbios alimentares, por exemplo. O cacique Adauto Krenak, Cacique da Aldeia Takruk, disse em entrevista ao Jornal Valor Econômico que "o nosso povo está ficando um pouco obeso. As pessoas não têm para onde ir. Nós íamos sempre para a beira do rio; agora, é mais dentro de casa" (apud, MOURA E SOUZA, 2017). Os Krenak já se sentiam confinados em uma pequena parcela do seu território tradicional, como já discutido antes. O desastre-crime intensificou esta sensação ao tirar-lhes sua principal fonte alimentar e de lazer. O cotidiano foi alterado para uma rotina doméstica, como disse Adauto. E isto é visto por muitos como uma forma de aprisionamento. Como também já descrevi acima, este sentimento intensificou a participação dos Krenak na vida urbana em Resplendor. Assim, é possível perceber a relação complexa entre o desastre-crime e a produção do "sofrimento social", que aglutina situações que antes eram pensadas em campos separados (saúde, bemestar, morais, religiosas), e que são agudizados pelas próprias "instituições desenhadas" para responder aos problemas criados pelo desastre-crime (ZHOURI, 2016).

Da perspectiva Krenak, no entanto, todos os problemas de saúde estão diretamente relacionados ao desastre-crime. Como já foi mostrado, a maior parte das atividades que visam a construção do corpo e da pessoa krenak estão intimamente relacionadas ao *Watu*. Aprender a nadar, a pescar, a remar, a caçar nas suas margens, a identificar as plantas úteis para a medicina tradicional, faz parte desta construção. Do mesmo modo, a realização dos rituais de purificação

espiritual realizados em banhos coletivos visava produzir saúde para o corpo e espírito. Até a tristeza solutiva, que é pensada como uma espécie de doença pelos Krenak, era tratada às margens do *Watu*, que "os acolhia". Agora esta tristeza é uma presença constante. A dimensão destes problemas é de longa duração. Geovani Krenak expôs assim sua preocupação para uma plateia de estudantes e professores da Universidade Federal do Pará em novembro de 2017: "Que tipo de liderança Krenak vai haver para guiar o nosso povo no futuro? Um líder que não aprendeu a nadar com o *Watu*. Que não aprendeu a pescar nele. Que tipo de líder será esse? Que não poderá aprender uma parte importante da nossa cultura... (Geovani Krenak na UFPA, novembro de 2017. <u>Ênfases inseridas</u>).

Na entrevista que realizei com Douglas Krenak ele enfatizou bastante as afetações nos modos de vida estritamente ligados à saúde. Vejamos outro trecho:

A gente vem há muito tempo tentando mostrar para as pessoas o quanto era importante manter este rio vivo, limpo, preservado. Mas infelizmente as pessoas perceberam a importância dele só depois de tudo isso. Depois deste crime ambiental gigantesco. Depois que eles ficaram três dias sem água, né? Depois que as pessoas começaram a ficar contaminadas. A ter problemas. Depois que começaram a ter surtos de algumas doenças. Como a febre amarela. Que a gente nunca tinha visto por aqui, e agora a gente está sujeito a tudo isso. Que matou o sapo. Mataram os peixes. E aí é uma cadeia que vai sendo destruída, né? Então isso tem problemas de proporções gravíssimas. Hoje a gente está nesta situação, mas daqui a cinco anos o problema vai aumentar e pode ser outro, né? Porque a natureza, ela demora para construir tudo isto aqui que a gente está vendo. Estas pedras. Formar estes rios. Isto demora muitos anos. E agora eles simplesmente acham que isto vai se recuperar em cinco ou dez anos, e não é verdade. E nós, enquanto seres humanos, a gente vai levar tempo até fisicamente para o nosso corpo adaptar a toda essa mudança. E isto é ruim demais porque atrapalha todo um processo que nós temos aqui dentro de preservação dos conhecimentos tradicionais do nosso povo. Que nos ajuda no dia a dia. Então tem sido bastante difícil para nós. Bem complicado! (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do Watu em 19 de março de 2017. <u>Ênfases inseridas</u>).

4c. Sistema Alimentar

Sobre a modificação do sistema alimentar, é bom esclarecer que os Krenak já tinham acesso constante a alimentos industrializados, mas estes eram preteridos em relação às variedades que cultivavam ou que obtinham pela pesca ou caça. Após a contaminação do *Watu*, eles pararam de pescar e caçar, como Douglas conta:

_

⁸⁰ Um sobrinho do Sr. Euclides, um ancião krenak que faleceu em dezembro de 2016, afirmou que seu tio "morreu de tristeza". Em abril de 2018 também ouvi Tatiana dizendo que sua mãe, Laurita Félix Krenak, outra importante anciã krenak, havia morrido de tristeza pelo que ocorreu com o *Watu*. Laurita faleceu em janeiro de 2018.

O nosso povo sempre teve o costume de comer o peixe do Rio Doce. O Cascudo⁸¹, o Pacumã, a Traíra e outras espécies. Algumas espécies mais saborosas, mais nobres, que o nosso povo tem na alimentação. A capivara, por exemplo. Que o nosso povo gosta demais. Que tem no rio, mas que agora o nosso povo foi orientado a não estar ingerindo. Nem peixe, nem essas caças que são do rio, né? Por causa da contaminação. E a gente se sente todo dia incomodado por isso. Porque são coisas que você nasce vendo seus pais, seus avós fazendo tudo isso. Passando isso para a gente. Como que é importante estar fazendo tudo isso. Se alimentando desses alimentos que o rio fornecia para a gente. Então hoje a gente fica incomodado porque não pode mais fazer isso. Então agora nos resta a alternativa de outros alimentos que tem na cidade, né? Não que a gente não tivesse acesso a eles. Só que isso agora vai ser uma coisa muito mais necessária e constante, né? Então todo este conhecimento de uma comida mais saudável e cultural do povo fica meio que perdida no tempo. Porque são espécies endêmicas daqui. O Cascudo, o Lagero, o Cari, eram específicos daqui. O camarão que tinha aqui da água doce. Então são espécies daqui. Que não tem em outro lugar. "Ah! Mas tem no rio tal". Tem! Mas não é o que tínhamos aqui. Eles são endêmicos daqui. São originários daqui. Então isso nós perdemos. Uma coisa que era daqui. Que a natureza nos proporcionava. Eles vieram e destruíram tudo isso. E era nosso por direito. E agora a gente não tem mais isso. Então, isso tem nos tirado o sono. Todo santo dia. E agora nosso povo procura se aliar um ao outro mesmo. Porque o que nos restou foi um ao outro aqui. Para poder continuar lutando e tentando enxergar um caminho possível para poder passar por esta turbulência toda que se instalou aqui na nossa região (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do Watu em 19 de março de 2017. <u>Ênfases inseridas</u>).

A classificação nativa que permite apontar a predileção dos Krenak por determinados peixes para consumo alimentar leva em consideração não apenas a espécie, mas também o local onde aquele peixe foi criado. Assim, a mesma espécie, se for obtida nos rios da TIK, é preferível àquela obtida em um criadouro. E isto ocorria mesmo estando os índios conscientes da poluição que afetava estes rios. Certa vez, após voltarmos de uma pescaria no Watu (fig.16), alguém comentou que era comum abrirem a barriga dos peixes e elas estarem cheias de minério. Mas eles diziam que estes peixes só faziam mal para os não indígenas, e não afetavam os Borum. Após o desastre-crime da Samarco esta perspectiva foi modificada, já que o Watu foi "desencantado", foi morto. Os últimos peixes pescados antes dos rejeitos atingirem a TIK viraram uma espécie de souvenir⁸², como contou Potiara a um repórter uma semana após a catástrofe:

> Parece que os peixes estavam até adivinhando que iam ser mortos. Meu marido foi pescar e em 15 minutos pegou muitas tilápias. Deu para a família toda comer e até hoje eu tenho uma guardada no freezer, só de lembrança, porque agora não tem mais como (apud, MAIA e SEVILLA, 2015).

⁸¹ O Cascudo (Hypostomus Affinis) parece ser o peixe predileto dos Krenak. Seu nome é usado para fazer referência aos times juvenis de futebol.

⁸² Cheguei a ouvir outros Krenak se gabando por terem guardados em casa peixes do Rio Doce pescados antes da enxurrada de rejeitos.

Há agora um Krenak que se dirige periodicamente ao estado vizinho do Espírito Santo para comprar peixes de mar afim de suprir uma parte da demanda por este alimento na TIK. Me disseram que ele vende todo o peixe que traz em apenas um dia. Esta demanda acumulada, contudo, não parece ser algo superável por qualquer estratégia que venha a ser desenvolvida. O peixe mais desejado é aquele do *Watu*, mas este não há mais. Na verdade até há, mas é considerado outro peixe, um "peixe estranho", como me disse Oredes Krenak. Isto demonstra a impossibilidade de uma reparação desse aspecto fundamental do modo de vida krenak. Segundo Douglas,

as pessoas acham que agora é só chegar e fazer tanque de peixe, fazer um viveiro de caça, ou um pomar com mudas frutíferas, e esquecem que o relacionamento que nós temos com o rio, com nossas pedras sagradas, com nosso território sagrado, vai além disso, né? É o que nos mantem vivos. Caminhando... Para passar o conhecimento para as futuras gerações. Eu acho que é uma violação assim... Sem tamanho. É uma coisa muito séria que fizeram com nosso povo (Douglas Krenak, entrevista realizada às margens do Watu em 19 de março de 2017).

A criação de animais também foi seriamente comprometida. Embora não seja uma atividade tradicional, a pecuária leiteira se tornou uma importante fonte de renda e alimento para várias famílias. A dessedentação dos rebanhos precisa ser feita com a água bruta trazida pelos caminhões, como dito acima. Mas em períodos de chuva este abastecimento fica comprometido pelas péssimas condições das estradas. A agricultura foi inviabilizada nas adjacências do *Watu*. O regime de cheias que anteriormente fertilizava as planícies de alagamento, hoje é visto com pavor, pois significa trazer mais rejeitos de minério para estas terras (FIOROTT e ZANETI, 2017, p. 138).

4d. Temporalidades

Na sua visão, os programas de reparação que vierem a ser formulados não serão capazes de recompor o que foi destruído, pois sofrem de certos vícios na origem:

Ninguém quer pensar em preservação. Porque demanda tempo. Você tem que ter paciência e o pessoal não está com paciência para isso mais. Eles querem a coisa assim, ó... Acelerada! E é isso que a gente tem nos projetos de compensação ambiental. É rapidez. Tem que ser rápido. E ai arrebenta a gente demais. Por isso que nós temos bastante problemas. Por que estes projetos de compensação ambiental pelos problemas gerados têm que ser rápidos. Eles

têm que tirar foto e mostrar: "olha, o rio acabou e tal, mas os caras têm mais peixe que antigamente". Igual o cara falou para você: "O rio daqui a cinco anos... Toma aqui o meu cartão. Daqui a cinco anos você vai voltar e o rio vai estar bem melhor do que antes". Mal ele sabe que o rio nunca mais vai voltar a ser como ele era (Ibid. Ênfases inseridas).

Esta crítica toca em um ponto pouco explorado nas avaliações socioambientais de danos que diz respeito às temporalidades específicas das diferentes culturas. Os Krenak, como busquei demonstrar, definitivamente não são novatos em questão de conflitos ambientais. Eles experimentaram várias fórmulas de reparação de danos, e sabem que a tônica nestes processos é velocidade e volume. Atualmente eles ainda experimentam um programa de reparação pelos danos morais sofridos no processo de instalação da UHE Aimorés, que, segundo o projeto original proposto pela empresa, deveria ter sido concluído até 2013. No entanto, como nunca atinge as metas estabelecidas, sempre precisa ser renovado, mas não sem a pressão indígena. É necessário entender que a formação social do Povo Krenak é diversa, e eles respeitam muito isso. Todas as ações coletivas são exaustivamente discutidas, e isto geralmente leva muito tempo. As ações que visam reparar danos nunca levam em conta esta temporalidade e as demandas desiguais entre os diversos grupos, e isto acaba produzindo uma pressão para a execução das metas, e uma uniformização artificial das aptidões coletivas. Como apontei na minha dissertação de mestrado (PASCOAL, 2010), o TAC assinado com a UHE Aimorés desconsiderou outros caminhos levantados pelos Borum para produzir uma "sustentabilidade econômica da comunidade". O Projeto de Pecuária Leiteira acabou sendo a ação adotada, a despeito do desejo de alguns grupos em atividades que pudessem incidir mais no fortalecimento da cultura krenak. Isto os obrigou a manipularem várias das ações reparatórias de modo a se conformarem melhor às especificidades de algumas famílias pouco interessadas na criação de gado leiteiro. O que os Krenak sempre exigem é que as ações/projetos que os afetem sejam construídos a partir das suas próprias sugestões, e que respeitem sua temporalidade, para não gerarem mais tensões nas comunidades. Ou seja, o que eles exigem é que seja respeitado o seu direito à autodeterminação.



Figura 16 Pesca com tarrafa no Watu. Foto: Walison Vasconcelos. Outubro de 2009.

Os Krenak entendem que são sistematicamente excluídos dos processos decisórios a respeito dos programas socioambientais discutidos como formas de compensação pelos danos causados. Segundo Geovani Krenak, eles chegaram a reivindicar um assento permanente no Comitê Interfederativo (CIF)⁸³ que orienta e valida os atos da Fundação Renova (FR)⁸⁴. Contudo, sua reivindicação não foi atendida, com a justificativa de que seu povo já possui representação no CIF através de outros órgãos da União, como a FUNAI. Por sua vez, os Krenak não se sentem bem representados pelos órgãos federais, e os acusam de usarem "o nome da comunidade" para conseguirem recursos financeiros.

Também como um sintoma do descrédito do povo Krenak na ressuscitação do *Watu* e na máquina inventada para este fim, eles não aceitaram ainda receber a FR, nem a empresa que esta contratou para realizar a componente indígena relativa ao diagnóstico socioeconômico, medida prevista em um Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), assinado entre o MPF, a Samarco e suas controladoras, VALE e BHP Billiton⁸⁵. O povo Krenak diz que apenas discute o que quer que seja com a VALE, com quem já possuem um longo histórico de relacionamento.

⁸³ Informações sobre a composição, atribuições e atividades do Comitê Interfederativo podem ser obtidas através do site http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif (Acesso em 26 de setembro de 2017).

⁸⁴ Fundação instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes do crime que cometeram.

⁸⁵ O TAP pode ser consultado através do link: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco (Acesso em 12 de julho de 2018). Em novembro de 2017 houve a formalização de um Termo Aditivo ao TAP que modificou as cláusulas para contratação das empresas que realizarão os diagnósticos

Recentemente o povo Krenak construiu em parceria com o Ministério Público Federal o "Protocolo de Consulta do Povo Krenak" que define os critérios de consulta que devem ser seguidos toda vez que forem previstas medidas de caráter legislativo ou administrativo que possam afetá-los. Este é um importante instrumento que regulamenta entre os Krenak os direitos estabelecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi promulgada pelo governo Brasileiro em 2004. No atual contexto do povo Krenak, e no longo prazo onde se esboça a intensificação de "programas de reparação" pelo desastre-crime causado no *Watu*, o estabelecimento deste protocolo foi fundamental, muito embora tenha sido grande a demora do Estado em realiza-lo, já que se passaram 13 anos desde a promulgação da Convenção 169 OIT. O TAP assinado entre o MPF e as mineradoras responsáveis pelo desastre-crime também contém uma clausula específica para a realização das audiências públicas e consultas prévias às comunidades. Se estes instrumentos forem seguidos de fato, várias das afetações listadas aqui poderão deixar de acontecer, ou serem minimizadas. Face o pessimismo atual que reina entre os Krenak, este é justamente um bom motivo para se ter esperança.

Conclusão

O levantamento bibliográfico e etnográfico realizado permitiu a produção de um inventário dos casos de conflitos ambientais vivenciados historicamente pelos Borum. Ao longo dos três últimos séculos estes indígenas sofreram todas as violações de direitos possíveis como genocídios, etnocídio, e a partir da implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas – com a consequente exploração minerária no alto curso do Rio Doce/*Watu* –, um ecocídio (RODRIGUES, 2017).

Diante deste trágico histórico, e do "conflito espacial" recente (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010) delineado acima, torna-se necessário refletir sobre as possíveis maneiras de reparação aos Borum, e, obviamente, esta reflexão tem que partir de um diálogo direto com eles. Na bibliografia consultada e levantamentos realizados em campo, parece estar claro que atualmente a principal medida no sentido de uma reparação é a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Krenak dos Sete Salões que,

socioeconômicos nas localidades afetadas pelo desastre-crime da Samarco, e criou as assessorias técnicas aos atingidos. Este aditivo pode ser consultado através do link: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf (Acesso em 12 de julho de 2018).

⁸⁶ Disponível em: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/protocolo-de-consulta-krenak (Acesso em 30 de agosto de 2017).

embora tenha sido <u>deferido judicialmente</u> em dezembro de 2016 em resposta ao pedido de tutela antecipada (ACP nº 64483-95.2015.4.01.3800) apresentado pelo MPF, ainda não foi efetivado (BAETA e MISSÁGIA DE MATTOS, 1994; FIOROTT e ZANETI, 2017; JUNIOR, CAPUCCI, *et al.*, 2015; KRENAK e DE ALMEIDA, 2009; REIS e GENOVEZ, 2013; RODRIGUES, 2017).

Referências

ALEIXO, L.; DRUMMOND, A.; NICÁCIO, C. **Direito das Populações Afetadas Pelo Rompimento da Barragem de Fundão: Povo Krenak**. CdH/UFMG. Belo Horizonte, p. 41. 2017.

ANDRADE, R. MLog, ex-Manabi, retoma projeto de mineração milionário em Morro do Pilar. **De Fato**, Itabira, 30 mar. 2018. Disponivel em: https://www.defatoonline.com.br/mlog-ex-manabi-retoma-projeto-de-mineracao-milionario-em-morro-do-pilar/. Acesso em: 12 maio 2018.

BAETA, A. M.; MISSÁGIA DE MATTOS, I. Arte rupestre, etno-história e identidade indígena no Vale do Rio Doce - MG. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 303-320, 1994.

BAINES, S. G. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção da "Autodeterminação Indígena" Dirigida. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 36, p. 207-243, 1993.

CAIXETA DE QUEIROZ, C. A Construção de uma identidade: o caso das relações entre índios krenak e brancos. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFMG. Belo Horizonte. 1992.

CAIXETA DE QUEIROZ, C. **Punição e Etnicidade: Estudo de uma "Colônia Penal Indígena"**. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela UFMG. Belo Horizonte. 1999.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Política Indigenista no Século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 133-154.

CLASTRES, P. Do etnocídio. In: CLASTRES, P. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. Cap. 4, p. 79-92.

DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCOLA, P. Outras naturezas, outras culturas. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

DUARTE, R. H. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288, 2002. Disponivel em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200002. Acesso em: 18 outubro 2017.

ECOLOGYBRASIL & ECOCONSERVATION. Relatório de impacto ambiental do Mineroduto Morro do Pilar (MG) Linhares (ES) e Porto Norte Capixaba. [S.l.]. 2013.

EHRENREICH, P. **Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014 [1887].

EMMERICH, C.; MONSERRAT, R. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas linguísticas. **Boletim do Museu do Índio: 3. Antropologia**, Rio de Janeiro, outubro 1975. 5-42.

ESPINDOLA, H. S. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 160-206, jan-jul 2015. ISSN 2238-8869.

FELIPPE, M. F. et al. A Tragédia do Rio Doce: a lama, o povo, a água : relatório de campo e interpretações preliminares sobre as consequências do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/BHP). UFMG/UFJF. Belo-Horizonte/Juiz de Fora, p. 27. Janeiro/2016.

FIOROTT, T. H.; ZANETI, I. C. B. B. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce/Uatu, no desastre da Samarco/Vale/BHP, Brasil. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, 6, n. 2, mai-ago 2017. 127-146.

GOMES, B. A. **Palavra de Makiãn: perspectivas sobre linguagem tradicional e nominação entre os Krenak**. Dissertação de mestrado em Antropologia pelo Museu Nacional: UFRJ. Rio de Janeiro, p. 153. 2016.

GUIMARÃES, N. M. C.; PARAÍSO, H. B. **Krenak, os últimos Botocudos de Minas Gerais**. Comunicação apresentada à ANPOCS. Salvador: [s.n.]. 1991.

HOWELL, S. Cosmology. In: BARNARD, A.; SPENCER, J. Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology. London & New York: Routledge, 2002.

JUNIOR, E. A. et al. **Ação Civil Pública nº 64483-95.2015.4.01.3800**. Ministério Público Federal. Belo Horizonte, p. 113. 2015.

KRENAK, D.; KRENAK, T.; KRENAK, S. Os Krenak de Minas Gerais. In: RUDOLPH, B. **Dicionário Krenak** - **Português**, **Português** - **Krenak** [Wörterbuch der Botokudensprache]. Lisboa: Maumaus, 2010 [1909]. p. 66.

KRENAK, I. D. S. F.; DE ALMEIDA, M. I. **Uatu Hoom**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG; Cipó Voador, 2009. 92 p.

KRENAK, M. et al. **Conne Pãnda Ríthioc Krenak:** Coisa tudo na língua krenak. Brasília: MEC/UNESCO/SEE-MG, 1997.

LANGFUR, H. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da independência. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 119-143, 2017.

LIMA DA COSTA, R. et al. Pecuária leiteira Terra Indígena Krenak: Avaliação da Sustentabilidade Econômica e Técnica. MPF/FUNAI. Brasília, p. 63. 2013.

LITLLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília: DAN: UNB, 2002. 32.

MAGALHÃES, A. C. Introdução. In: MAGALHÃES, A. C. Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais. Belém: UFPA, Numa, 1993. p. 203.

MAIA, G.; SEVILLA, M. Índios lamentam tragédia em MG: o Rio Doce sabia que ia ser morto. **Portal Uol Notícias**, 2015. Disponivel em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/19/indios-lamentam-tragedia-em-mg-o-rio-doce-sabia-que-ia-ser-morto.htm>. Acesso em: 24 setembro 2017.

MANIZER, H. H. Les Botocudos d'après les observations reculeillies pendant un séjour chez eux en 1915. Rio de Janeiro: Arquivos do Museu Nacional, 1919.

MAUSS, M. Manual of Ethnography. New York: Oxford: Durkheim Press, 2007.

MISSÁGIA DE MATTOS, I. **Borum, Bugre, Kraí: constituição social da identidade e memória étnica krenak**. Dissertação de Mestrado em Sociologia da UFMG. Belo Horizonte. 1996.

MISSÁGIA DE MATTOS, I. Relatório Temático sobre os impactos da UH de Aimorés sobre o povo Krenak. IESA. Belo Horizonte. 1997.

MISSÁGIA DE MATTOS, I. **Civilização e Revolta:** os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: Edusc, 2004.

MOURA E SOUZA,. Desastre de Mariana muda vida de índios à margem do rio Doce. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 24 julho 2017. Disponivel em: https://www.valor.com.br/brasil/5049970/desastre-altera-estilo-de-vida-dos-krenakes. Acesso em: 15 setembro 2017.

NEHER, C. Museus europeus guardam, ao menos, 28 crânios de indígenas brasileiros. **Uol Notícias: Ciência e Saúde**, 19 março 2017. Acesso em: 17 outubro 2017.

NETO, D. D.; SERAFIM, U. G.; NASCIMENTO, A. R. Ação Civil Pública nº 2006.38.13.009676-0. Ministério Público Federal/Procuradoria da República em Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 22. 2005.

NIMUENDAJU, C. Social organization and beliefs of the Botocudos of Eastern Brazil. **Southwestern Journal of Anthropology**, Vol. 2, n. 1, Spring 1946. 93-115.

NIMUENDAJU, C. Os Mitos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: SPHAN, n. 21, 1986.

OTERO DOS SANTOS, J. **Vagares da Alma: elaborações ameríndias acerca do sonhar**. Dissertação de Mestrado pelo PPGAS da UnB. Brasília, p. 116. 2010.

PARAÍSO, H. B. Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra. Anais do XIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs. 1989. p. 27.

PARAÍSO, M. H. B. Laudo Antropológico Pericial relativo à Carta de ordem nº 89.1782-0 oriunda do Supremo Tribunal Federal e relativo à área Krenak. Fundação Nacional do Índio. Brasília. 1989.

PARAÍSO, M. H. B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 413-430.

PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho:** a conquista dos territórios indígens nos sertões do leste. Salvador: Edufba, 2014. 757 p.

PASCOAL, W. V. **Imagens da Sociopolítica Borum e Suas Transformações**. Dissertação de mestrado em Antropologia da UNB. Brasília. 2010.

RAMOS, A. Keywords for Prejudice. In: RAMOS, A. **Indigenism:** ethnic politics in Brazil. Madison: Univ Wisconsin Press, 1998.

RAMOS, A. R. Vozes Indígenas: o Contado Vivido e Contado. **Anuário Antropológico 87**, Brasília: NUPEC/UnB, 1987. 117-143.

REIS, R. C.; GENOVEZ, F. Território Sagrado: exílio, diáspora e reconquista Krenak no vale do Rio Doce, Resplendor, MG. **Boletim Goiâno de Geografia**, Goiânia, v. 33, n. 1, p. 1-15, jan-abr 2013. ISSN ISSN 1984-8501.

RODRIGUES, A. Línguas Brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, I. D. **A Margem, À Esquerda e ao Contrário. A morte do Uatu (Rio Doce)**. Monografia de Conclusão de Bacharelado em Antropologia pela UNB. Brasília, p. 64. 2017.

SANTOS, F. M. et al. Relatório Técnico Manabi. GESTA. Belo Horizonte. 2014.

SCHILLING, K. A vida de Quack: professor sobre o encontro entre índio e príncipe alemão. **Revista de História**, 13 maio 2011. Disponivel em: https://web.archive.org/web/20120504145859/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-vida-dequaeck>. Acesso em: 17 outubro 2017.

SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 2-19, maio 1979.

SEEMAN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Vivências**, Natal: CCHLA/UFRN, n.29, 2005. 207-224.

SOARES, G. C. Os Borun do Watu: os índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Sociedades indígenas e natureza na Amazônia. In: GRUPIONI, L. D. B.; LOPES DA SILVA, A. **A Temática Indígena na Escola**. São Paulo: Global; Brasília: Mec: Mari: Unesco, 2004. p. 116-117.

ZHOURI, A. **Mineração, saberes ambientais e participação:** popularização da ciência para a contrução da justiça ambiental. (Projeto de pesquisa apoiado pelo Edital FAPEMIG 07/2015). Belo Horizonte: GESTA: UFMG, 2016.

ZHOURI, A. Introduction: Anthropology and knowledge production in a 'minefield'. **Vibrant**, Ri ode Janeiro, mai-ago 2017. Disponivel em: http://vibrant.org.br/downloads/v14n2/Introduction.pdf >. Acesso em: 20 setembro 2017.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que roduzem o sofrimento social. **Ciência e Culltura**, São Paulo, jul/set 2016. 36-40. Disponivel em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 setembro 2017.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos Ambientais. **Textos analíticos sobre o Mapa dos Conflitos Ambientais**, Belo Horizonte, 2010. Disponivel em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-Conflitos_Ambientais.pdf. Acesso em: 08 janeiro 2018.